

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GILBERTO ESTEVAM

**SENAC (1946), UMA EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E SUA GÊNESE EM UBERABA, MG (1960)**

Uberaba - MG
2016

GILBERTO ESTEVAM

**SENAC (1946), UMA EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E SUA GÊNESE EM UBERABA, MG (1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba, na linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo

**UBERABA – MG
2016**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUB

Estevam, Gilberto.

E85s SENAC (1946), uma expressão de educação profissional e sua gênese em Uberaba, MG (1960) / Gilberto Estevam. – Uberaba, 2016.

121 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba.
Programa de Mestrado em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

1. Ensino profissional. 2. Ensino profissional – História. 3. SENAC. 4. Trabalho. I. Araújo, José Carlos Souza. II. Universidade de Uberaba. III. Título.

CDD 370.113

INVESTIGADOR

Gilberto Estevam

Professor

Nome da Instituição: FACTHUS – Faculdade Talentos Humanos

Professor das disciplinas: Empreendedorismo; Administração, Economia, Matemática Básica, Gestão da Qualidade, Gestão da Produção, Estatística, além de Orientação de Estágio (Engenharias: Mecânica, Elétrica e Ambiental), Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, TGA - Teoria Geral da Administração e Contabilidade Básica.
Uberaba/MG.

ORIENTADOR

Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo

Universidade de Uberaba – UNIUBE

Uberaba/MG.

CONTATO:

Endereço: Rua Felipe dos Santos, 47 - Bairro: Abadia - CEP. 38045-150 - UBERABA-MG.

E-mail: <gilestevam@yahoo.com.br>. Telefone: 34-98862-2930.


Gilberto Estevam


**SENAC (1946), UMA EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA
GÊNESE EM UBERABA, MG (1960)**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 07/12/2016

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Prof.^a Dr.^a Aparecida Maria Almeida
Barros
UFG – Universidade Federal de Goiás /
Campus Catalão


Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
UNIUBE - Universidade de Uberaba

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS por ter me proporcionado essa oportunidade de concluir o mestrado, o que antes era um sonho.

Aos meus queridos pais (in memoriam) Edwardes Leão Estevam e Marilda Camasmî Estevam, que sempre procuraram passar para mim e aos meus irmãos o caminho do bem, da verdade, do respeito, do caráter e da educação.

À minha família (em especial à minha esposa Eliana e aos meus filhos Raphael, Hyasminny e Beatriz) e aos meus irmãos, principalmente a um deles, Humberto Marcondes Estevam. Ele tem sido fundamental neste processo, me tirando da zona de conforto, me fazendo enxergar a importância da aprendizagem, do desenvolvimento intelectual e a busca de conhecimento para me manter no mercado de trabalho, principalmente na área de Educação, que hoje é muito concorrida e cobrada e, tendo também recebido dele todo apoio para continuidade do Mestrado.

Um agradecimento especial à Profa. Dra. Vânia Maria de Oliveira Vieira – Coordenadora do Mestrado da Universidade de Uberaba, seu corpo docente e toda a sua equipe de colaboradores, em especial ao Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo e a Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti, pois, quando estive com eles pela primeira vez (banca classificatória), tive a felicidade de ser aprovado para cursar o Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba e, a seguir, a grata satisfação de ter como orientador o Prof. Dr. José Carlos, pessoa possuidora de habilidades acadêmicas, de gestão, de conhecimentos e sabedoria extrema, muito amigo e companheiro, onde dedicou tempo precioso para a conclusão desta dissertação. Meu muito obrigado ao Prof. Dr. José Carlos, a Profa. Dra. Giseli e também ao Professor Dr. Osvaldo Freitas de Jesus, pelo apoio constante e fornecimento de material para conclusão do texto de dissertação. Meu muito obrigado e que DEUS lhes dê muita saúde, muitas alegrias e muitos anos de vida. Meu muito obrigado à profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros pela participação na banca e pelas orientações sobre a melhoria de meu trabalho.

Um agradecimento especial à amiga, companheira de trabalho, a Profa. Magda Vilas-Boas (Consultoria e Coaching), pelo apoio que recebi durante essa trajetória educacional (suas contribuições, no fornecimento de material, como livros, apostilas, artigos, dissertações e também correções e formatação do material de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, meu muito obrigado e que DEUS lhe dê muita saúde, muito anos de vida e que ilumine sempre seu caminho.

Um agradecimento especial à companheira de trabalho na Faculdade a Professora Me. Marilda Arantes Loureiro, pela contribuição no fornecimento de livros, apostilas, artigos, TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso), conselhos e orientações.

Um agradecimento especial a Direção da FACTHUS (Faculdade de Talentos Humanos) e aos coordenadores o Professor Dr. Leandro Aureliano da Silva, Prof. William Gigo, Prof. Eduardo Fernandes Saad, Prof. Renato Meirelles e Professora Me. Alcione Wagner de Souza, pelas contribuições.

Um agradecimento especial ao meu amigo e companheiro de mestrado Prof. Francisco Henrique Silva, por tudo que fez em meu favor.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. João Eurípedes Sabino, pelas informações e contribuições.

Um agradecimento especial ao Prof. Me. Renato Muniz Barretto de Carvalho, pelas contribuições e fornecimento de livros para conclusão desta dissertação.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Adair Pereira de Oliveira, ex-diretor do SENAC - Uberaba, pelas informações e contribuições.

Meus agradecimentos ao Diretor do SENAC de Uberaba, Prof. Marco Antônio Barreto de Mello e toda a sua equipe de trabalho, pelo espaço e material fornecido para conclusão desta dissertação. Registrando também meus agradecimentos aos colaboradores do Arquivo Público de Uberaba e Casa da Cultura – CONPHAU de Uberaba, no fornecimento de material para conclusão desta obra.

Finalizando meus agradecimentos a todos que, direta ou diretamente, contribuíram para a realização desse projeto. Meu muito obrigado a todos.

Gilberto Estevam

DEDICATÓRIA

Para os meus amigos do mestrado, com carinho.



Seu trabalho vai preencher boa parte da sua vida e a única maneira de ser verdadeiramente satisfeito é fazer o que acredita ser um ótimo trabalho. E a única maneira de fazer um ótimo trabalho é amar o que você faz.
Steve Jobs

Meus filhos terão computadores, mas antes terão livros. Sem livros, sem leituras, os nossos filhos serão incapazes de escrever inclusive a sua própria história.
Bill Gates

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIU	Associação Comercial e Industrial de Uberaba.
ABCZ	Associação Brasileira de Criadores de Zebu.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil.
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CACB -	Confederação das Associações Comerciais do Brasil.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
CDI	Comissão de Desenvolvimento Industrial.
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba.
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior.
CFESP	Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional.
CEJU	Centro Educacional da Juventude.
CESUBE	Centro de Educação Superior de Uberaba.
CGT	Comando Geral do Trabalhadores.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
CMBEU	Comissão Mista Brasil Estados Unidos.
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNC	Conferência Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo.
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.
CPAC	Cursos Profissionalizantes “Aprendendo e Construindo”.
CPC	Centro Popular de Cultura.
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas.
CNPA	Comissão Nacional de Política Agrária.
CNT	Confederação Nacional de Aprendizagem do Transporte
Conclap	Conferência das Classes Produtoras.
CONPHAU	Conselho Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
EAD	Educação à distância.
EADI	Estação Aduaneira de Interior.
FACTHUS	Faculdade de Talentos Humanos de Uberaba.

FAZU	Faculdade de Zootecnia de Uberaba.
FCCTM	Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro.
FETI	Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. René Barsan.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.
Fecomércio	Federação do Comércio do Estado de São Paulo.
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FPAS	Fundo de Previdência e Assistência Social.
GATT	Acordo Internacional de Tarifas e Comércio - Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio.
HISTEBBR	Grupo de Estudos História, Sociedade no Brasil - UNICAMP
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro.
INEP	O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroviária.
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
JK	Juscelino Kubitschek.
JUC	Juventude Universitária Católica.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
MCBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.
MCP	Movimento de Cultura Popular.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MEB	Movimento de Educação de Base.
MG	Minas Gerais.
MPJQ	Movimento Popular Jânio Quadros.
Me.	Mestre
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicação.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCENEM	Parâmetros Curriculares Ensino Médio
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PIB	Produto Interno Bruto.

PNC	Plano Nacional do Carvão.
Prof.	Professor
Profa.	Professora
PSD	Partido Social Democrático.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
RH	Recursos Humanos.
RJ	Rio de Janeiro
SciELO	Scientific Electronic Library Online.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas.
SENAC	Serviço Nacional do Comércio.
SENAI	Serviço Nacional Aprendizagem Industrial.
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.
SSR	Serviço Social Rural.
SESC	Serviço Social do Comércio.
SESCOOP	Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo.
SESI	Serviço Social de Indústria.
SRTM	Sociedade Rural do Triângulo Mineiro.
SEST	Serviço Social do Transporte.
SP	São Paulo.
SUDAM	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
SUS	Superintendência Única de Saúde.
TGA	Teoria Geral da Administração e Contabilidade
TCC	Trabalho de Conclusão de Cursos
UDN	União Democrática Nacional.
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
UMEU	União da Mocidade Espírita de Uberaba.
UNAR	Universidade do Ar.
UNE	União Nacional dos Estudantes.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIUBE	Universidade de Uberaba.
UNIPAC	Universidade da Fundação Presidente Antonio Carlos.

UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná.
---------------	----------------------------------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Visita da missão do BIRD à Cia. Hidrelétrica de São Francisco Paulo Afonso – Bahia-BA, 1953
Figura 2	Material de divulgação de exposição comemorativa dos 50 anos do BNDES
Figura 3	Oposição ao governo JK
Figura 4	Unidade móvel do SENAC – Ceará-1
Figura 5	Unidade móvel do SENAC – Ceará – 2
Figura 6	Carta da Paz assinada em Teresópolis, em maio de 1945
Figura 7	Fundação da Confederação Nacional do Comércio
Figura 8	Grupo de alunos do curso de Datilografia
Figura 9	Grupo de alunos em aula de Informática
Figura 10	Representação das colinas/altos da cidade de Uberaba – MG
Figura 11	Farmácia São Sebastião em Uberaba nos anos de 1960(1)
Figura 12	Largo da Matriz em 1856
Figura 13	Igreja Nossa Senhora da Abadia em 1884
Figura 14	Igreja Nossa Senhora da Abadia em 2016
Figura 15	Rua Artur Machado em Uberaba – MG, 1930
Figura 16	Banco Hipotecário de Uberaba – MG, 1930
Figura 17	Vista Aérea da Construção do Aeroporto de Uberaba – MG
Figura 18	Aeroporto de Uberaba em 1950
Figura 19	Uberaba: Praça Rui Barbosa e Igreja Matriz em meados dos anos de 1930
Figura 20	Cidade de Uberaba – MG, 1950
Figura 21	Vista Panorâmica da Cidade de Uberaba – MG, 1950
Figura 22	Conformação Atual do Mapa de Minas Gerais
Figura 23	Farmácia São Sebastião em Uberaba nos anos de 1960
Figura 24	Folha Assinada pelo Sr. Ossian Souza Borges
Figura 25	Texto escrito por Idelfonso Tavares em 12/07/1960
Figura 26	Novo Prédio do SENAC em Uberaba, inaugurado em 1983
Figura 27	Elogio ao SENAC de Hildo Nunes Lourenço, 1960
Figura 28	Fala do Sr. Irineu José Miziara, 1960
Figura 29	Texto do Professor Antonio Bilharinho, 1960

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Acontecimentos marcantes na história do Brasil entre 1930-1968
Quadro 2	Leis Orgânicas do Ensino no Brasil e SENAI e SENAC
Quadro 3	Alíquotas de contribuição das empresas ao Sistema S
Quadro 4	Eventos nos Triângulo Mineiro e Uberaba entre os anos 1811 e 1870
Quadro 5	Governantes da Cidade de Uberaba no período monárquico
Quadro 6	Reformas da Igreja Nossa Senhora da Abadia de Uberaba – MG
Quadro 7	Prefeitos da Cidade de Uberaba no Período Republicano
Quadro 8	Evolução Histórica da Cidade de Uberaba

ESTEVAM, Gilberto. **SENAC (1946), UMA EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E SUA GÊNESE EM UBERABA, MG (1960)**. Universidade de Uberaba (UNIUBE), 2016. Dissertação de Mestrado em Educação. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo

RESUMO

Essa pesquisa é uma expressão da Linha de Pesquisa, *Processos Educacionais e seus Fundamentos*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Seu objeto se envolve com o processo de institucionalização do SENAC (Serviço Nacional do Comércio), criado em 1946, o que implicou na constituição de uma contextualização em que se deu sua gênese no Brasil. Com esse cenário, buscou-se explicitar as origens do SENAC Uberaba, MG, expressamente presente a partir de 1960, bem como sua significação social, econômica e política para a referida cidade, seja no âmbito do ensino profissional, seja no que se refere às relações entre educação e trabalho. Estão envolvidos em tal objeto várias dimensões: desenvolvimento profissional, empresarial e comercial, além da preparação de mão de obra para o comércio e a indústria locais. Em termos de problematização, tratou-se de responder à seguinte indagação: como explicar a gênese do SENAC Uberaba e qual o seu papel e influência na sociedade uberabense? Quais relações guarda tal instituição em vista da articulação entre educação e trabalho? Como caracterizar a formação profissional para o comércio? O objetivo geral foi o de descrever, explicar e interpretar a gênese do SENAC em 1946, bem como sua emergência em Uberaba, MG, em 1960. Os objetivos específicos se realizam em torno dos seguintes: contextualizar a história brasileira a partir dos anos de 1930 e de 1940; explicitar o processo de educação profissional emergente desde então; investigar sobre as origens do município de Uberaba, MG, bem como o contexto urbano que se expressa entre os anos de 1930 e 1960; e analisar as influências do SENAC Uberaba, enquanto associadas à correlação entre educação e trabalho. Quanto ao método, essa pesquisa se baseou em pesquisa bibliográfica e hipertextual, bem como em pesquisa documental, a qual caracteriza particularmente a investigação histórico-educacional. Em termos de fontes primárias, essa investigação contou com jornais, legislação educacional; em relação às fontes secundárias, várias publicações, consideráveis como textos de época, compõem a interlocução com o objeto dessa pesquisa. Em termos de referencial teórico, baseou-se no estabelecimento de relações entre a sociedade, a economia, a política, a educação e a instituição SENAC enquanto destinada ao ensino profissional. Não se tratou de distinguir os indivíduos que fizeram a história nacional e local em torno do SENAC, mas exercitou-se a busca por descrever, explicar e interpretar a história nacional e local, que se desenrolou em torno do SENAC. Em termos de resultados, concluiu-se que o SENAC teve e continua tendo enorme importância na preparação de profissionais para o mundo do trabalho. Além disso, a cidade de Uberaba contou, para isso, com um importante instrumento institucional, o que favoreceu e fomentou o desenvolvimento do comércio uberabense.

Palavras-chave: Educação profissional. História. Trabalho.

ESTEVAM, Gilberto. **SENAC (1946), UMA EXPRESSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E SUA GÊNESE EM UBERABA, MG (1960)**. University of Uberaba – UNIUBE. 2016. Thesis (Master's Degree Strictu Senso - concentration area: Education). Oriented by: Prof. Doctor José Carlos Souza Araújo.

ABSTRACT

This research is an expression of the Research Line, Educational Processes and its Fundamentals, of the Post-Graduation Program in Education of the Uberaba University (UNIUBE). Its object is involved with the process of institutionalization of the National Service of Commerce (SENAC), created in 1946, which implied in the constitution of a contextualization in which its genesis occurred in Brazil. With this scenario, we intend to make explicit the origins of SENAC Uberaba, MG, expressly present from 1960, as well as its social, economic and political significance for the city, whether in the field of vocational education or in between education and work. A number of dimensions are involved: professional, business and commercial development, as well as the preparation of labor for local trade and industry. In terms of problematization, it is a question of answering the following question: how to explain the genesis of SENAC Uberaba and what is its role and influence in Uberaba society? What relations does this institution have in view of the link between education and work? How to characterize vocational training for trade? The general objective was to describe, explain and interpret the genesis of SENAC in 1946, as well as its emergence in Uberaba, Minas Gerais, Brazil, in 1960. The specific objectives are to contextualize Brazilian history from the 1930s and 1940; to explain the process of professional education that has emerged ever since; Research on the origins of the municipality of Uberaba, MG, as well as the urban context that is expressed between the years of 1930 and 1960; And analyze the influences of SENAC Uberaba, while associated with the correlation between education and work. As for the method, this research was based on bibliographic and hypertextual research, as well as on documentary research, which characterizes in particular the historical-educational research. In terms of primary sources, this research relied on newspapers, educational legislation; In relation to secondary sources, several publications, considerable as period texts, make up the interlocution with the object of this research. In terms of theoretical reference, it was based on the establishment of relations between society, economy, politics, education and the SENAC institution while destined to professional education. It was not a question of distinguishing the individuals who made the national and local history around the SENAC, but the search for describing, explaining and interpreting the national and local history that unfolded around SENAC was pursued. In terms of results, it is concluded that SENAC has and continues to have enormous importance in preparing professionals for the world of work. In addition, the city of Uberaba counted on an important institutional instrument, which favored and fostered the development of Uberaba trade.

Key words: Professional education. History. Job.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 –O BRASIL EM MOVIMENTO NOS ANOS DE 1946 A 1960	10
CAPÍTULO 2 - ORIGENS E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SENAC NO BRASIL, ENTRE OS ANOS 1946 A 1960	27
2.1 – O trabalho manufatureiro-industrial e a criação do SENAC em 1946	39
CAPÍTULO 3 - ORIGENS DE UBERABA, MG, E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SENAC UBERABA EM 1960.....	53
3.1 - Instalação do SENAC em Uberaba	76
CAPÍTULO 4 - INFLUÊNCIAS DO SENAC NA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO EM UBERABA, MG, NOS ANOS DE 1960	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

O século XX terminou com grandes desafios que perduram até o presente ano de 2016, por causa dos novos paradigmas sociais, econômicos e educacionais, além da expansão e disseminação de tecnologias e da globalização. Porém, torna-se necessário ampliar uma análise anterior às últimas décadas do século XX, mais precisamente antes dos anos de 1940, uma vez que o objeto dessa pesquisa está demarcado entre a criação do SENAC em 1946 e o SENAC Uberaba em 1960; importa, por isso, a constituição de uma contextualização em torno daquilo que envolve o tema e a periodização anunciados.

O Brasil recebia, então, influências da quebra de acumulação do capital da Inglaterra e a ascensão dos Estados Unidos. Antes disso, o século XVIII foi uma era de muita produção de ouro e outros metais no Brasil, Peru, Bolívia, que eram comprados pela Europa, fazendo com que a moeda ficasse estabilizada. Isso foi possível para os países produtores por causa da escravização da mão de obra. A Inglaterra foi um dos países mais beneficiados, pois recebia os metais via Portugal por causa do *déficit* entre as balanças comerciais dos dois países. A Inglaterra possuía também grande reservas de carvão.

A abolição da escravatura, o aumento de gastos públicos, a queda dos preços internacionais, a redução da concorrência e a depressão econômica de 1929 fizeram com que a Inglaterra tivesse uma quebra de acumulação de capital. E, simultaneamente, os Estados Unidos, por meio do aumento e desenvolvimento de novas tecnologias, forneceram suprimentos de guerra (para a primeira guerra mundial), começaram a ter ampliação de acumulação de capital. A educação, nessa época, como direito inalienável, concebida como mola propulsora do progresso, na tentativa de democratização e universalização do conhecimento, continuava ainda um sonho distante para os segmentos de baixa renda.

Foram criadas instituições em Bretton Woods¹ em 1944, como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*)², o qual foi o precursor da OMC (Organização Mundial do Comércio), com o objetivo de criar uma nova ordem política mundial, com perspectivas em vista do capitalismo por meio da hegemonia do modelo econômico dos Estados Unidos, garantindo que não poderia haver a terceira guerra

¹ Bretton Woods foi a cidade que sediou conferência, definindo o chamado sistema Bretton Woods, com o objetivo de estipular regras econômicas e financeiras entre os países mais industrializados do mundo para a reconstrução do capitalismo.

² Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_e.pdf>. Acesso em 30/09/2016.

mundial. Foi também nessa conjuntura que surgiu a ONU (Organização das Nações Unidas) e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), a qual teve um papel primordial, econômico e social na América Latina (VISCAÍNO, 2008). Esse autor esclarece que a teoria do desenvolvimento se iniciou a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, ainda no século XVIII, mas só a partir da 2ª Guerra Mundial que o desenvolvimento se estabeleceu de forma organizada e sustentável. Criado o Plano Marshall para recuperar a Europa, o Plano Colombo para recuperar o Japão no pós-guerra e os acordos de motivação ao desenvolvimento no resto do mundo, principalmente na América Latina.

No Brasil, até 1890, o café traçava o roteiro das ferrovias, entre elas, a Ferrovia Noroeste do Brasil e as Estradas de Ferro Mogiana, Paulista e Sorocabana. Após isso, as ferrovias eram construídas no sentido de ampliar a agricultura, para o povoamento e comércio de terras. Nesta época, o aumento da população acompanhava o crescimento econômico. Houve também incentivo à migração, para poder contar com a mão de obra. Em 1890 houve as eleições para a Assembleia Constituinte e a primeira constituição do período republicano, promulgada em fevereiro de 1891, quando Deodoro da Fonseca foi eleito presidente do Brasil, pela Assembleia Constituinte.

Não demorou ocorrer revoltas, entre elas, a Revolta Armada no Rio de Janeiro, em 1893; a Guerra de Canudos, no sertão nordestino, que se iniciou em novembro de 1896 e durou até outubro de 1897. Em 1894, Prudente de Moraes foi eleito presidente do Brasil, por voto direto. Em 1900, o então presidente Campos Sales, instituiu a Política dos Governadores. Os litígios continuaram: em 1903, houve a Questão do Acre, um problema diplomático entre o Brasil e a Bolívia, em relação à região, que hoje é o estado do Acre; tal questão sendo resolvida no mesmo ano, por meio do Tratado de Petrópolis, quando o país pagou dois milhões de libras esterlinas à Bolívia para ter posse do Acre.

Vários eventos ocorreram nesta época: em 1904, no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina contra a campanha, imposta pelo governo, de vacinação contra a varíola. Em 1907, a greve geral em São Paulo por baixos salários e excesso de horas de trabalho, sob a direção de anarquistas. Em 1910, a Revolta da Chibata, contra as punições físicas que os marinheiros sofriam. A Guerra do Contestado na região sul do país aconteceu de 1912 a 1916. Em 1917, outra greve de operários na cidade de São Paulo, que reivindicavam a proibição de trabalho a menores de 14 anos, eliminação da jornada noturna de mulheres e dos jovens menores de 18 anos, além do congelamento de preços dos alimentos e aumento salarial. Houve acordo entre patrões e empregados para interromper a greve sem, no entanto, resolver todas as

reivindicações. Também a Revolução de 1924, contra o governo oligárquico do então presidente Artur Bernardes. Em 1930, a revolução leva Getúlio Vargas ao poder. Em 1932, a Revolução Constitucionalista e o estado de São Paulo exigem do governo federal convocação de Assembleia Nacional Constituinte. Em 1934, a terceira Constituição do Brasil foi promulgada e Getúlio Vargas foi eleito presidente. Em 1937 inicia o Estado Novo, com governo autoritário.

As estratégias de relação do Brasil com os Estados Unidos aconteceram no governo de JK (Juscelino Kubitschek), entre 1955 e 1959, sendo, depois, retomada pelos governos militares. O governo brasileiro se preocupava com a erradicação do analfabetismo (como também era preocupação na América Latina). Essa ação foi citada na Carta de Punta Del Este. Em 1961, a preocupação maior era afastar a influência marxista na visão de desenvolvimento e segurança. A ONU estabeleceu a década de 1960-1970 como a década do desenvolvimento mundial, por meio de duas forças de impulsão: a primeira, por causa das tensões internacionais, com a urgência de melhorar o mundo após a 2ª Guerra Mundial e para diminuir a pobreza nos países subdesenvolvidos; a segunda, a preocupação científica em descobrir a causa da pobreza das nações e de criar condições de melhoria (VISCAÍNO, 2008). A ideologia do desenvolvimento e da segurança se expressou no mundo e no Brasil.

Florestan Fernandes (1976) vê a modernidade brasileira tendo seu início, junto com a revolução da burguesia. Segundo o autor, tal processo tem início com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República pois, até esse tempo, a economia brasileira era colonial e manufatureira. A mudança no sistema econômico, como necessidade do sistema capitalista competitivo, provocou a primeira transformação, pois a exploração de escravos não conseguia atender às demandas produtivas que o país exigia; consolidou-se o modelo burguês da sociedade. Com a Proclamação da República, houve a ruptura que proporcionou o desenvolvimento nacional, com mais autonomia e poder de decisão. Por causa da mudança econômica drástica, o sistema político se desagregou. Assim, as classes baixas não alcançaram conquistas políticas consistentes, o que levou a classe, que se tornara hegemônica, a dominar e a centrar-se em pequena minoria com privilégios. “[...] isso não se deu ao acaso, haja vista que o retardo do tempo político era a condição necessária para que o tempo econômico fosse aprofundado (PERONDI, 2007, p. 137).

Em síntese, Saviani (2004) faz uma divisão na história do Brasil, que abarca a presente pesquisa, no recorte do período entre os anos 1940 – 1970:

- ✓ **Era da catástrofe (1914-1947)**, período em que se inicia com a Primeira Guerra Mundial e termina com os desafios dos resultados da Segunda Guerra Mundial. Outras crises aconteceram, como a Revolução de Outubro de 1917³ e a Crise Mundial de 1929.
- ✓ **Era do ouro (1947-1973)**, época em que o comunismo crescia na relação antagônica ao capitalismo. Após a Segunda Guerra Mundial houve crescimento econômico, social e cultural que levou à disputa entre Estados Unidos (capitalista) e Rússia (socialismo).
- ✓ **Era do “desmoronamento”, da instabilidade e das crises (1973-1991)** que se qualificou pelo colapso do socialismo, pela crise global, desaceleração da economia, em que nem o socialismo, nem o capitalismo conseguiram encontrar soluções para as questões sociais, culturais e econômicas.

O século XX representa para a humanidade a era das maiores conquistas tecnológicas, que passou a ser um modo de viver para uma parcela privilegiada da população mundial, mas também falta para outra parte da população. Ao mesmo tempo foi preenchido de momentos de euforia e de desgastes. Todas essas mudanças fizeram com que a humanidade tivesse que aprender a conviver com a tecnologia avançada que influenciou a economia, a ciência, as relações sociais e, por consequência, a educação. A educação, nas suas variadas modalidades e formatos, tem a complexa tarefa de formar pessoas que serão capazes de conviver com os desafios da pós-modernidade⁴, adquirindo conhecimento e comportamentos que as ajudem a viver adequadamente no contexto social, econômico e histórico. O processo de desenvolvimento surgiu como necessidade humana básica; a educação passava a assumir um papel estratégico, uma vez que seria instrumento para o desenvolvimento, “acompanhado da criação de um consenso modernizador, em termos econômicos, e conservador, em termos políticos” (VISCAÍNO, 2008, p. 79).

Neste contexto foi criado, no Brasil, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizado Comercial) em 1946, idealizado por lideranças empresariais do comércio, momento em que o país estava saindo da guerra e passava por mudanças políticas, econômicas e sociais, momento

³ Conhecida como Revolução Bolchevique ou Revolução Vermelha, segunda fase da Revolução Russa de 1917 contra o governo provisório. Foi a primeira revolução comunista marxista do século XX. Venceram os bolcheviques.

⁴ Termo controverso entre vários autores, que se refere à condição sociocultural que domina no capitalismo das sociedades ocidentais do final do século XX, com a dissolução da ideia de que a razão seria garantia de compreensão do mundo por meio de esquemas totalizantes e de ampliação da felicidade a partir disso. Disponível em: <<http://conceitos.com/pos-modernidade/>>. Acesso: 30/9/2016.

histórico no país, com o fim da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e o crescimento se acelerando. Desde então, o SENAC tem proporcionado profundas e importantes influências na sociedade brasileira e, em particular na cidade de Uberaba, foco dessa dissertação, como será apresentado durante a sua escrita.

O autor dessa pesquisa passou por dificuldades para cursar o ensino primário (denominação essa que vigeu até a Reforma de 1971 que instituiu os ensinos de 1º e 2º graus) na cidade de Jubaí, MG, bem como o ensino ginásial (que compunha o que se denominava por escola secundária) tendo que se deslocar para a cidade de Conquista, MG. Em Uberaba, MG, aos 16 anos, finalizou o Ensino de 2º Grau no Colégio Dr. José Ferreira. Por necessidade de trabalhar, o tempo foi dividido entre trabalho e escola, o que não fora possível conciliar e, desta forma, os estudos ficaram à deriva. Somente em 1990, conseguiu terminar o curso superior em Ciências Contábeis. Posteriormente, no SENAC, trabalhou com as disciplinas, Vendas, Contabilidade Básica, Trabalho em Equipe, Arquivista e Matemática Comercial, quando então começou a profissão de professor⁵.

Em prosseguimento aos estudos, fez curso de especialização em Marketing, com ênfase em Estratégias de Mercado. A partir de 2002, trabalhando na ACIU (Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Uberaba), exerceu as funções de Consultor Comercial no projeto Empreender com empresários dos seguintes segmentos: Materiais de Construção, Autopeças, Panificadores, Farmácias, Indústrias de Doces, Papelaria, Escolas Particulares e Cabeleireiros. Em 2005, por convite da FACTHUS (Faculdade de Talentos Humanos de Uberaba), exerceu a função de *Marketing* e, de 2007 a 2010, a função de Supervisor dos *Campi* I e II; também exerceu, desde 2007, a função de professor, por meio de processo de seleção, cargo este que acontece até os dias atuais, com as seguintes disciplinas: Empreendedorismo; Administração, Economia, Matemática Básica, Gestão da Qualidade, além de Orientação de Estágio (Engenharias: Mecânica, Elétrica e Ambiental), Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, TGA (Teoria Geral da Administração e Contabilidade Básica).

O sonho de cursar um mestrado chegou em 2015. Por trabalhar com temas ligados aos cursos do SENAC, por necessitar conhecer ainda mais sobre aprendizado comercial, bem como conhecer a respeito das necessidades pelas quais passa o país em termos de qualidade profissional, preparação para o mercado de trabalho, é que esta pesquisa, que agora se conclui,

⁵ Por concurso interno, houve a oportunidade de aprovação para Analista Contábil da Instituição e, após dois anos, através de outro concurso interno, para a função de Coordenador de Cursos nas Unidades Móveis e de Apoio às 31 cidades pertencentes à Regional Uberaba.

justifica-se, no sentido de colaborar com alunos, universidades e com o país. Em termos de curiosidade científica, percebe-se que o conhecimento da História, nos seus meandros nos facilita a perceber e compreender as conjeturas e realidades dos diferentes processos (econômico, sociais, políticos, educacionais) que se imbricam; nos induz a buscar subsídios de investigação na importância desta instituição para a comunidade de Uberaba, seus resultados, sua influência na educação e na formação profissional na cidade. Esta é o início da investigação, não conseguindo abarcar todas as instâncias, deixando, para posteriores pesquisas, quem sabe no doutorado.

Esta dissertação foi realizada por meio de pesquisas bibliográfica e hipertextual e documental, cujo objeto foi a instituição, SENAC, em que as origens se situam nos anos de 1940, mas sua institucionalização em Uberaba, MG, se deu em 1960. Nesse sentido, cabe elucidar tal processo de institucionalização, bem como suas influências na cidade de Uberaba, MG, em relação às questões de educação profissional e trabalho que, com certeza, influenciaram a economia, as questões sociais e a Educação. O esforço foi o de desvendar a complexidade de tais questões, o fenômeno investigado, visando melhor compreensão da realidade.

Quanto ao método, essa pesquisa se baseia em pesquisa bibliográfica e hipertextual, bem como em pesquisa documental, a qual caracteriza particularmente a investigação histórico-educacional. Em termos de fontes primárias, essa investigação contou com jornais, legislação educacional; em relação às fontes secundárias, várias publicações, consideráveis como textos de época, compõem a interlocução com o objeto dessa pesquisa. Em termos de referencial teórico, baseou-se no estabelecimento de relações entre a sociedade, a economia, a política, a educação e a instituição SENAC enquanto destinada ao ensino profissional. Não se tratou de distinguir os indivíduos que fizeram a história nacional e local em torno do SENAC, mas exercitou-se a busca por descrever, explicar e interpretar a história nacional e local, que se desenrolou em torno do SENAC

Em termos de embasamento documental, tal pesquisa se realizou em arquivos existentes na instituição SENAC de Uberaba, MG, a qual também contou com publicações em livros, jornais da época, dissertações, teses, além de pesquisas *on line*. Alguns livros que versam sobre Uberaba e o SENAC, e que apresentam seu histórico e discutem as suas influências nas áreas de Educação e trabalho na cidade de Uberaba, entre os anos de 1940 e de 1960 foram utilizados, principalmente: *Correio do SENAC* e *Boletim Técnico do SENAC*, além de *Confederação*

Nacional do Comércio, 60 anos, obra de Mário de Almeida (2006), *SENAC Rio de Janeiro: 50 anos de educação para o trabalho*, de autoria de Souza Filho (1998) e outros.

O recorte cronológico que cobre os anos de 1946 aos de 1960 foi assim definido, pois abarca a criação da instituição no país em 1946, sua instalação na cidade de Uberaba, MG, em 1960, bem como seus desdobramentos em termos de ensino profissional, numa época que o país estava em efervescência política, econômica e educacional, além de a ONU (Organização das Nações Unidas) ter estabelecido os anos de 1960 como a década do desenvolvimento mundial.

Buscou-se primar pela revisão bibliográfica, pois ela sustenta a pesquisa científica, tornando-se indispensável para fazer o recorte do problema de pesquisa, bem como para conhecer o tema no estado em que se encontra tal pesquisa, como também suas lacunas e contribuições para a aquisição do conhecimento (MARCONI & LAKATOS, 2010). Além disso, ela contribuiu para novas construções teóricas e para a validação de resultados científicos, delineando-se assim uma linha de raciocínio e conclusões da investigação. Como se sabe, o segredo de uma revisão bibliográfica bem elaborada é a organização e o planejamento (SANTOS, 2015). Por isso recolheu-se, primeiramente, os livros que continham informações a respeito do tema. Foram pesquisados, selecionados e lidos os jornais, periódicos científicos, dissertações e resumos em congressos, que tivessem alguma importância para o tema. A partir disso, passou-se à leitura, seleção dos assuntos pertinentes e depois à escrita, em busca de uma forma clara e objetiva de apresentação.

Trata-se de uma pesquisa histórico-educacional, e tem, entre outros documentos, a imprensa como fonte de busca e objeto de coleta de dados. No caso da pesquisa com jornais, é importante compreender que ela “potencializa a pesquisa histórico-educacional” (SCHELBAUER & ARAÚJO, 2007, p. 5). Tais autores veem a Educação como prática social, por meio de um processo dinâmico veiculado pela cultura. A imprensa é a forma de ampliar os horizontes, levando a educação escolar para fora dos muros da escola.

Especificamente na presente pesquisa, justifica-se a pesquisa histórico-educacional por buscar registros no passado, recompondo a história social em seu contexto (no caso: Brasil, Minas Gerais e Uberaba) e em um tempo determinado. É a forma de documentar com riqueza todo o contexto de um grupo humano específico com detalhes dos anseios, sonhos, “desilusões e as utopias que têm marcado o projeto: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades” (SCHELBAUER & ARAÚJO, 2007, p. 7).

O objeto específico de pesquisa foi a instituição SENAC na cidade de Uberaba, MG, emergente em 1960, na busca do contexto histórico, procurando desvendar as relações entre educação e trabalho, mas com referência ao SENAC na cidade de Uberaba. Para a fundamentação dessa pesquisa, fez-se uma contextualização histórica no sentido de conhecer a conjuntura em que se encontrava o país e a cidade de Uberaba, quando surgiu o SENAC. **O problema** a ser respondido nesta pesquisa é: como explicar a gênese do SENAC Uberaba e qual o seu papel e influência na sociedade uberabense? Quais relações guarda tal instituição em vista da articulação entre educação e trabalho? Como caracterizar a formação profissional para o comércio?

Objetivo geral: descrever, explicar e interpretar a gênese do SENAC em 1946, bem como sua emergência em Uberaba, MG, em 1960. Os **objetivos específicos** se realizam em torno dos seguintes: contextualizar a história brasileira a partir dos anos de 1930 e de 1940; explicitar o processo de educação profissional emergente desde então; investigar sobre as origens do município de Uberaba, MG, bem como o contexto urbano que se expressou entre os anos de 1930 e 1960; e analisar as influências do SENAC Uberaba, enquanto associadas à correlação entre educação e trabalho.

Há poucas pesquisas na literatura, semelhantes ao presente estudo, no que tange às implicações entre trabalho e educação no município de Uberaba. Encontramos alguns que versavam sobre o ensino, com o título, *Expansão do ensino no Triângulo Mineiro nos anos 1880-1960*, de autoria de Wenceslau Gonçalves Neto, texto encontrado na Revista HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil*, da UNICAMP (Universidade de Campinas), anais do IV Seminário Nacional, sem data. Há outro, específico, sobre a educação feminina, com o título, *Colégio Nossa Senhora das Dores (1940 a 1966)*, dos autores Geovana Ferreira Melo, Geraldo Inácio Filho (1997)⁶. Encontrou-se, uma publicação intitulada por *História e memória educacional: Gênese e consolidação do ensino escolar no triângulo mineiro*, de Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho, José Carlos Souza Araújo e Wenceslau Gonçalves Neto (1997)⁷. Em relação ao SENAC em Uberaba, nada foi encontrado no Google Acadêmico e na Plataforma Scielo. Dada a existência de poucos trabalhos, justifica-se essa investigação em torno do SENAC, desde a sua criação em âmbito nacional em 1946, até a sua gênese em Uberaba, MG, em 1960, época em que o país esteve em franco

⁶ Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art5_15.pdf>. Acesso em 11/09/2016.

⁷ Encontra-se na revista: História da Educação ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas (2): 5 – 8-28 set 1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30662/pdf>>. Acesso em 11/09/2016.

desenvolvimento. Tal instituição surgia em um cenário com prerrogativas de intervenção no mercado de trabalho e com reflexos na sociedade como um todo em relação às dimensões que envolvem o trabalho e a educação. É importante destacar também a importância da presente pesquisa, uma vez que se destina em contribuir para o conhecimento dos processos de institucionalização de escolas, processos estes, por vezes, esquecidos ou secundarizados. Trata-se então, por essa pesquisa, de conhecer também a história da cidade e das instituições que continuam prestando serviços à mesma. Justifica-se, por isso, pela necessidade de elucidação da importância das influências do SENAC na educação e no trabalho, como uma das empresas pioneiras no desenvolvimento profissional, empresarial e industrial do país, no sentido da preparação para a mão de obra para a indústria e para o comércio que se ampliava no país, na época de sua criação. As contribuições dessa pesquisa histórico-educacional não se restringem apenas à educação em Uberaba, MG, mas também para toda a educação brasileira. Os vários capítulos dessa dissertação serão suporte para muitos alunos das escolas de Ensino Fundamental, Médio e Graduação na busca de conteúdos pertinentes ao tema. Mais que recurso estatístico relativo aos anos de 1946 aos de 1960, trata-se de reflexões sobre a educação, a sociedade brasileira e a região de Uberaba, MG, sobre a sociedade uberabense, sobre a educação profissional, a história do SENAC e toda a sua influência no país e na cidade de Uberaba. A pesquisa procura atestar o progresso, a busca de estratégias pertinentes ao desenvolvimento profissional e a abertura para novas formas de aprender e ensinar, o que vai ampliar a mão de obra para o mundo do trabalho. Atesta também o progresso intelectual, na percepção da difusão de escolas e o crescente aparecimento de outras instituições, como se percebe, atualmente, no país e na cidade.

Esta dissertação foi delineada da seguinte forma: nesta introdução estão situadas as informações do cenário mundial e brasileira, sinteticamente para contextualizar e fazer o recorte da pesquisa: no capítulo 1: retrospectiva para explicitar a situação brasileira nos anos de 1940 aos de 1960, procurando refletir a respeito dos principais fatos históricos sobre a política, economia e educação, que deram suporte para os capítulos seguintes; no capítulo 2, procura-se historiar a educação profissional no Brasil desde os anos de 1940; no capítulo 3, origens históricas do SENAC, no país; no capítulo 4, a pesquisa está focalizada em torno da instalação do SENAC na cidade de Uberaba; no capítulo 5, as influências que o SENAC exerceu nos setores do trabalho e educação na cidade de Uberaba.

CAPÍTULO 1 - O BRASIL EM MOVIMENTO NOS ANOS DE 1946 A 1960

Após 50 anos da mudança do regime monárquico para uma República Federativa do Brasil e da Abolição da Escravatura, divulgava a ideia de melhorar a vida dos menos favorecidos do país, mas na verdade os problemas que afetavam a economia só aumentaram. A existência de escolas, no sentido moderno, para educação profissional é um fenômeno recente; desde a atuação dos jesuítas, que era reservada às classes pobres: classes populares, caboclos, escravos, índios e portugueses pobres para liberar as outras pessoas para o conforto, herança dos gregos que achavam que a fruição só era própria dos sábios e o fazer sobrar para os tolos (CUNHA, 2005a). Aristóteles, em *A política*, afirma que “desde o momento em que nascem, os homens estão determinados uns para a sujeição, e outros para o comando. [...] os cidadãos não devem exercer as artes mecânicas e nem as profissões mercantis, porque este gênero de vida tem qualquer coisa de vil, e é contrário à virtude”. Este pensamento renasceu na visão neoliberal. Assim são justificadas a escravidão e a representação social dos trabalhos braçais, criando preconceito que persiste ainda hoje e que se percebe por meio da separação de papéis. Esse estilo de mentalidade demonstra que os pobres, desvalidos, criminosos não tinham possibilidade de ascensão social. Na época do Império, no Brasil, esse processo era evidente, o que se percebia era a “pedagogia da escravidão”, pois a preparação para as funções se dava pelo “medo, coação física e ameaças”, nas chamadas Corporações de Ofícios, onde se ensinava a trabalhar nas olarias, carpintarias, construções em que demandava força física e habilidade (CAPELO, s/d)⁸. Com as Corporações de Ofícios e com o crescimento populacional urbano surge o tempo profissional urbano em contrapartida ao do campo, com mão-de-obra assalariada, dividindo as categorias em mestres, oficiais e aprendizes, sendo utilizados para a indústria rudimentar ainda. Permitia que trabalhassem nas fábricas também os “moços de ganho” e os “escravos de serviço”, mas nestas condições os salários eram pagos aos seus patrões ou donos. Estas Corporações tiveram destaque no século XVII, com o ciclo do ouro, e foram utilizados para construção de igrejas, fontes, mansões e peças sacras (CUNHA, 2005a).

Mesmo com a produção agrícola farta, principalmente a do café, no regime Republicano, o país continuava importando mais do que conseguia vender, sem falar na dívida para com a Inglaterra; o país não contava com recursos para promover crescimento igual em

⁸ Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/guest5eb864/pedagogia-da-escravido-palmas-paran>>. Acesso 22 jan. 2017.

todas as regiões, além de dar mais atenção aos que produziam para exportação, sendo então privilegiado o centro-sul, pois seus estados fortaleciam a balança comercial, além de estes possuírem terras mais férteis. Já se notava, na última década do século XIX, a decadência da produção açucareira e do cacau. No início do século XX, o incremento paulatino de obras de infraestrutura, como estradas de ferro e telégrafos apontava desequilíbrio na economia. O processo de industrialização estava atrasado em comparação a outros países e por isso cresceu muito o número de desempregados, o que significava surgimento de nova conjuntura característica do desenvolvimento capitalista e de seus conflitos de classe, exploração do trabalho e defesa dos direitos de cidadania. Desde o final do século XIX, em termos culturais, fervilhavam ideias novas, como positivismo⁹, darwinismo¹⁰, crítica religiosa, cientificismo dentre outras, como por exemplo, os processos novos ligados ao Direito e à Política. Estavam em andamento vários processos, como a emancipação da mulher, a democracia, o trabalho e a busca pela distribuição da riqueza. O momento histórico mundial exigira do Brasil mudanças no padrão econômico, social e educacional, uma vez que a educação incrementaria o econômico e, por consequência o social.

A expansão da produção industrial competia por mercados, bem como por novos pólos consumidores pelos países desenvolvidos. A produção industrial não poderia exceder a demanda, pois possibilitava recessões econômicas. Assim, as colônias que apenas forneciam matéria-prima, passaram a ser também consumidoras. Por isso, com a Abolição da Escravatura, foi se constituindo processualmente o trabalho remunerado, o que permitiria o desenvolvimento de uma sociedade de consumo. No entanto, os países de Terceiro Mundo também aspiravam por seu próprio parque industrial, inserindo-se assim, na economia capitalista para poder exportar seus produtos e gerar dividendos. No entanto, havia a preocupação de que isso não implicasse em rompimento com os laços de dependência (SAVIANI, 2004, p. 15).

Pela falta de subsídios no campo para produção agrícola, o êxodo rural no Brasil se ampliou, nas décadas de 1930 e 1940, que provocou repercussões em diferentes aspectos no país. Nordestinos, desde 1930, buscavam grandes centros urbanos em busca de oportunidades

⁹ É uma corrente filosófica, cuja origem se deu na França no início do século XIX, idealizada por Auguste Comte. Acreditava ele que a única forma de conhecimento verdadeiro é a partir da validação da ciência. E que o progresso da humanidade depende dos avanços científicos.

¹⁰ Trata-se de uma teoria criada por Darwin sobre a evolução, cuja sustentação se baseia na posição de que as criaturas vivas na Terra são determinadas pelos ambientes, mas acordo com sua capacidade de se adaptar ao ambiente em que estão inseridos.

de trabalho e sobrevivência, por causa da modernização da agricultura, abertura das fronteiras agrícolas, avanço da industrialização e o crescimento demográfico que proporcionaram os deslocamentos. As cidades expandiram-se desordenadamente por causa da rápida urbanização. Com o movimento migratório para as cidades, o Brasil não estava preparado para lidar com a grande demanda de atendimentos sociais nas cidades, principalmente em educação e saúde (MAGNOLI & ARAÚJO, 1996).

Desencadeou o êxodo rural como consequência da implantação capitalista moderna na produção agropecuária. Isto porque o modelo econômico privilegiou os grandes latifundiários, com a mecanização da lavoura que fez com que os pequenos produtores tivessem que sair do campo. Ao mesmo tempo, com o crescimento das cidades atraíram para trabalhos que lhes oferecem melhores condições de vida. Mas esse processo gerou muitos problemas sociais, por não possuírem qualificação profissional exigida pelo mercado, com o aumento populacional desordenado que provocou o desemprego e o subemprego, aumentando o trabalho de vendedores ambulantes, catadores de lixo, flanelinhas, que não conseguem subsistência digna, surgindo as favelas. Resultado de políticas públicas ditadas pelo capital, pelos interesses dos detentores.

No início dos anos de 1940, o país intensificava ainda mais o acelerado crescimento na economia: expansão do comércio de bens e serviços, o que mantinha a migração de grandes populações do campo para as cidades, promovendo assim, rápida urbanização. O país sofria impactos positivos e negativos do processo de modernização política e econômica. Por causa da industrialização em franco crescimento, ampliou-se a representatividade das classes trabalhadoras e empresariais, quando os movimentos sindicais surgiram com o objetivo de garantir os direitos trabalhistas. Porém, as raízes desse movimento histórico brasileiro já estavam dadas com a Revolução de 1930, por meio da deposição do presidente Washington Luís pelo golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas. Entretanto, em 1937 instaurou-se o Estado Novo, caracterizado por centralização do poder e pelo intervencionismo do Estado:

O Estado Novo, então instituído, defronta-se com duas demandas: absorver e controlar os setores urbanos emergentes e buscar nesses mesmos setores, legitimação política. Para isso adota uma política de massa, incorporando parte das reivindicações populares, mas controlando a autonomia dos movimentos reivindicatórios do proletariado emergente, através de canais institucionais, absorvendo-os na estrutura corporativista do Estado. (SILVA, 1995, p.24).

O CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior), criado em 1934; e, em 1938, instalado o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), teve objetivo de

integração. Com o regime autoritário estadonovista, aconteciam invasão de casas, prisões, os crimes políticos eram punidos com pena de morte, além de expulsão das pessoas que eram contra o regime, a presença da polícia secreta que realizava práticas violentas, tortura e assassinatos. Tanto que a Constituição Federal de 1937, inspirada na da Polônia, era regime fascista. Na década de 1930, sucessivas crises econômicas, desgastaram o país politicamente, que provocaram mudanças das políticas econômicas e de organização do Estado. Os anos entre 1930 e 1950 foram período de implantação de um sistema industrial, com expressivo avanço no quesito economia, o que fez com que se intensificassem as relações sociais capitalistas. O governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, iniciou políticas públicas de proteção social a fim de controlar as tensões, mas manteve um governo repressor. A partir desse governo, foram instituídos o Ministério do Trabalho, a CLT (Consolidação das Leis trabalhistas), o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e outras. Percebe-se então a institucionalização no país e estruturação de serviços, carreiras, para fortalecer o desenvolvimento econômico e social.

Em 1940, o país tinha 41.236.315 habitantes; em 1950, 51.944.397 habitantes; e, em 1960, eram 70.070.457 habitantes.

A distribuição no espaço brasileiro passa por grandes transformações a partir da década de 1940, com importantes deslocamentos de trabalhadores agrícolas, destacando-se a modernização da agricultura do Sudeste e a abertura de novas fronteiras agrícolas, o avanço da industrialização e, também, o elevado crescimento demográfico vegetativo da área rural do Nordeste. (MAGNOLI; ARAÚJO, 1996, p. 184).

As necessidades da população em relação a hospitais e atendimentos médicos eram insuficientes, havia ainda muita mortalidade infantil, além de mortes por tuberculose, malária e paralisia infantil. Nesta época, Getúlio Vargas, novamente presidente do Brasil, entre 1951 e 1954, criou muitas agências para implementar o desenvolvimento econômico, por meio do dirigismo estatal¹¹. Dentre elas: o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); Petrobras (Petróleo Brasileiro S. A.); PNC (Plano Nacional do Carvão); SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e BNB (Banco do Nordeste Brasileiro B).

Na década de 1950, sobrelevou-se o modelo keynesiano-desenvolvimentista¹² de desenvolvimento econômico, denominado por período cepalino¹³, o que foi praticado no

¹¹ Sistema político em que o governo exerce prioritariamente o poder de decisão e orientação no setor econômico.

¹² Modelo de política econômica baseado no crescimento da indústria e da infraestrutura, sendo o Estado o propulsor ativo, que incentiva a economia e o aumento do consumo. O que não aconteceu a contento no país.

¹³ Derivado de CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

governo de JK (Juscelino Kubitschek), perdurando até o fim dos governos militares, quando entrou em colapso a partir dos anos 1980, por causa da crise da inflação. No segundo governo de Getúlio Vargas (de 1951 a 1954), o Brasil ganhou velocidade nas suas mudanças estruturais em relação ao desenvolvimento, à economia, à industrialização, à política e ao controle social e sindical. Estava então o país em franco processo de modernização política, econômica e, claro, lidava com os impactos decorrentes desse processo. No governo de Juscelino evidenciou-se uma democracia de massa, com eleições livres, com liberdade de imprensa e um Congresso valorizado. Havia instrumentos que beneficiaram JK, já produzidos por Getúlio Vargas, como a criação de agências de pesquisa, implementação de políticas de desenvolvimento com uma ótica de valorização do Governo, como BNDES e Petrobrás.

O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de 15 de março de 1952, tinha o compromisso, por parte dos Estados Unidos, de fornecer equipamentos, materiais e serviços em troca dos minerais estratégicos do Brasil. O país era pobre em tecnologia e em pesquisas científicas, o que fez com que fossem criados, em 1951, o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior).

Uma das iniciativas de desenvolvimento no Brasil encontra-se representada abaixo, na **Figura 1**, quando aconteceu a fundação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso:

Figura 1: Visita da missão do BIRD à Cia Hidrelétrica de São Francisco Paulo Afonso/1953.



Fonte: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvimento>>. Acesso em 26 fev. 2016.

Outra representação do resultado da criação do BNDES, uma das instituições que motivaram o desenvolvimento econômico no país, tendo já comemorado os 50 anos de atividade no país, encontra-se representada a seguir, na **Figura 2**:

Figura 2 - Material de divulgação de exposição dos 50 anos do BNDES



Fonte: Disponível em: http://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/historia/os_anos_jk. Acesso: 23/02/2016.

Os anos de 1940 a 1960 foram marcados pela industrialização, conduzida pelo Estado, tendo em vista superar o subdesenvolvimento. Consta, praticamente, da primeira fase ideológica desenvolvimentista (1930-1964), em que houve condições de expansão dos setores econômicos. Expressam-se, nesse período, cinco correntes de pensamento, segundo Bielshowsky (2011). As duas primeiras correntes se encontram no extremo entre direita e esquerda:

- ✓ **Pensamento neoliberal de direita**, de Eugênio Gudin, ministro da Fazenda entre setembro/1954 e abril/1955, durante o governo do então presidente Café Filho;
- ✓ **Pensamento da corrente socialista, marxista**, do historiador, escritor e geógrafo Caio Prado Júnior.

Entre as duas correntes extremas, citadas por Bielshowsky (2011), destacam-se mais três, desenvolvimentistas e assumiram hegemonia na economia do país:

- ✓ **Roberto Cochrane Simonsen** – industrialista e se ocupou do desenvolvimento do setor privado;

- ✓ **Roberto Campos** – que se ocupou do desenvolvimentismo do setor público não nacionalista. No desenvolvimento do setor público nacionalista, Celso Furtado foi figura importante. Menciona-se também o economista Ignácio Rangel que teve grande abrangência e criatividade neste setor.

Os liberais não queriam a intervenção do Estado na economia. Acreditavam no equilíbrio monetário financeiro conquistado pelas forças do mercado como pressupostos para a criação de setores econômicos mais consistentes. Faziam oposição à industrialização do país, apostavam no crescimento agrário, argumentavam que a indústria brasileira tinha excesso de tarifas, créditos subsidiados e diziam que o parque industrial brasileiro teria que crescer naturalmente pela expansão do mercado. Temiam pelo aumento da inflação.

E, por último:

- ✓ O pensamento ligado ao **PCB (Partido Comunista Brasileiro)**, sustentado na concepção de ruptura do capitalismo, tentava identificar o processo pelo qual o país estava vivendo a transição de um país semifeudal latifundiário para o socialismo, na mira de um capitalismo moderno. Estavam influenciados pela Terceira Internacional Socialista, que havia acontecido em Moscou em 1919, que pregava a necessidade de implantar um processo de transição democrático-burguesa para conseguir chegar ao socialismo, por meio de aliança entre o proletariado e a burguesia. Sabiam que precisavam lutar contra duas forças antagônicas, o monopólio e o imperialismo. Mas, apesar das lutas do PCB, o pensamento central ficou por conta da ideologia desenvolvimentista, que insistia na transformação do Brasil de produtor de matérias-primas agrícolas para um país urbano e industrial. Bielshowsky (2011) identifica duas correntes nesta centralidade:
 - **Setor privado**, com linguagem diferente dos economistas tradicionais;
 - **Setor público** que se dividiu em não nacionalistas e nacionalistas:
 - **Não nacionalistas** – expressou-se pela CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos), para a produção do desenvolvimento econômico, formada em 1951; no governo de Eurico Gaspar Dutra, junto ao Ministério da Fazenda, em que técnicos brasileiros e norte-americanos é que desempenhavam as funções de elaborar projetos de infraestrutura, na criação do que veio a ser o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) e o

BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento). Havia, entre os nacionalistas uma corrente de pensamento que apostava na industrialização, acreditando que ela absorveria o progresso técnico mundial, contando com o capital estrangeiro. E temia também pela inflação, por isso reivindicava políticas que interrompessem o crescimento econômico no país.

- **A corrente nacionalista** contava com intelectuais: Celso Furtado que ocupou cargo na CEPAL, em Santiago, Américo Barbosa de Oliveira e outros. Esta corrente foi a que mais ocupou cargos na estrutura governamental: Inácio Rangel (oriundo da CNI), como chefe de assessoria de Vargas.

Foi encontrada em Campos (2002) uma descrição do país, na época de 1949, do então Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Abgar Renault, sobre a condição ainda rural, em busca de melhorias:

Somos rurais [...] geográfica, histórica, espiritual, econômica, social e politicamente. Não temos mais de 10% de nossa população em zonas realmente urbanas. [...] dos 35.769 quilômetros de vias férreas brasileiras (dos quais Minas possui 8.450 km e São Paulo 7.519, isto é, 45,2% do total), praticamente nem um metro está em zona rural. [...] nem 7% dos habitantes da mesma zona são servidos de luz elétrica e energia, nem dispõem de médicos, pois dos 18.000 que existem no país 62% estão nas capitais e 38% nas cidades do interior, devendo-se assinalar que no Rio de Janeiro e na capital de São Paulo, onde estão localizadas apenas 8% da nossa população, residem mais de 40% dos nossos médicos [...] há regiões onde se conta com um só médico para cada grupo de 60.000 habitantes. (CAMPOS, 2002, p. 272).

Percebem-se contradições nos discursos políticos da época, como grande preocupação em favorecer o povo, no entanto a realidade concreta não coadunava com as falas. O que se buscava era a proposta liberal de crescimento do país, por meio do trabalho árduo e mal remunerado da população. O Secretário se preocupou com o êxodo rural desenfreado por não ter estrutura “digna” para a população rural na cidade, uma vez que o número de pessoas era enorme entre aquelas que chegavam todos os dias às cidades. Ele esclarece também que a imigração se fixava nas cidades, deixando a zona rural totalmente desfalcada de condições de produção:

A nossa política imigratória revela [...]: de 1940 a 1944 entraram no Brasil 33.713 imigrantes, e deste número ficaram no Rio de Janeiro e em São Paulo 88,69% [...] o panorama evidente de dois sistemas de pesos e medidas na solução dos problemas vitais em duas zonas brasileiras: urbana, a privilegiada, e a rural – prejudicada, apesar

do valor que encerra essa na economia do País e na sobrevivência da raça. (CAMPOS, 2002, p. 272).

Essas ações foram resultado de reação num país saído da guerra, da formulação da Constituição de 1946 e da criação de partidos políticos. Mais algumas autarquias foram criadas, como por exemplo: BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização); CNPA (Comissão Nacional de Política Agrária); SSR (Serviço Social Rural), Em 31 de março de 1952, a CDI (Comissão de Desenvolvimento Industrial), criada pelo então presidente Getúlio Vargas, fez a instalação da Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis. Este fato foi de grande importância para a indústria automobilística nacional. O setor industrial teve crescimento de 8% ao ano, por meio da expansão da mão-de-obra. A preocupação era a estrutura e organização do aparelho estatal na produção de bens e serviços.

O modelo de desenvolvimento de Vargas foi predominante, o que perdurou no decorrer do governo de Juscelino Kubitschek, além de inspirar os governos militares, seguindo-se até a crise do petróleo entre 1970 e 1980 (D'ARAÚJO, 2004). O economista, Raúl Prebisch, colaborou muito nesse processo que, junto com Celso Furtado, foi refinando a operação das estruturas econômicas e sociais, culminando na escrita do livro: "Formação econômica do Brasil", publicado em 1958, com a ideia de que o Brasil não crescia por falta de estrutura produtiva diversificada e heterogênea (BIELSHOWSKY, 2011).

Nesse contexto e com esse sentido que medidas foram tomadas para promover a revolução econômica no Brasil, a qual devia ser acelerada, levando em conta apenas a necessidade de aceleração do processo econômico, mas sem levar em conta os aspectos políticos e sociais. As desigualdades regionais brasileiras, em termos de produção, fizeram com que o país continuasse no patamar de país subdesenvolvido (FERNANDES, 1987). As mudanças na economia aconteciam pela substituição das formas de dependência, e mesmo com outros mecanismos, não alterando as relações econômicas do país com o exterior.

[...] a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio econômico brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa. Os seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre o funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil. (FERNANDES, 1987, p. 94).

A ideia ventilada na citação acima é questionada por Furtado (1991), que via a modernização econômica a partir da tensão da economia cafeeira que surgiram os elementos para transformar o país numa economia autônoma que poderia gerar o próprio impulso de crescimento que concluiria a etapa colonial da economia brasileira.

O país passou a ser controlado pelas elites locais e econômicas, política e administrativamente; essas elites mantinham relações de interesses com os estrangeiros. Com o fortalecimento da burguesia, iniciou-se o embate entre as classes hegemônicas economicamente com a nova classe; a aristocracia estava também em crise, e isso ajudou a classe burguesa. Mesmo assim, a burguesia não tinha uma força política forte a ponto de revolucionar realmente, o que houve foi tirar vantagem no que pudesse em função das desigualdades sociais. Propunha uma transformação social, mas a mudança foi vagarosa, “preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES 1987, p. 205). Segundo Fernandes (1987) não houve confronto direto porque a aristocracia era também rural, pelo menos na sua origem. Nas palavras de Florestan Fernandes, a burguesia

[...] podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizando em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana. (FERNANDES, 1987, p. 205.).

A dominação burguesa deveu-se a muitos conflitos e choques convergentes para consolidar a dominação burguesa no país. Isso fez com que a oligarquia agrária e a oligarquia “moderna” (que se referia aos negócios de alto escalão, comerciais e industriais) determinassem a mentalidade burguesa de dominação. Isso aconteceu porque a burguesia manteve o controle dos setores econômicos, políticos e sociais do país, o que foi facilitado pelas diferenças sociais e por ter se concentrado nos procedimentos autocráticos e conservadores da oligarquia.

Com a preocupação de que as massas pudessem deter o poder, conquistando o espaço político, a classe dominante usou de repressão para oprimir e coibir as reivindicações. Esse processo foi colocado em prática de forma brutal e ostensiva, até “sem consenso e legitimidade civil e política” (FERNANDES, 1987, p. 203); não se conseguiu criar estruturas de classes sociais com distribuição de riqueza, nem participação social, muito menos angariar posição de

participação de direitos e uso das instituições políticas, não promovendo a democratização pela população, mas pelo controle do Estado (FERNANDES, 1987).

O regime militar (1964 – 1985) passou por cinco governos: Castelo Brando, de 1964 a 1967, que criou os atos institucionais; Costa e Silva, de 1967 a 1969, que instituiu o AI5, quando, de agosto de 1969 a outubro do mesmo ano, Costa e Silva foi substituído por uma junta militar, que envolvia os ministros da Marinha, Aeronáutica e Exército, período este de extrema violência e acirrado combate à esquerda, por meio da Lei de Segurança Nacional. Depois, veio Médici, de 1969 a 1974, em que viu acontecer o chamado milagre brasileiro: foi o período mais duro e repressivo, chamado de “anos de chumbo”, tal era a repressão à luta armada, censura, prisões, torturas e exílio; em seguida, Geisel, de 1975 a 1979, quando deu início à abertura política. Figueiredo, de 1979 a 1985, quando se deu o encerramento da ditadura civil-militar. No decorrer desse período, o país foi subjugado à repressão, perseguições políticas e exílios. Em suma, nesse contexto é que pode ser compreendido o processo educacional e a criação e desenvolvimento do SENAC, indicados no **Quadro 01**:

Quadro 01 – Acontecimentos marcantes na História do Brasil entre 1930 e 1968.	
Eventos	Ano
Consolidação da Segunda Revolução Industrial	Anos 1930 em diante
Abertura de empresas multinacionais	Maior impulso entre 1930-1945
Industrialização no Brasil “Etapa 1: Industrialização restringida	1933 - 1955
Fundação do partido União Democrática Nacional (UDN)	1944
Promulgação da nova Constituição	1946
Partido Comunista Brasileiro (PCB) cassado no país (briga política que se arrastou até 1961	1946
Criação do SENAC nacional	1946
Projeto educacional: Educação nova- tendência pedagógica- corrente educadores católicos	1948
Eleições presidenciais	1950
Revolução burguesa acelerada no Brasil. Diversifica bens manufaturados duráveis	1951
Campanha nacional de educação rural - CNER – ligado à Campanha de Educação de Adolescente e Adulto – CEAA	1952 a 1956
Criação da PETROBRÁS	1953
Criação da CAPES. Inicia a formação de pesquisadores no exterior	1953
Suicídio de Getúlio Vargas – revoltas populares	1954
Várias revoltas – entrada do capital nacional. Burguesia industrial.	1954

Companhia Siderúrgica Nacional – desenvolvimento econômico. Início de atendimento à população. Educação de elite até Vargas. O resto era mão-de-obra.	1954 em diante
Juscelino Kubitschek eleito presidente	1955
Criação do instituto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE.	1955
Fundação das Ligas Camponesas	1955
Desenvolvimento pleno no país. Integração social nacional	A partir de 1955
Industrialização no Brasil “Etapa 2: Industrialização pesada - Plano cruzado	1956 - 1980
Kubitschek inaugura Brasília	1960
Jânio Quadros assume a Presidência da República. Renúncia, assumindo o vice-presidente, João Goulart	1961
Formação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT	1962
João Goulart é deposto do poder pelos militares – (Golpe militar)	1964
O Partido Socialista Brasileiro foi extinto pela ditadura militar	1965
Abolido o pluripartidarismo e instituído o bipartidarismo: Arena e MDB	1965
Durante a ditadura militar (até 1985), em nível partidário, os socialistas atuaram dentro do MDB	1965
Aprovada pelo Congresso a 6.a Constituição Brasileira e Fechamento do Congresso: decretado o AI-5.	1967
Crescimento da dívida externa brasileira.	1968
Greves dos metalúrgicos de Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP), 1968.	Greves dos metalúrgicos de MG e SP 1968

Fonte: Elaborado pelo autor com conteúdo retirado de diferentes fontes no Google Acadêmico.

Do ponto de vista político, econômico, social, cultural e educacional, o país já estava, entre os anos de 1940 e 1970, num processo que já havia se iniciado nas duas últimas décadas do século XIX. Na primeira metade do século XX, foi atropelado por duas guerras mundiais (a primeira entre 1914 e 1918; e a segunda, entre 1939 e 1945), o que não impediu que pudesse caminhar na mesma velocidade que outros países da Europa. Saviani (2004) comenta que, na verdade, poderia iniciar-se o século XX nos anos de 1930, pois o país só retoma sua trajetória a partir desse ano. O desenvolvimento econômico entre 1940 e 1970, no Brasil, teve diferentes influências, entre elas, a mobilidade e crescimento populacional.

No auge do 1º ciclo de crescimento de desenvolvimento brasileiro, que foi de 1930 a 1964, destaca-se o governo de JK, o plano de metas fundado no *slogan* “cinquenta anos em cinco”, em que o pensamento central foi a transformação do país, sem dar atenção à questão de segurar a inflação (CARVALHO, 2004). Por isso, após 1960, veio a crise, porém o país retornou

ao desenvolvimento após 1964, por meio do processo de industrialização, por interesses empresariais e sindicais.

Começava a se formar a miséria urbana. Celso Furtado que, no final do ano de 1962 e início de 1963, era ministro do Planejamento, criou o Plano Trienal que pleiteava a continuidade do crescimento brasileiro, desenvolvimento de fórmulas para usar o capital estrangeiro e a industrialização como diminuição da miséria urbana, além de reprimir a inflação. Preocupado com as questões de divisão de renda, Celso Furtado criou e implantou, em 1963, a política de incentivos fiscais para investir na região do Nordeste, na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), no sentido de manter a sustentação macroeconômica por meio da industrialização naquela região. Mas em 1964 foi exilado do país, pelo golpe militar.

O 1º ciclo desenvolvimentista do Brasil aconteceu entre 1930 e 1964. O 2º foi de 1964 a 1980. Esse foi dividido em três períodos, mas serão explicitados apenas dois deles, em vista do recorte cronológico delimitado por essa pesquisa:

1º - 1964 – 1968. Esse período se preocupou com a busca de situações que mantivessem a sustentabilidade macroeconômica. Utilizaram-se para isso o arrocho salarial e a concentração de renda.

2º - 1968 – 1973. Foi o momento brasileiro do “milagre econômico”. Os economistas que trabalhavam na estrutura governamental foram Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto e outros que se constituíram em mentores do desenvolvimentismo oficial. A partir de 1980, viveu-se a crise da dívida externa, da inflação, desvalorização cambial, baixo crescimento econômico, chegada do pensamento neoliberal no Brasil (BIELSHOWSKY, 2011). Não será esse período desenvolvido, pois não é foco da presente pesquisa.

Deve-se, no entanto, ressaltar que já existia no país a consolidação da produção brasileira do café¹⁴, principal produto de exportação, praticamente como monocultura, que aumentou seu preço até 1930. Com a situação de quase monopólio e o alto preço do café, fez-se com que o país tivesse uma capitalização, o que levou à industrialização. A partir daí, pela baixa dos preços¹⁵, de 1931 a 1943, foram queimadas 72 milhões de sacas de café, correspondentes a quatro safras. Depois de 1944, os preços passaram a ser regulados por consenso dos países produtores.

¹⁴ As primeiras sementes de café vieram para o Brasil no ano de 1727, por Francisco de Melo Palheta. Começou a ser comercializado em 1850.

¹⁵ Isso em função da crise de 1929, pois os Estados Unidos eram um dos maiores compradores do café brasileiro.

A produção cafeeira no Brasil trouxe grandes melhorias na economia, proporcionaram construção de ferrovias e de estradas para escoar o produto. A utilização da mão de obra assalariada, na produção, que era a principal no período, trouxe novo impulso para a economia interna do país. E o grande acúmulo de capitais obtido com a venda do café possibilitou vários investimentos em infraestrutura, como estradas, ferrovias, além de investimentos em novos setores econômicos, como comércio e indústrias. Dessa forma, a produção do café favoreceu o processo de urbanização do país. No aspecto social, com a Abolição da escravatura, em 1888, a imigração foi um negócio altamente rentável para o país, pois provocou o surgimento de

Novos grupos de pressão sobre o setor exportador, destacando-se a ‘classe média urbana’ – empregados do governo, civis e militares, e do comércio – os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos e os nascentes grupos industriais. (ARRIGHI, 1996, p. 172).

Isso aconteceu por conta do produto ganhar o mercado europeu e norte-americano, o que provocou o acúmulo de capitais no país. Colaborou também para o investimento em indústria e comércio, uma vez que não se gastava mais com o tráfico negreiro, abrindo portas para a formação de novas classes sociais. Mas a diversificação econômica fortaleceu a classe proprietária de terras, com atuação política, causando conflitos em relação o interesse conservadores dos fazendeiros produtores e a demanda de trabalhadores assalariados urbano.

Os anos de 1950, o desenvolvimento do país se baseava num tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital internacional. O Estado foi reestruturado por meio da criação de agências, que formulavam as políticas econômicas, e da motivação nacionalista. Para que o reaparelhamento econômico/industrial acontecesse, foram criados alguns programas, como por exemplo: Fundo Rodoviário Nacional para aumentar a malha rodoviária; Plano Nacional do Carvão, para produção de energia, no sentido de modernizar os processos de extração e beneficiamento. Foram aparelhados portos e ferrovias. Nessa época, também foi criado o Fundo Nacional de Eletrificação, já com plano de criação da Eletrobrás, a qual só se efetivou em 1961 (D’ARAÚJO, 2004).

Nos anos de 1950, o país vivia uma ideologia de desenvolvimento e progresso. Quando Getúlio Vargas terminou seu segundo mandato (1951-1954), o Brasil já tinha passado por um processo de muitas mudanças estruturais no desenvolvimento, no novo modelo econômico, na industrialização, na política e no controle social e sindical, que havia se ampliado a partir da década de 1930. Venceu JK, que deu continuidade aos projetos de Vargas, formando comissões

técnicas para pesquisas no sentido de contornar a tradição clientelista no país; procurando formar bolsões de excelência para o planejamento de decisões rápidas, pois o momento era de crença no desenvolvimento, na transformação e progresso, pregada por JK, na continuidade de Vargas, com desenvolvimentismo, otimismo e tolerância política. Tinha a seu favor um corpo institucional formado e estrutura burocrática consolidada. Juscelino Kubitschek, aproveitando-se do aparelho do Estado já organizado por Getúlio Vargas, colocou em ação o plano que daria a si notoriedade, utilizando-se dos projetos já em processo de configuração desde os anos 1930. Construiu Brasília, mas não se preocupou com a pauta social do desenvolvimento humano. As eleições presidenciais de 1955 foram acirradas em função do impacto do suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, e também pela preocupação com a oposição em aliança com setores militares.

Comparando-se com outros períodos da história brasileira, o governo de JK foi de estabilidade política. Recebeu apoio do Congresso, com maioria, além das Forças Armadas. O então presidente convidou militares para participar do governo. O general Lott, ministro da Guerra, favoreceu a amenização das divisões que existiam dentro do Exército. Mesmo assim deparou-se com a oposição de alguns grupos militares, como a Marinha e Aeronáutica, despontando-se então rebeliões de Jacareacanga e Aragarças¹⁶ (CARLONI, 2010).

As alianças com o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido dos Trabalhadores do Brasil) fizeram com que o governo tivesse aprovação na maioria dos projetos. O PTB controlou o Ministério do Trabalho e os órgãos referentes à Previdência Social, além de influenciar os movimentos sindicais. Coube ao PSD unir os setores: rural, burocracia do governo, burguesia comercial e indústria. A UDN foi a grande oposição a JK, principalmente no final do governo, a partir de 1959 que, através do jornal, *Tribuna da Imprensa*, que era de propriedade de Carlos Lacerda: jornalistas como Aliomar Baleeiro, Prudente de Moraes e outros denunciavam atos de corrupção e escândalos do governo, o que dificultava a aprovação de projetos no Congresso. A oposição se acirrou, quando JK foi pressionado pelo FMI (Fundo

¹⁶ Rebeliões contra JK que se expressaram desde o início de seu mandato, ou mesmo até antes de tomar posse. Militares da Aeronáutica insatisfeitos queriam uma nova eleição e criaram levantes para inibir seu governo. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarcas> e <https://doc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga>. Acesso em 04/11/2016.

Monetário Internacional) e pelo crescimento da inflação por causa da construção de Brasília. A **Figura 3** demonstra momentos de oposição ao governo de Juscelino Kubitschek.

Figura 3 - Oposição ao governo de JK



Fonte: Periódico de oposição a Juscelino Kubitschek. Maquis. Rio de Janeiro, n. 21, mar.1957 (capa). (Foto: GV). Disponível em: <http://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/historia/os_anos_jk> Acesso em: 20/11/2016.

A base de sustentação política já não era tão forte, enfrentava greves e manifestações organizadas pelo PTB, em que estudantes e trabalhadores reivindicavam mudanças na legislação trabalhista e na reforma agrária; e isso enfraqueceu a aliança entre o PTB e o PSD

Foi nessa época que surgiu o MPJQ (Movimento Popular Jânio Quadros). Este tinha popularidade, e acusava o governo por uso indevido do capital público. Ele falava em exterminar a corrupção e a inflação; Jânio Quadros, em seguida, ganha as eleições, tendo por vice-presidente, João Goulart

A indústria procurou se adequar à nova estrutura de concorrência por meio da modernização, tecnologização e treinamento profissional:

Antes de tudo, temos aí a emergência de um mercado mundial. À medida que se expande, absorve e destrói todos os mercados locais e regionais que toca. Produção e consumo – e necessidades humanas – tornam-se cada vez mais internacionais e cosmopolitas. [...] O capital se concentra cada vez mais nas mãos de poucos.

Camponeses e artesãos independentes não podem competir com a produção de massa capitalista e são forçados a abandonar suas terras e fechar seus estabelecimentos. A produção se centraliza de maneira progressiva e se racionaliza em fábricas altamente automatizadas. (BERMAN, 1986, p. 90).

Pode-se ver que o mercado mundial também reagiu, anulando os mercados locais, próprio da globalização. A propulsão da produção e a motivação ao consumismo vão se tornando ampliadas. Como característica capitalista, de caráter globalizante, vai se concentrando a renda nas mãos de poucos, em detrimento da maioria. Os pequenos produtores não conseguem acompanhar tal processo, pois vão sendo engolidos pelos grandes e internacionais produtores. Para isso, colaborou também a automação e o avanço da tecnologia.

O contexto estudado neste capítulo prepara a instalação do SENAC, pois se percebe o processo pelo qual o Brasil caminha, justificando a necessidade de preparação de mão de obra na linha de produção de bens e serviços e fortalecimento da economia.

CAPÍTULO 2 - ORIGENS E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SENAC NO BRASIL, ENTRE OS ANOS 1946 A 1960

Em 1809, se instalou no Rio de Janeiro o Colégio das Fábricas para abrigar as crianças e jovens vindos com a família real para o Brasil. Em 1875, também nesta mesma cidade, foi criado o Asilo dos Meninos Desvalidos, no sentido de resolver problemas sociais, como pobreza, mendicância, utilizando-se os jovens para formação de mão de obra, também por causa do aumento da produção manufatureira. O ensino profissional no Brasil na primeira década do século XX começa a ser visto como solução para os problemas sociais (CUNHA, 2000c).

O Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criou 5 escolas profissionais, sendo 3 para a manufatura e 3 para a agricultura, todas no Estado do Rio de Janeiro. Em 1909, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro desse ano, foram criadas em todas as capitais do país escolas profissionalizantes, as quais eram mantidas por particulares, como congregações religiosas ou sociedades laicas. Tinham o objetivo de preparo técnico para aproveitar os ociosos, a ignorância, o vício e o crime, tendo por perspectiva a formação de cidadãos que se tornassem úteis à Nação (CUNHA, 2000c).

A concepção de Educação Profissional para o trabalho assalariado e para o emprego [...] vai se tornando hegemônica, pois a organização do ensino profissional e os métodos de ensino, antes exclusivamente empíricos e espontâneos das práticas artesanais de aprendizagem, foram adquirindo uma racionalidade técnica, em função do predomínio da organização científica capitalista do trabalho. (MANFREDI, 2002, p. 94).

Em termos de educação profissional, ela sempre foi dirigida aos índios, escravos, para formar os primeiros aprendizes, ainda no período colonial. Aprendiam a manufatura, trabalhos realizados com os braços, como por exemplo, ferreiros, pedreiros, carpinteiros e outros, o que fazia com que os chamados cidadãos livres estivessem longe desse tipo de aprendizagem, os quais viam como algo inferior e não queriam se assemelhar a eles (CUNHA, 2000c). É por essa via que se construiu a discriminação e a instituição da dualidade da educação brasileira. Os primeiros centros de estudos foram as residências dos Jesuítas e de alguns pequenos colégios, para artesãos e outros ofícios, como carpintaria, produção de tijolos, telhas, fiação e tecelagens (MANFREDI, 2002).

No período colonial (1500 a 1822), a educação passou por 3 fases distintas: 1. Predomínio dos Jesuítas; 2. As reformas do Marquês de Pombal em 1759; 3. Chegada da família real no Brasil (1808 a 1821) (GHIRALDELLI, 2006). A Educação jesuítica era voltada para a formação religiosa para os nobres, centrada nos conhecimentos de Aristóteles e Santo Tomás

de Aquino, inculcando os valores cristãos e a cultura europeia; nesse período, estiveram marginalizados dos benefícios da educação os trabalhadores e escravos.

O curso profissionalizante é também chamado de politecnia, usado para suprir o mercado de trabalho, no capitalismo e como propulsora das mudanças sociais no país, preocupada em descobrir novas tecnologias e produtos, “no aumento da produtividade do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana” (VILAS-BOAS; ESTEVAM; MUNIZ, 2014, p. 06). A Educação tem o objetivo de alargar a visão de cidadania, com práticas pedagógicas condizentes com as necessidades políticas e sociais, para oferecer condições de vida dignas, possibilitando o desenvolvimento, crescimento cognitivo, cultural e científico (ARAÚJO, 2007).

Para um melhor esclarecimento das políticas existentes na educação profissional do país e sua influência no âmbito social, torna-se necessário fazer um recorte histórico da educação profissional de nível médio. Se os cursos profissionalizantes são usados somente para suprir o mercado do trabalho, a educação não se transforma em termos sociais e as descobertas científicas se restringem à descoberta de novas mercadorias, provocando assim hiato entre a “lógica da produção capitalista e a lógica da educação” (OLIVEIRA, 2005, p. 81 e 84). Por isso, tudo acontece com base no lucro e na exploração do trabalho, no corte de custos e aumento da produtividade e a escola passa a ser uma “uma máquina de ensinar” (MARX, 1980, p.584). Pode-se dizer que, aos poucos, a escola brasileira busca alargar a visão de cidadania, ampliação de ambientes educativos e a busca de direitos políticos e sociais, para a vida digna por meio do crescimento psíquico, cognitivo, ideológico, cultural e científico (ARAÚJO, 2007).

A educação foi pautada pela divisão entre trabalho manual destinado aos mais pobres, e o intelectual para as elites. Houve a dicotomia entre a manufatura, o aprender o ofício e a educação intelectual, esta certamente para os mais beneficiados financeiramente. A educação profissional foi voltada para a preparação em vista do mundo do trabalho. A educação propedêutica esteve voltada para a garantia de continuidade dos estudos. Pela economia do *plantation*, a produção brasileira era escravocrata: índios e negros se inseriam na mão de obra da produção açucareira, sem necessidade da educação, pois as habilidades e técnicas eram muito rudimentares; por isso, os conhecimentos eram ensinados pelas pessoas que já sabiam fazê-lo.

A locução, dualismo educacional, utilizada por alguns autores como Landim (2009), Rangel (2011) e Kuenzer (1997; 2005), significa dualidade educacional, em que os cursos breves, de baixa qualidade e de baixo custo são oferecidos aos menos favorecidos do país, e a

educação de qualidade é oferecida à classe que tem posses para isso. Demonstra-se assim a segregação e a exclusão política e social da sociedade brasileira. Isso significa que a formação profissional sempre esteve comprometida. A politecnia, termo utilizado para os cursos profissionalizantes, foi e continua sendo usado para suprir o mercado, no sistema capitalista, e não se preocupa com a formação da cidadania, o que tem como resultado a distância entre “a lógica da produção capitalista e a lógica da educação”:

A primeira tem base no lucro, na exploração do trabalho, no tempo breve em que se deve realizar a atividade produtiva, no corte de custos, no aumento da produtividade do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana. A segunda, por ter a finalidade de formar o ser humano, deve pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, o tempo médio e longo da aprendizagem, a humanização, a emancipação das amarras da opressão, o reconhecimento das necessidades do outro, o respeito à sua individualidade, a participação construtiva e a cidadania. (OLIVEIRA, 2005, p. 81).

Ainda hoje percebe-se a dicotomia, de um lado, entre a corrente neoliberal da educação, em que a eficiência para a produtividade e competitividade fazem com que as escolas se transformem em empresas com metas, resultados e produção de informações; de outro, a corrente humanista/cidadã em que a preocupação é com a formação humana e emancipatória, para promover a cidadania (TARDIF & LESSARD, 2008). A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e os PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio) (BRASIL, 1997a) propõem a Educação com a prerrogativa de preparar profissionalmente o indivíduo, com vistas e torná-lo sujeito, cidadão, preparando-o para a vida em sociedade e experiência subjetiva. O artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988 insiste na Educação para o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, o objetivo é de desenvolver habilidades, valores e atitudes: a dignidade humana na convivência harmoniosa com todos os seres, podendo participar do desenvolvimento do país, por meio de tomadas de decisões e de aprendizagem contínua. (Declaração Mundial sobre Educação para todos).

A questão da dualidade na educação brasileira, entre formal e profissional, se originou também por causa da escravidão e da discriminação étnica e social, o que demonstra a desigualdade social e cultural, econômica e política até hoje (CIAVATTA, 2006). O dualismo educacional é também uma locução utilizada por Kuenzer (1997, 2005); esclarece ela que os cursos breves, geralmente de custo de baixa qualidade, são dirigidos à classe pobre do país. Para a autora, a escola reproduz as características políticas e sociais de segregação e exclusão da sociedade brasileira. Historicamente, a educação profissional fica comprometida em termos de qualidade e formação cidadã.

[...] que se encontra caracterizada expressamente a ação pedagógica escolar que reproduza a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima. (BOURDIEU & PASSERON, 2009, p. 27).

A década de 1930, pela perda de hegemonia por causa dos latifundiários cafeicultores e da burguesa industrial, o país estava se estruturando em termos urbano-industriais, configurando outra forma de acumulação de capitalista, o que redefinia o papel do Estado na economia (MENDONÇA, 1985). Isto fez com que se modificassem as novas exigências sociais e a educação. A política educacional começou por efetivar-se pela necessidade de qualificação e diversificação da força de trabalho. O ensino primário gratuito, obrigando a frequência que se estendia aos adultos, foi consolidado na Constituição de 1934 (Art. 150). Antes dessa época não se verificava tanta necessidade de instrução, e nem o poder público e a população se preocupavam. É na segunda metade dos anos de 1940 que foi inaugurada a política oficial em torno da educação de jovens e adultos:

Foi a partir de 1940 que surgiram propostas para a educação dos trabalhadores no país, delineando assim a Educação de Jovens e Adultos com leis, ideias e iniciativas que identificam “[...] uma situação inteiramente nova. Até então, registravam-se alguns esforços locais, [...] mas, na década de 40, cogita-se uma educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos do país. (BEISIEGEL, 1982, p. 177).

Essas iniciativas foram intensificadas após a II Guerra Mundial, em função da criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)¹⁷.

Como esclarecido nessa pesquisa, consolida-se o processo de substituição de importações com o fim do Estado Novo (1945), o que promove a emergência do capitalismo industrial em franca ascendência. Mas, com a intenção de aumentar o número de eleitores e de preparar mão de obra, definiu-se o aumento das exigências educacionais. Assim, a escola primária se intensificou com a perspectiva de implementar os projetos de desenvolvimento. O Decreto n. 19.513, de 1942, criou o Fundo Nacional de Ensino Primário, tornando-se marco da institucionalização da educação de adultos pelo Estado, com a tarefa de regular e implementar o mesmo. Em fins de 1940 e início de 1950, 55% da população brasileira, contava com jovens maiores de 18 anos analfabetos; nessa conjuntura, que o papel da UNESCO se inseriu em vista da promoção de criação de programas de alfabetização nas regiões mais pobres. Beisiegel (1982, p. 10) destaca:

[...] a educação de adultos que inicia a sua evolução no país, nos meados da década de 1940, não mais se confunde com as práticas que a precederam na fase anterior. [...]

¹⁷ Esta organização é vinculada à ONU (Organização das Nações Unidas) e tem o objetivo de incentivar programas de educação, também de adultos.

Uma legislação fragmentária, que não caracterizava um compromisso das administrações regionais para com a extensão de serviços às populações adultas, e um pequeno número de escolas mantidas pelas iniciativas estaduais, municipais e particulares, e abertas aos reduzidos contingentes de adultos [...] cedem lugar, nessa nova fase, a um empreendimento global do governo da União. Postula-se, agora, uma necessidade de educação de todos os habitantes adultos.

Nos anos de 1940, reformas no ensino, promulgação de leis orgânicas: com isso passou a ser organizado o ensino técnico-profissional, discriminando-o de acordo com as áreas da economia, como por exemplo, ensino industrial, ensino comercial e ensino agrícola. Iniciou a qualificação profissional dos trabalhadores, que se transferiu da responsabilidade do Estado para os empresários, os quais promoveram a institucionalização e a incorporação da organização científica do trabalho em busca de eficiência e produtividade.

Havia necessidade de alfabetizar, de qualificar e treinar mão de obra, em que o SENAI (Serviço Nacional da Indústria) e o SENAC são exemplos, para criar melhores condições materiais e ideológicas para suprir a acumulação de capital, por meio da sustentação das novas exigências da produção (COLBARI, 1995), o que significava a formação e reprodução da força de trabalho preparada física e psiquicamente domesticada para as técnicas e disciplina da produção.

Propuseram a criação da Universidade do Trabalhador, em 1935, numa perspectiva assentada em uma concepção orgânica, buscando eliminar as diferenças entre trabalho manual, industrial e agrícola. Mas não deu certo, pois o Ministério do Trabalho queria atender às necessidades imediatas das indústrias; por isso, propôs cursos profissionalizantes isolados vinculados a este ministério. No âmbito dessa discussão e dessa correlação de forças que, em 1942, o SENAI foi criado. "O saldo que fica desse período é que a formação [profissional] dos trabalhadores ficou a partir dos anos 40 sob o controle único dos empresários" (GARCIA, 2000, p. 84).

O SENAI foi pensado para superar a falta de mão de obra qualificada, pois, apesar das reformas, não foi suficiente para suprir o mercado. Foi mantido pela contribuição dos industriários filiados à CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Em 1946, o SENAC foi criado, com estrutura semelhante à do SENAI, com a diferença de que foi dirigido pela CNC (Confederação Nacional do Comércio). O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) também utilizou a mesma conjuntura. "Até essa época, portanto, verifica-se que a educação para o trabalho é atribuição específica de um sistema federal de ensino técnico, complementado por um sistema privado de formação profissional para a indústria e para o comércio" (KUENZER, 1991, p. 7).

Nos anos de 1930, a Educação havia caminhado para alguma forma de organização, no país. Rui Barbosa (1849-1923) já escrevia em jornais e já falava sobre o papel do Estado e da Educação no “processo de modernização da sociedade brasileira” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007), ainda no período de transição do Império para a República. Ele já entendia que a Educação era motor de transformação social, e considerava oportuna uma reforma nesse âmbito, como também na economia e na política. Preconizava que o Estado devesse se responsabilizar pelo financiamento e oferta da educação desde o jardim de infância até a educação superior.

Nesta época, nos anos de 1930, na educação brasileira, iniciava-se a regulamentação de profissões de nível superior. A Reforma Francisco Campos (1931) e o Manifesto dos Pioneiros (1932); representaram um movimento de renovação educacional no país, exigindo que se fornecesse “uma educação pública gratuita, mista, laica e obrigatória, de qualidade” (VILLA NOVA, 2011, p.17). Esse Manifesto deu consistência ao Conselho Nacional de Educação, além de ter o objetivo de organizar o ensino secundário, comercial e superior. Porém, Francisco Campos fez um projeto de educação em que a dualidade se mantinha: uma educação “para pensar e outra para produzir” (ZOTTI, 2004, p.110), continuando fragmentada e sem senso científico, o que foi, depois, aprofundada pelas Reformas Capanema¹⁸, nos anos de 1940.

Na época do Estado Novo, de 1938 a 1945, através das Reformas de Capanema, a partir de 1942, a regulamentação do ensino se deu por meio de Leis Orgânicas do Ensino, do ensino industrial, ensino comercial e ensino agrícola, além da criação do SENAI. Houve também mudanças no ensino secundário. A educação não tinha objetivo de formar sujeitos críticos, mas pessoas aptas para o mercado; em vista disso, foram realizados vários decretos relativos ao ensino no país. Os decretos foram assinados decretos, criando o SENAI e o SENAC, respectivamente em 1942 e 1946. O **Quadro 2** especifica as reformas educacionais, bem como a institucionalização do SENAI e SENAC.

Quadro 2 – Leis Orgânicas para o Ensino no Brasil e SENAI e SENAC

Ano	Decretos	Área
-----	----------	------

¹⁸ Gustavo Capanema nasceu em 1900 e faleceu em 1985, advogado e professor, pessoa influente na educação brasileira, tendo sido o Ministro de Educação que mais tempo ficou no cargo de ministro, entre 1934 e 1945. Ele participou da reforma educacional iniciada por Francisco Campos, ingressando na política e participando de alguns cargos. Conseguiu apoio dos intelectuais e buscou reorganizar o sistema educacional, aumentando os atendidos pelo ensino, mas a qualidade do mesmo ficou constante no caráter elitista, o que provocou movimentos populares exigindo uma educação mais aberta, de acordo com a realidade e para maior número de alunos.

1942 - SENAI	Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942	Ensino Industrial
1942	Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942	Instituiu o SENAI
1942	Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942	Organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.
1943	Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943	Reformou o ensino comercial.
1946	Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946.	Organizou o ensino primário em nível nacional.
1946	Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946.	Organizou o ensino normal.
1946 - SENAC	Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946.	Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
1946	Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946.	Organizou o Ensino Agrícola.

Fonte: elaborado pelo pesquisador, com pesquisa em diferentes no Google Acadêmico.

O Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, por parte de Gustavo Capanema, levou a estudos e pesquisas para a criação da Universidade do Brasil e a construção da sede do ministério no Rio de Janeiro. Num acordo entre a Igreja Católica, os civis e o então presidente Getúlio Vargas, promovia-se o ensino religioso nas escolas, através de um decreto de 1931, o qual foi constitucionalizado em 1934.

Em 1937, instaurou-se o Estado Novo, que durou até 1945. Nesse período, promoveu-se uma educação voltada para as necessidades do país, para o trabalho, sendo ela a reprodutora do ideário brasileiro de favorecer o desenvolvimento de pessoas aptas para o trabalho. Essa Educação seguia um modelo de ideologia autoritária, fechada, como a própria máquina do governo. Junto com Gustavo Capanema, Vargas criou uma nova estrutura de ensino, sendo composto da seguinte forma: 5 anos de curso primário, quatro de curso ginásial e 3 de colegial (que seria clássico ou científico). O ideário pedagógico renovador da parte dos Pioneiros da Educação Nova culminou em 1961, quando se promulgou a primeira LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional), nº 4.024/61, (revogada pela Lei 9394/96), em que se concebia a escola como meio transformador da sociedade:

[...] a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, a importância da 'criação' de cidadãos e de reprodução/modernização das 'elites', acrescidas da consciência cada vez mais explícita acerca da função da educação no trato da questão 'social': a educação rural, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional do trabalhador, visando solucionar o problema das agitações urbanas. (MORAES, 2000, p.132).

A partir da década de 1930, houve maior interesse e esforços para a construção científica, fundamentação das ciências da Educação; esse desafio durou até 1950, quando o currículo escolar se constituiu como área técnica e científica da educação brasileira. A escola primária brasileira se impôs, iniciando no estado de São Paulo, na década de 1960, como consolidação de novo conceito de escola primária (SAVIANI, 2004).

Saviani (1989) percebe a Educação como mola propulsora, pois provoca desenvolvimento social por meio da preparação para o trabalho, aferindo que a educação básica deve esclarecer aos alunos que o saber se relaciona com o processo de trabalho, que se converte em força produtiva. Sabe também que a trajetória do aluno no processo da escolarização quando acompanha o desenvolvimento etário, a relação do conhecimento com a atividade produtiva é mais paulatina, ao passo que aqueles que não tiveram a oportunidade de passar por este processo, buscam recuperar por meio de cursos de EJA (Educação de Jovens e Adultos), quando a aquisição de conhecimentos é muito mais imediata e contraditória, porque o primeiro objetivo é se instrumentalizar para o exercício profissional e não a formação integral, como deveria ser.

No Ensino Médio os adolescentes e jovens já buscam seus horizontes aprendendo a cidadania, o desenvolvimento intelectual e os elementos culturais que fazem com que possam atingir seus objetivos. O mundo do trabalho se descortina por meio da escolha profissional. Mais que aprender apenas uma técnica para o trabalho, a relação de conhecimento de mundo do trabalho preconiza o acesso à formação cultural e intelectual, para compreensão do significado da “ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania” (LDB n. 9.394/96, art. 36, inciso I).

A era contemporânea é marcada por grandes desafios que implicam na relação entre Educação escolar e preparação para o mundo do trabalho. A reestruturação produtiva, juntamente com as perdas dos direitos sociais a ameaça do desemprego, exigem muito esforço e flexibilidade para lidar com as mudanças: novos paradigmas de gestão, como também a automação da produção. O conceito de educação continuada define a necessidade de enfrentar essa realidade. Mas,

[...] solicita-se às pessoas jovens e adultas com pouca escolaridade que demonstrem a capacidade de, permanentemente, “reconverterem” seus saberes profissionais, mas não se garantiu a elas a formação básica necessária que lhes permitiria o seu reconhecimento como sujeitos sociais, que de fato são, como cidadãos e trabalhadores. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.13).

Romanelli (1991) destaca que a expansão capitalista caminhou na mesma direção da oferta escolar no território brasileiro, não se dando de forma homogênea, estando presentes só nas regiões em que as relações de produção capitalistas se intensificaram, provocando enorme contradição, atingindo forma desigual, o que fez atrasar em mais de 100 anos a revolução industrial, em relação a outros países e se produziu de forma fragmentada.

Na década de 1960, ficou evidente a ideia de que os investimentos em Educação dariam um retorno econômico plausível, denominando-se tal iniciativa por teoria do capital humano.

A necessidade de que se realizassem intervenções na educação escolar, sob coordenação do Estado e com objetivo de ampliar o nível de escolaridade média da população e adaptar a qualificação da força de trabalho aos novos requisitos da modernização tecnológica, industrial e produtiva se tornaram então um discurso hegemônico no campo educacional, alimentando a expectativa de que o acréscimo de escolaridade da população resultaria não só em desenvolvimento econômico como também em melhores perspectivas de ascensão para cada trabalhador, individualmente. (VISCAÍNO JR, 2008, p. 14).

Esse processo continua ainda, com diferencial de que o país se encontra em contexto ainda mais exigente, em função da sociedade do conhecimento e da informação e, também, das demandas da aprendizagem eletrônica, que se tornaram preponderantes para lidar com programas, computadores, microeletrônica. Assim, a escola é cobrada, pressionada mesmo a provocar uma reorganização estrutural de todo os sistemas de ensino, de acordo com o momento histórico, pela exigência do mercado.

Houve muitas campanhas para os excluídos dos dois sistemas de educação, no final dos anos 1940 e no início dos anos 1960. A primeira campanha foi iniciada em 1947, por imposição da UNESCO, e coordenada por Lourenço Filho. Algumas campanhas: CEAA (Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos), que teve seu período áureo entre 1947 e 1953 e que, a partir de 1954 começou a declinar; denunciada em 1958, por ter sido feita por motivos eleitoreiros durante o II Congresso Nacional de Adultos, foi reconhecida oficialmente sua nulidade na educação brasileira.

Com relação à CNER (Campanha Nacional de Educação Rural), que se deu entre 1952 e 1963, com foco no Nordeste do país, a UNESCO registrava que [...] a educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais,

mas levando em conta também as necessidades e os problemas da coletividade, [...] promovendo a busca de soluções para esses problemas. (FÁVERO, 1984, p. 4).

Nessa fase, o processo educativo já distinguia a cultura não só como conhecimento de elite, mas cultura dos dominados, a chamada cultura popular. A CEAA e a CNER “cuidavam da educação elementar e da iniciação profissional de adolescentes e adultos (preparação de técnicos)” (BEISEGEL, 1974, p. 198).

Em relação à formação de professores rurais, foram realizados diferentes cursos, entre eles, cursos ministrados pela professora e psicóloga, Helena Antipoff, na Fazenda do Rosário, em Minas Gerais, em 1949. No encerramento de um deles, o então Secretário de Educação de Minas Gerais, Abgar Renault, se refere à Educação ainda como um desafio no país, insistindo na ideia de que já seria tempo de uma ação “intensa, vivaz, ininterrupta e sistemática em prol do mais terrível dos nossos problemas de base” (referindo-se à educação) (CAMPOS, 2002, p. 272). Refere-se ele ao país dessa forma:

No campo da Educação o que vemos é o mesmo quadro aflito. Das 6.700.000 crianças que compunham em 1945 a nossa população escolar, 3.5000.000 não tinham escolas a frequentar. Ora, daquelas 6.700.000 crianças apenas 1.956.969 habitam cidades; 4.8000.574 moram em zonas rurais, e destas somente 1.587.358 frequentam escolas, e, ao passo que nas zonas urbanas as percentagens daquelas a quem se deixam de ministrar ensino não vai além de 15,63%, nas zonas rurais o número se eleva a 66,93%. (CAMPOS, 2002, p. 272).

O Secretário de Educação esclarece que o país reage a tal situação, oferecendo a Campanha Nacional de Educação Rural. Em 1952, a Campanha estava no seu auge, com um vasto programa de atuação social e econômica, em função da pesquisa da condição da zona rural e do treinamento dos agentes educacionais. O secretário acreditava nas profundas modificações, e dizia que “perspectivas amplas se descortinam perante vossos olhos”, no sentido de que a população brasileira sairia da monocultura para crescer economicamente:

Por longos anos, ficou a população rural fora de cogitação administrativa e privada de assistência cultural e social. [...] Os obstáculos ao progresso social podem se originar dos motivos egoístas dos potentados que desejam manter o *status quo* favorável a seus interesses. Os obstáculos, bem sabeis, podem provir da ignorância das próprias massas rurais e do apego irracional às formas tradicionais de vida, de trabalho, de maneiras de pensar impermeáveis à experiência, como em toda sociedade de civilização primitiva. (CAMPOS, 2002, p. 273).

No governo de Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos de 1950, a educação foi destaque como elemento que ajudasse o desenvolvimento e a formação de recursos humanos. A educação era contemplada pela Meta 30 de seu governo, formadora de técnicos. “Ao sugerir modificações na educação, no entanto, não se chega a levantar questões sobre a sua vinculação aos requisitos de produtividade, mas ela aparece sempre como vinculação ao

desenvolvimento” (CARDOSO, 1978, p.219). O autor esclarece que o interesse maior da política educacional era em relação ao desenvolvimento, pois a educação era voltada para o trabalho, com vistas ao mercado de trabalho. “A pretensão [era] torná-la técnica, especializada na medida do esforço técnico necessário para o tipo de desenvolvimento que se busca” (p. 429). Pode-se ver que a educação tinha uma única finalidade, a de utilizar as gerações jovens no projeto político de desenvolvimento do país.

A principal preocupação nessa época era o investimento em recursos humanos. A obra de Schultz, *O capital humano*, afirmava que os seres humanos compõem a economia do país, e a educação tem o objetivo de promover tal ação. O autor tinha a proposta de tratar a educação como investimento e transformá-la em lucro. Referiu à educação como forma de produzir capital humano para aumento na renda nacional. “A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma consequência de adições a esta forma de capital” (SCHULTZ, 1973, p.79).

Na década de 1960, ampliou-se a ideia de capital humano, ligando-se a mesma ao tecnicismo. Frigotto (1993) prevê a necessidade de mudar o sistema educacional, criticando-o como ineficiente, reconhecendo que a educação tecnicista propõe a metodologia da produção do capital humano, e se reduz apenas à produção. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) fomentou a descentralização da educação, e isso provocou o desaparecimento das campanhas. Em 1963, a CEAA e a CNER foram extintas.

Se a precariedade dos resultados das campanhas é evidente, seu funcionamento simultâneo com os mecanismos então criados para ampliação das oportunidades de educação primária parece, no entanto, ter contribuído para reduzir os índices de analfabetismo. Esses índices, que apresentam uma tendência histórica a se reduzir, caem mais rapidamente nas décadas em que se localizam as campanhas: passam de 55% em 1940 para 49,3% em 1950 e para 39,5% em 1960, considerando-se a população de 15 anos e mais, apesar do elevado crescimento populacional. (ALVES, 1998, p. 10).

Nesse contexto, são significativos os movimentos realizados pela sociedade, em parceria ou não com o Estado, na organização e execução de experiências educativas de alfabetização e conscientização. Na tentativa de superar a rigidez e o formalismo da instituição escolar, configuram-se amplamente no período (início da década de 1960) as iniciativas que virão a ser denominadas como educação popular. O processo político-pedagógico da educação popular se concretiza na década de 1960. Nessa época houve dois conceitos de educação: a) formadora da consciência nacional e b) formadora das transformações político-sociais na sociedade, o que facilitou a *política de massas*, da qual emergiu o poder do povo como organização de classe:

Em consequência, de um lado, as pressões populares caminhavam no sentido de questionar a própria estrutura da sociedade (passando a exigir, por exemplo, a Reforma Agrária) e o papel do Estado (por isto a importância do voto, no período). Por outro, a classe dominante, cada vez mais apoiada pelas camadas médias da população, amedrontada pelo espectro do comunismo [...], preparava o golpe de março de 1964. (FÁVERO, 1996, p. 11).

Nesse tempo da década de 1960 o auge do populismo e a aceleração do desenvolvimento econômico. Por isso, surgiram movimentos expressivos na educação de cultura popular brasileira. Alguns movimentos, como por exemplo, o MCP (Movimento de Cultura Popular), criado na cidade de Recife, e que se estendeu por outros estados. Em 1961, surgiu a Campanha: **De pé no chão também se aprende a ler**, criada na cidade de Natal. Nesse mesmo ano surgiu o MEB (Movimento de Educação de Base), criado pela CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), apoiado pela Presidência da República. E outros, como CPC (Centro Popular de Cultura), UNE (União Nacional dos Estudantes). Em 1962, surgiu a CEPLAR (Campanha de Educação Popular da Paraíba), este um pouco diferenciado, pois foi criado por profissionais recém reformados do JUC (Juventude Universitária Católica). Como se vê, este período dos anos de 1960 foi muito profícuo, rico em experiências de busca por melhorias e ampliação da educação e da cultura brasileira.

As pesquisas sobre trabalho no Brasil são importantes para a transformação da realidade no país, pois as demandas sociais necessitam de produção de conhecimento que se aplica às organizações, como compromisso ético. Os antigos romanos viam o trabalho como *tripalium*, *trabacula*, que era um tipo de tortura. Mas, Marx valorizou o produto do trabalho humano. Os novos paradigmas da forma de trabalho demonstram o esgotamento do modelo taylorista-fordista. O taylorismo foi um método de organização do trabalho, concepção de produção desenvolvida por Frederick W. Taylor, engenheiro americano. Ele escreveu uma obra chamada *Princípios da Administração*, na qual demonstrou seu método. Isto fez com que o trabalho na indústria fosse fragmentado, pois cada um dos funcionários tiveram que exercer somente uma atividade determinada no sistema industrial. Isso criou uma hierarquia fixa e fechada e a produção passou a ser cronometrada em termos de tempo. Em síntese, o Taylorismo se define por economia de mão-de-obra, aumento da produtividade pela racionalização da produção. Gestos e desperdícios de tempo, milimetricamente calculados. A partir disso, o tempo e o trabalhador passaram a ser meios de vender seu trabalho com menor custo para ter mais lucro.

O fordismo foi outro sistema de produção em massa, criado por Henry Ford, em 1914. Escreveu o livro, *Minha filosofia da indústria*. Seu método é uma forma de racionalização da produção capitalista, por meio de técnicas de linhas de montagem automatizada, que favorecia

o consumo social, criando o mercado de massa para automóveis, participando do chamado ciclo da prosperidade que transformaria a economia dos Estados Unidos; isso levou outros setores a serem afetados num crescimento substancial. Após a guerra de 1945, e até 1968, houve maior avanço ainda, sendo chamado esse tempo de anos dourados do capitalismo. Mas a rigidez de gestão, esse modelo gerencial entrou em declínio.

As transformações sociais, econômicas e políticas levaram a pensar em sistemas de ensino sobre aprendizagem de alunos das classes mais necessitadas. Mas a conservação da cultura burguesa e preservação da sociedade de classes, impede que os estudantes de classe trabalhadora consigam níveis melhores de escolarização (BOURDIEU, 1988). Grande número de alunos evadem da escola, porque precisam trabalhar e continuam num nível de trabalho em que a remuneração é insuficiente para sua sobrevivência. A escolha de um curso profissionalizante parece ser, para o aluno, a determinação de um destino em função da categoria social à qual pertence. Por isso, o tipo de ensino e de cursos que escolhem são de acordo com suas condições de sucesso, que são ínfimas. Para Bourdieu (1998, p. 50): “O capital cultural e o *ethos*, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio de eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais”.

O que se espera é a formação humana e profissional assentada num projeto e processo de emancipação humana, em que a cidadania assistida dê lugar a uma cidadania de emancipação das pessoas num progresso democrático possível, na busca da “a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p. 1). Ainda, segundo Demo (1995, p. 5), a emancipação humana é um processo em que se inserem variadas propostas sintetizadas de educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, provocando emancipação baseada na “cidadania organizada e na capacidade produtiva”; que seja capaz de desenvolver a capacidade crítica para poder intervir na sua realidade e na realidade da sociedade para sair da marginalização e da condição de “massa de manobra”.

2.1 – O trabalho manufatureiro-industrial e a criação do SENAC em 1946.

O ensino industrial manufatureiro no Brasil concebeu a formação da força de trabalho para a produção. Esse estilo de ensino consta desde a colonização do país, sendo, por um tempo, substituído pelas relações escravistas. A manufatura industrial era caracterizada como profissão

menor, servindo de classificação social, o que levou ao preconceito e à divisão de profissões entre menores e maiores. Como eram profissões que não atraíam, tornou-se necessária a aprendizagem compulsória de ofícios para crianças e jovens que não pudessem escolher.

Quando o país precisava de grande contingente de determinada profissão, coagiam-se os homens livres a aprenderem a profissão de artífices, principalmente os que não conseguiam fazer resistência, tais como militares, órfãos e pobres. Como exemplo disso, pode-se citar o Colégio das Fábricas, construído em 1809 para receber os órfãos de Lisboa que vieram juntos com D. João VI. Aprendiam alguns ofícios, depois chegaram a ensinar as primeiras letras. Outras escolas foram criadas com o mesmo objetivo: casa de Educandos Artífices, entre 1840 a 1856, com disciplina militar. Em todo o período do Império, as escolas fundadas pelo Estado tinham o único objetivo de formação compulsória da força de trabalho.

Com o início do século XIX, a produção manufatureira aumentou no Brasil, forçando a aumentar o contingente de pessoas preparadas; foram organizadas, além do Estado, sociedades civis que também amparavam os órfãos e lhes ensinavam ofícios, com verbas estatais e doações da sociedade civil. As mais importantes foram os liceus de arte e ofícios. Estes tinham ideologias tais como:

- a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação. (CUNHA, 2000, p. 92).

No final do Império, os padres salesianos ensinavam o ofício para evitar o pecado. Logo depois da Proclamação da República, Raimundo Teixeira Mendes apresentou ao então ministro da Guerra, Benjamin Constant, um descritivo apresentando 400 operários no Rio de Janeiro, cujo plano era fundamentado no positivismo, que estabelecia o salário mínimo e também ganhos por produtividade, descanso semanal, férias e aposentadoria. Isso porque a indústria exigia cada vez mais pessoas preparadas para lidar com as máquinas. Foi uma época em que todas as pessoas - mulheres, idosos, filhos - todos eram solicitados, por meio de motivação ligada à família e à ação cívica, a aumentar a mão de obra. “As famílias ricas é que, livremente, deveriam sustentar as famílias pobres, em nome da sociedade, de modo que estas pudessem prestar os serviços que a Pátria e a Humanidade exigissem delas [...] O progresso, pois o trabalho é um dos deveres produtivos dos proletários” (CUNHA, 2000, p. 93).

A ampliação rápida da industrialização, além de greves de operários das correntes anárquico-sindicalistas e o êxodo rural que levava contingentes de pessoas para as cidades, no

ano de 1909, fizeram com que o ensino profissionalizante foi valorizado, não habilitando apenas os menos favorecidos, mas também os filhos da elite para “fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastaria da ociosidade, escola de vício e do crime” (CUNHA, 2000, p. 94).

Havia ainda a ideologia progressista, a favor do industrialismo, relacionando-o como progresso e crescimento econômico, democracia e independência política, o que elevaria o país ao nível de um país civilizado, igualando-se aos países da Europa. Seria conseguido por meio da educação profissional e teria como resultado a solução das questões sociais. O então presidente Nilo Peçanha, em 1909, criou 19 escolas de aprendizes e artífices, ensino esse sistematizado por normas, currículos e metodologias próprias.

A partir de 1931, já se encontravam incorporadas ao Ministério da Educação e Saúde, inspetorias de ensino profissional e técnico. Com preocupação política e controle do Estado, estas escolas se localizavam nas capitais de estados, com exceção do Rio de Janeiro. Elas persistiram até 1942, por serem mais artesanais que manufatureiras; depois, as escolas foram fechadas, por estarem os propósitos industrialistas distantes da realidade das escolas.

Em função do contexto brasileiro que exigia mudanças na educação profissional, foram criadas instituições que fizessem esse papel: preparação profissional. Houve situações e experiências que antecederam ao SENAI e que promoveram a fundação do mesmo. Há registros de escola de formação profissional em 1874, em que o presidente da província de Pernambuco, Sr. Henrique Pereira de Lucena obrigou as fábricas a qualificarem seus funcionários, o que provocou, posteriormente, a união de empresários e fundação do SENAI e de outras instituições nesse perfil.

Em julho de 1934 fora criado o CFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional) por Armando Salles de Oliveira e Roberto Mange. Essa instituição foi considerada marco inicial do desenvolvimento de conceitos, métodos e inspiração da formação profissional no SENAI. A primeira instituição a ser criada foi o SENAI, por meio do decreto-lei n. 4.048/1942, com o objetivo de assistir aos empregadores e qualificar os profissionais, com cursos de curta duração e aprendizagem metódica no próprio emprego, numa articulação com as empresas filiadas. Além disso, havia o objetivo de cooperar em pesquisas tecnológicas que servissem para o trabalho na indústria. Desde sua origem, o SENAI funcionou como órgão consultivo do Governo Federal na formação de trabalhadores para a indústria. Somente em agosto de 1942 é que o SENAI começou a funcionar no Rio de Janeiro (atualmente, a instituição se encontra sediada em Brasília). Inicialmente a arrecadação era de 2 mil réis mensais por

funcionário das empresas filiadas. Em 5 de fevereiro de 1944, por meio do decreto-lei n. 6.246, a arrecadação passou a ser de 1% do valor da folha de pagamento das indústrias.

Em novembro de 1943, foi instalada a Escola SENAI na IV Feira Nacional da Indústria, com o nome de Escola SENAI Barra Funda, atualmente chamada Escola SENAI “Horácio Augusto da Silveira”. Em 1945, esta Escola foi instalada em prédio próprio: o primeiro do Estado de São Paulo. Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, então presidentes da CNI e da FIESP, respectivamente, foram pessoas determinantes na criação do SENAI, consolidando assim o sistema de educação profissional no Brasil. Esta ideia foi aprovada pelo presidente da República da época, Getúlio Vargas.

Neste início de século XXI, o SENAI conta com 738 unidades operacionais, além de 320 kits didáticos utilizados para a educação profissional nas oficinas móveis, em mais de 25 diferentes cursos. Assim, a instituição está presente no Brasil inteiro, como também em 8 países e 3 organismos internacionais. Isso demonstra a importância da instituição no país, que foi pensada num momento propício de crescimento. Estas unidades estão preparadas para cursos breves de automação, calçados, comandos elétricos, comandos hidráulicos, comandos pneumáticos, confecção, construção civil, eletrônica, madeira e mobiliário, mecânica de refrigeração, panificação e outros. As **Figuras 4 e 5** demonstram o estilo de oficina móvel, pela qual são ministrados, atualmente, diferentes cursos em lugares longínquos do país pelo SENAI

Figura 4 - Unidade móvel do SENAI Ceará-1



Fonte: Disponível em <http://www.senai-ce.org.br/86819/paraindustria/unidades-moveis>. Acesso em 6/05/2016.

Figura 5 - Unidade móvel do SENAI Ceará-2



Fonte: Disponível em <http://www.senai-ce.org.br/86819/paraindustria/unidades-moveis>. Acesso em 26/05/2016.

Em maio de 1945, por causa da situação brasileira de dificuldades e tensões sociais, é que os representantes da indústria, comércio e agricultura propuseram mudanças, na primeira Conclap (Conferência das Classes Produtoras), da qual surgiu a ideia de criação do SENAC e de outras instituições, na tentativa de organizar o processo de produção de bens e serviços no país.

O SENAC foi criado nesse contexto brasileiro, exatamente para ocupar um espaço na sociedade que crescia, cuja economia estava em alta. O momento histórico já exigia mudanças no padrão econômico brasileiro, como prerrogativa do sistema capitalista. A expansão da produção industrial competia por mercados e novos pólos consumidores pelos países desenvolvidos. A produção industrial não poderia exceder a demanda, pois poderia provocar recessões econômicas.

Um grupo de empresários do comércio (representado por João Daudt D'Oliveira¹⁹ e líder desse grupo), da indústria (representado por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi) e da Educação (representado por Brasília Machado Neto) se reuniu em Teresópolis, RJ, e elaborou a Carta da Paz Social (SENAC, 2009). A foto da **Figura 6** registra o momento da assinatura da citada carta.

¹⁹ João Daudt d'Oliveira nasceu em Santa Maria, RS, em 03 de abril de 1886, filho de Filipe Alves de Oliveira e de Adelaide Daudt d'Oliveira. Diplomou-se em Direito em 1910, tendo, em sua trajetória de vida, uma carreira profissional definida por muito sucesso.

Figura 6 – Carta da Paz sendo assinada em Teresópolis, em maio de 1945.



Fonte: Acervo histórico do SESC. Disponível em: <<http://www.sescio.org.br/nossahistoria>>. Acesso em 28/2/2016.

Esse documento tinha como foco o combate à miséria, a busca por desenvolver a democracia econômica e o aumento da renda nacional, além da justiça social e o desenvolvimento das forças econômicas. A partir desse objetivo, o grupo fundamentou uma proposta inovadora no sentido de oferecer serviços sociais aos trabalhadores com recursos das classes patronais. A partir de então, foram criadas outras instituições como, por exemplo, a CNC (Conferência Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo), sendo esta a entidade máxima do empresariado do comércio brasileiro. Em julho de 1945, o então líder do grupo João Daudt tornou-se presidente da CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil), em parceria com o então presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Euvaldo Lodi e Íris Meinberb, que era presidente da União das Associações Agropecuárias do Brasil Central. Estas pessoas assinaram um memorial contra o Decreto nº 7.666 de 22 de junho de 1945, chamada de Lei de Malaia²⁰.

A economia do país se controlava por esse decreto, que era inconstitucional, segundo as entidades. A primeira diretoria da CNC, eleita no mês de dezembro do mesmo ano, para o biênio 1946-1947, com a nomeação para presidente o Sr. João Daudt. O objetivo de sua gestão foi de

²⁰ Redigida por Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães (1894-1952), tida como primeira lei antitruste, assinada por Vargas, em 22/06/1945, dava poderes ao governo para expropriar organizações que estivessem vinculadas a cartéis, em que os negócios pudessem lesar o país, o interesse nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7666.htm. Acesso em 26/02/2016.

formar mão-de-obra especializada para atender as empresas comerciais. Essa Confederação, criada em 1945, propiciou a emergência do SENAC, através do Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946, como entidade privada, com fins públicos, que recebia contribuição compulsória das empresas do comércio e também de atividades assemelhadas. Instalado, organizado e administrado pela CNC.

Desde sua origem foi administrada pela Confederação Nacional do Comércio, em nível nacional, e pela Fecomércio (Federação do Comércio do Estado de São Paulo)²¹, regionalmente. Ressalte-se como se representa a criação da Confederação Nacional do Comércio, na **Figura 7**:

Figura 7: Fundação da Confederação Nacional do Comércio.



Fonte: Jornal Gazeta de 5-9-1945. Disponível em <http://www.cnc.org.br/cnc/sobre-cnc/historia>. Acesso em 13/02/2016.

Assim, o SENAC começou uma atividade inovadora, no sentido de criar, em larga escala, programas educacionais para formar e preparar os trabalhadores para o comércio. Como poderá ser visto nas conclusões dessa pesquisa, a partir de 1945, com a criação desta e de outras instituições do chamado Sistema S, o país se beneficiou com o crescimento do setor do

²¹ Essa instituição reúne sindicatos patronais dos setores de comércio e serviço de São Paulo e é a entidade que preside os Conselhos Regionais do SESC e do SENAC no estado. Desde 1938, ano de sua criação, a Federação tem como principal objetivo incentivar o crescimento empresarial, defendendo a livre iniciativa e estimulando o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/siglarior2/f/FECOMERCIO.html>. Acesso em 05/02/2016.

comércio e da indústria, bem como a sociedade como um todo, inclusive a educação (SENAC, 2009).

O Sistema S é um grupo de organizações e instituições ligadas ao setor produtivo, tais como: comércio, indústrias, agricultura, transporte, cooperativas, com vistas à educação profissional. As instituições do sistema S não são públicas, mas recebem subsídios do governo. São instituições brasileiras que têm o objetivo de treinar os profissionais, além de oferecer consultoria, assistência técnica e pesquisa. Tem suas receitas por meio das empresas contribuintes, e as alíquotas variam de acordo com o tipo de contribuinte pelo enquadramento no código do FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social).

O **Quadro 3** determina a alíquota das instituições inseridas no Sistema S:

Quadro 3 – Alíquotas de contribuição das empresas ao Sistema S.	
Instituição	Alíquota
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	1,0%
Serviço Social do Comércio - SESC	1,5%
Serviço Social da Indústria – SESI	1,5%
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	1,0%
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	De 0,2% a 2,5%
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP	2,5%
Serviço Social de Transporte - SEST	1,5%
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	De 0,3% a 0,6%
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT	1,0%

Fonte: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em 27/02/2016.

Atualmente, o Sistema S conta com as seguintes entidades:

- a) **SENAC** (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial): criado em 1946, responsável pela oferta de cursos profissionalizantes no setor de serviços e comércio. Oferece o Ensino Médio e graduação em 5 estados brasileiros e Distrito Federal. É gerido pela CNC.
- b) **SESC** (Serviço Social do Comércio): criado em 1946, atua em educação, saúde, cultura e lazer. Conta com centros de atividades com diferentes serviços (atendimento odontológico, teatro, restaurante, esportes etc). Conta ainda com colônias de férias, hospedarias, áreas de proteção ambiental e outros. É gerido pela CNC.

c) **SENAI** (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial): criado em 1942, administrado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Hoje, é formado por mais de 800 unidades de ensino em Ensino Básico, Médio e Superior. Oferece cursos ligados à indústria.

d) **SESI** (Serviço Social da Indústria): criado em 1942, administrado pela CNI, atua na promoção de saúde e bem-estar dos trabalhadores da indústria. Está presente em mais de 2 mil cidades brasileiras. Conta também com colônias de férias e clubes do trabalhador, além de outros programas como Ação Global e Cozinha Brasil.

d) **SENAR** (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural): criado em 1991, é administrado pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Tem como objetivo a promoção e a inserção social das comunidades do campo.

e) **SENAT** (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte): criado em 1993, é administrado pela Confederação Nacional de Aprendizagem do Transporte (CNT). Oferece cursos de formação e qualificação profissional para os trabalhadores do transporte, presenciais e à distância.

f) **SEST** (Serviço Social do Transporte): criado em 1993, também administrado pela CNT. As unidades se localizam nas mesmas unidades físicas que o SENAT. O objetivo do SEST é oferecer equipamentos de lazer, esporte e saúde para os trabalhadores do transporte e de seus familiares.

g) **SEBRAE** (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas): foi criado em 1972, e visa estimular o empreendedorismo no país. Orienta empresários da pequena empresa, estimula a geração de renda nas comunidades carentes.

h) **SESCOOP** (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo): foi criado em 1998, e forma mão-de-obra, além de promover o cooperativismo.²²

Alguns esclarecimentos: antes dos anos de 1940, para que possam ser conhecidas as conexões relacionadas ao período dessa pesquisa. Como se observou no capítulo I, o SENAC foi criado no contexto brasileiro em apreço, exatamente para ocupar um espaço na sociedade brasileira que crescia, cuja economia estava em alta. Em 1950, o SENAC contava com muitas e diferentes modalidades de ensino, como por exemplo, o SENAC Móvel, abarcando mais ou menos 1850 municípios e 1,7 milhões de alunos, no Brasil, neste ano. Outra inovação a destacar

²² Para esta descrição do Sistema S, pesquisou-se em diferentes *sites* do *Google Acadêmico*.

foram os cursos preparados para os jovens aprendizes (com idade entre 14 e 24 anos) e para os portadores de deficiência em qualquer idade. Como se vê, os propósitos do SENAC, já na sua origem são precisos:

[...] tendo como missão “Promover educação profissional com objetivo de gerar empregabilidade, competitividade e desenvolvimento econômico e social para o setor de comércio de bens, serviços e turismo do Estado do Rio de Janeiro; como **Visão:** Ser reconhecida como a melhor empresa na transformação de pessoas e organizações por meio da educação profissional de excelência e empregabilidade; como **Valores:** Foco no Resultado, Atitude de Dono, Meritocracia e Paixão por transformar. (SENAC, 2004).

A partir dos anos de 1940 preocupou-se em levá-lo aos lugares mais distantes dos grandes centros, criando-se assim os cursos volantes e as unidades móveis. Outras inovações foram surgindo, entre elas as *empresas pedagógicas* ou empresas-escola, a partir de 1960, para que os alunos pudessem experimentar o trabalho em ambiente próprio. Perduram ainda tais experiências, como hotéis-escola e restaurantes-escola, sendo o SENAC pioneiro nessa modalidade de levar conhecimento às pessoas, vindo logo após isso a Educação à Distância (EAD), por meio dos cursos da UNAR (Universidade do Ar)²³.

Uma reunião foi feita com as Associações Comerciais e sindicatos de classe do Estado de São Paulo com o objetivo de encontrar parcerias em cidades do estado, em que se projetavam desenvolver o programa da UNAR. Os primeiros cursos oferecidos foram Comercial Radiofônico, Praticante de Comércio e Praticante de Escritório, além do curso preparatório para quem não tinha ainda concluído o curso primário. Estes cursos foram se ampliando, como por exemplo: Balconista de Tecidos, Calçados e Ferragens, Arquivista e Caixa-Tesoureiro. Além destes, o SENAC também oferecia aulas de Língua Portuguesa, Aritmética Comercial, Ciências Sociais e Noções de Economia e Comércio. Essas aulas eram transmitidas em mais de 47 emissoras do Estado de São Paulo, atendendo aproximadamente 91.500 alunos em 201 municípios. Esses atendimentos, via UNAR, correspondiam a 42,6% das matrículas efetuadas no SENAC - São Paulo, desde sua fundação. Esta iniciativa foi de grande proveito para a

²³ A mídia eletrônica impulsionou a EAD (Educação à Distância) no Brasil propondo cursos que eram realizados por meio do rádio. Em 1923 foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Roquete Pinto e outros. Em 1936, foi doada para o Ministério da Educação e Saúde, que, por sua vez criou o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Em 1947, o SENAC/SP, em parceria com o SESC (Serviço Social do Comércio), criou a UNAR (Universidade do Ar), uma forma de ensino com a utilização do rádio para propagar o conhecimento e o desenvolvimento educacional e social aos lugares mais recônditos do país.

população brasileira, uma vez que dava oportunidade aos que ainda não conseguiam se preparar numa profissão.

Ainda em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 9.853, o SESC (Serviço Social do Comércio) foi criado. Nessa época, o governo federal impôs a necessidade de todos os estabelecimentos comerciais, com mais de nove empregados, matriculá-los nas escolas de aprendizagem SENAC (BRASIL, 1946, art. 4º); e com o Decreto-Lei de n. 8.622, de 10 de janeiro de 1946, fica então decretado, pelo Presidente da República, no artigo 4º, que a aprendizagem deverá realizar uma conveniente formação profissional dos praticantes, devendo constar das seguintes atividades:

- ✓ Estudo das disciplinas essenciais à preparação geral do empregado no comércio e, bem assim, às práticas educativas que puderem ser ministradas;
- ✓ Estudo das disciplinas técnicas relativas ao setor do ramo de comércio escolhido;
- ✓ Prática das operações comuns ao referido setor (BRASIL, 1946).

O SENAC fez parcerias com as empresas no sentido de preparar seus alunos empregados ou não, para o mercado de trabalho no país (BRASIL, 1946, art. 4º, parágrafo 1º):

- ✓ § 1º O praticante que faltar aos trabalhos escolares do curso de aprendizagem em que estiver matriculado, sem justificção aceitável, perderá o salário dos dias em que se der a falta.

A parceria era tão levada a sério que tanto o aluno, funcionário do comércio, como o próprio empregador tinha responsabilidade em cumprir as obrigações desta parceria (BRASIL, 1946, art. 10º):

- ✓ § 1º O praticante que faltar aos trabalhos escolares do curso de aprendizagem em que estiver matriculado, sem justificção aceitável, perderá o salário dos dias em que se der a falta.
- ✓ Art. 10. O empregador do comércio que deixar de cumprir as obrigações estipuladas no art. 1º deste Decreto-lei, ficará sujeito à multa de dez cruzeiros, por dia e por praticante, não admitido e matriculado.

A aprendizagem, que deveria realizar uma conveniente formação profissional dos praticantes, constará das seguintes atividades:

- ✓ Estudo das disciplinas essenciais à preparação geral do empregado no comércio e, bem assim, às práticas educativas que puderem ser ministradas;

- ✓ Estudo das disciplinas técnicas relativas ao setor do ramo de comércio escolhido;
- ✓ Prática das operações comuns ao referido setor (BRASIL, 1946),

Percebia-se nitidamente a unidade entre as empresas do comércio e a responsabilidade do SENAC no preparo da mão de obra para o mundo do trabalho. Dentre as normas do SENAC, havia necessidade de realmente fazer cumprir os propósitos, objetivos e metas da instituição.

O SENAC, desde sua origem, tem promovido a educação profissional no sentido de gerar empregabilidade através de seu ensino, para que seja mais ampla a possibilidade de desenvolvimento econômico. Isso porque a demanda da sociedade e do empresariado tem aumentado cada vez mais.

Na ilustração a seguir a **Figura 8**, a apresentação de alunos em aulas de formação profissional em Datilografia:

Figura 8 - Grupo de alunos do curso de Datilografia.



Fonte: SENAC, 1998.

A instituição acompanhou todas as mudanças nacionais e mundiais, para manter atualizado o seu ensino. Isso muito colaborou para não ser uma instituição superada, ou que se perdesse ao longo do tempo. Cada vez mais é atual e se atualiza, antecipando-se inclusive a muitas necessidades do mercado. Mesmo assim, os cursos eram ofertados à classe pobre da população brasileira, sem possibilidade de uma formação integral, apenas manobra de trabalho para enriquecimento da classe abastada do país.

A ilustração a seguir (**Figura 9**) permite visualizar um grupo de alunos, agora com computadores na formação e alfabetização funcional:

Figura 9 – Grupo de alunos em aula de Informática.



Fonte: SENAC, 1987.

Como se pode perceber, a instituição do SENAC na cidade de Uberaba trouxe amplo desenvolvimento, propondo cursos profissionalizantes, de pouco período, no sentido de apressar a formação para a demanda na cidade.

Como os cursos eram gratuitos ou com pagamentos irrisórios, grande porcentagem da população que não tinha formação profissional pôde transcender socialmente, como também em termos de sustento e ascensão social. A cidade crescia em termos econômicos e precisava com urgência de mão de obra qualificada. O SENAC foi a resposta necessária ao momento histórico, social, do mundo do trabalho e econômico de que Uberaba precisava. Mas, sabe-se que eram cursos instrumentos de mão de obra proletária e não formação ampla, transformadora e emancipadora. Mesmo com os cursos, as pessoas não passavam de empregados do comércio com salários baixos.

Como resultado da diferenciação entre trabalho qualificado e não qualificado, aprofundando-se a separação entre trabalho manual e intelectual. Continua a servidão, em que o modo de produção se baseia no trabalho escravo: no capitalismo, no trabalho do empregado assalariado. Nesta época, havia as categorias de ocupação: a) empregado; b) trabalhador doméstico; c) conta-própria; d) empregador; e) trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar. Então, a população buscava se qualificar para sair de sua condição de quase escravo, e conseguir alguma posição pouco melhor, mesmo que fosse ainda rudimentar.

CAPÍTULO 3 - ORIGENS DE UBERABA, MG, E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SENAC UBERABA EM 1960.

Figura 10 – Farmácia São Sebastião em Uberaba nos anos 1960.



Rua Coronel Manoel Borges, 79/17

Fonte: Casa da Cultura - CONPHAU UBERABA.

Informados a respeito da situação e do contexto do SENAC no país, apresentamos a cidade de Uberaba, MG, *locus* do objeto de pesquisa desta dissertação e sua relação com o cenário nacional. Para isso será feita uma rápida apresentação de sua história, focando-se nos acontecimentos referentes à sociedade, economia e educação. Para isso, buscou-se uma contextualização histórica da cidade, desde seus primórdios, no sentido de conhecer as origens e o desenvolvimento da cidade de Uberaba até a emergência do SENAC, em cenário local, com o intuito de esclarecer sobre a cidade em vias de modernização, relação rural X urbano, o êxodo rural motivado por novas tecnologias de mecanização no campo, dispensadas apenas aos grandes produtores, assim, os pequenos produtores ficaram sem trabalho e tiveram que ir para as cidades vizinhas em busca de trabalho. Isto levou à oportunidade de aprender e se qualificar. Vamos ao histórico, para se chegar a estas conclusões:

No fim do século XVI, em 1590, a primeira bandeira que tinha como chefe, Sebastião Marinho, partiu de São Paulo para chegar até o Rio Tocantins em Goiás. Já em 1600, criou-se a Aldeia de Santana do Rio das Velhas (atualmente, Araguari, MG), primeiro povoamento de

homens brancos; com os bandeirantes vinham os padres jesuítas para o “amansamento das populações indígenas e dos negros nos quilombos”²⁴. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, inúmeras bandeiras visitaram a região. Essas bandeiras ocupavam o trabalho de muitas pessoas, como por exemplo, a de Bartolomeu Bueno da Silva filho (filho do Anhanguera) era composta por 152 homens, entre os quais 20 índios carregadores, 3 religiosos, 20 índios, 1 mascate francês e 39 cavalos. Por essa expedição, o bandeirante recebeu como recompensa a nomeação de Capitão-Mor regente de Minas de Goiás e o direito de conceder sesmarias²⁵. O primeiro homem branco que se fixou na região de Uberaba foi Antonio de Araújo Lanhoso, em 1727, quando recebeu sesmarias ao longo da estrada de Anhanguera²⁶, a 15 km de Uberaba. O povoamento da região do Triângulo Mineiro iniciou-se, no entanto, ao final do século XVIII, quando se tomaram posse das sesmarias cedidas pela Capitania de Goiás.

Entre 1660 e 1670, a região do Triângulo Mineiro teve diversos nomes. Dentre eles, Sertão do Novo Sul, Sertão Sul e Geral Grande e, em 1808, Sertão da Farinha Podre, porque os viajantes e bandeirantes deixaram às margens do Rio Grande sacos de farinha, que apodreceu com a chuva. Outra informação é a de que tal denominação se deve a algumas pessoas que eram originários de Portugal, de uma região com esse nome. O nome de Triângulo Mineiro foi dado por Dr. Raymond Henrique Des Genettes, médico francês, jornalista e político que veio para Uberaba que, ao estudar o mapa, observou que a região se fechava em um triângulo com a junção dos rios Grande e Paranaíba, que formam o Rio Paraná.

No século XVIII, iniciou-se o povoado que depois passou a ser a cidade de Uberaba. O nome é de origem guarani e significa “água brilhante”. Os tropeiros que passavam em direção ao Goiás para buscar riquezas, foram se fixando e formando a população da cidade. Os primeiros habitantes da região do Triângulo Mineiro foram os índios, de tradições seminômades, inicialmente ocupada pelos índios Tupi, depois Tremembé, Caiapó e Araxá. Uberaba pertencia à jurisdição de Goiás até 1816. Depois disso, a região passou a pertencer à Província de Minas Gerais, devido a um Alvará de D. João VI em 4 de abril de 1816. Em 1818 foi construída uma capela, que foi benta pelo padre Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, do município de Desemboque, MG, hoje distrito de Sacramento, MG.

²⁴ Arquivo Público de Uberaba. Disponível em <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com.br/2013/03/breve-trajetoria-de-uberaba-193-anos_5.html>. Acesso em 19/10/2016.

²⁵ O direito de conceder terras para o povoamento.

²⁶ Atual Via Anhanguera, caminho aberto pelo bandeirante Anhanguera entre São Paulo e Goiás, a busca de ouro e pedras preciosas para a Coroa Portuguesa.

D. João VI elevou Uberaba à condição de Freguesia em 1820, dando poder de emancipação civil, militar e religioso ao futuro município. Criou-se um cartório eclesiástico em que o padre residia no prédio adjunto à Igreja, e recebia salários. A estreita aproximação da Igreja Católica com a vida cívica aglutinava as pessoas, fazendo com que o povoado crescesse depressa. Era a Igreja responsável pelo controle moral e dos bons costumes da sociedade, e a elevação do povoado à Freguesia, em 1820, constou a representação do reconhecimento oficial perante o Estado e a Igreja.

Em seguida, a Freguesia foi elevada a Vila, e instalada a Câmara Municipal. Uberaba estava crescendo, ocupando as terras que tinham baixos valores e baixos impostos e isto fez com que se formaram extensas propriedades. Assim, se constituiu a população de agricultores, pecuaristas e comerciantes, que fizeram com que o Governo Provincial de Minas Gerais criasse o Município de Santo Antonio de Uberaba em 1836. A família fundadora da cidade de Uberaba foi a do sargento-mor, Antônio Eustáquio, que foi tetravô de Fernando Henrique Cardoso. O referido sargento-mor administrou Uberaba até sua morte em 1832, sendo substituído por seu irmão Capitão Domingos da Silva e Oliveira que também administrou a cidade de Uberaba até sua morte em 1852.

Em 1831, criou-se a Vila de Araxá, MG, da qual Uberaba fazia parte como distrito, até sua emancipação política e o conseqüente desmembramento de Araxá, em 1836. Em 1840, Uberaba sediou a Comarca do Rio Paraná, que depois passou a ser Comarca de Uberaba. Elevada à categoria de cidade em 1856. Uberaba surgiu no cenário nacional pela grande movimentação de migrantes de generalistas (habitantes da Minas Gerais, assim chamados na época do Brasil colonial). Estes generalistas já haviam esgotado a produção do ouro em outros lugares do Brasil, cujas terras eram fracas para a agricultura. Por isso, chegaram aqui na época da Capitania de Minas e de Goiás (Desemboque), buscando terras para plantio, e aqui se estabelecendo. A cidade se consolidou em importante centro comercial.

Em 1889, ano da Proclamação da República, chegou a Uberaba a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, para ampliar o tráfego de passageiros e mercadorias. Esse movimento comercial multiplicou a população por meio da imigração de europeus, sírio-libaneses e japoneses, que foram de fundamental importância para o desenvolvimento e para a história de Uberaba, que somou novos hábitos e costumes. Uma vez que a economia foi se desenvolvendo, a estrutura urbana se modificou, com construções de estilo eclético, e com iluminação pública desde 1905. Uberaba passou, então, a ser centro articulador de negócios da região. Por ser pioneira nos itens citados acima, passou a ser chamada de Princesa do Sertão. A agricultura e a

pecuária, no século XX, foram as responsáveis pela aceleração do crescimento, abarcando o comércio e indústria, que passou a atender as demandas em nível econômico, cultural e de serviços. Essas ações foram ampliadas com a chegada do gado zebu e a expansão da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro.

Entre as pessoas que na cidade chegaram, estavam os Rodrigues da Cunha, que vieram de Conselheiro Lafaiete, MG, além de outras famílias, como Bernardes da Silveira, Alves Gondim, oriundos de Formiga, MG. O local escolhido para instalar o Arraial de Uberaba, que também continha a denominação, *Sertão da Farinha Podre*, às margens do Córrego das Lages, onde se formavam seis colinas: Boa Vista, Estados Unidos, da Matriz, Cuiabá, Barro Preto e a Colina da Misericórdia.

No século XX, o autor Hildebrando Pontes (1978) trocou o termo *Colinas* por *Altos*, e identificou mais um Alto, o Fabrício, que se desmembrou do Alto Boa Vista. O nome Fabrício veio do ferreiro Fabrício José de Moura, que morava na Praça Santa Terezinha e mantinha uma hospedaria para as comitivas de viajantes e de carros de bois que passavam pela cidade, vindos do norte do Triângulo Mineiro, do arraial do São Pedro de Uberabinha (atual cidade de Uberlândia, desde 1929) e outros. Assim, posteriormente, a cidade foi chamada por cidade das sete colinas, também por influência do Bispo Dom Eduardo Duarte da Silva, primeiro bispo de Uberaba, que havia morado em Roma, também denominada por cidade das sete colinas (PONTES, 1978).

Nesta época, já havia as avenidas Guilherme Ferreira, Santos Dummont, Fidelis Reis, Nelson Freire com os córregos ainda abertos, alastrados pela cidade: Córrego Olhos d'Água, da Manteiga, Rio Uberaba e do Pontilhão. Os altos tinham os nomes: Alto da Matriz, Alto do Barro Preto, Alto da Misericórdia, hoje Abadia, Alto das Mercês, do Fabrício, dos Estados Unidos, Boa Vista.

A justificativa da escolha do local era a de que tinha muitas nascentes de córregos, onde poderiam plantar. Era terra boa, “em se plantando dava”.

A **Figura 11** demonstra a representação das colinas/altos da cidade de Uberaba, MG.
Figura 11: Representação das colinas/altos da cidade de Uberaba, MG.

1870	Na década de 1870, os fazendeiros de Uberaba, criadores de gado, trouxeram da Índia o gado Zebu. “Foi em 1875 que se introduziram, no Triângulo, os primeiros exemplares de gado de raça zebu” (PONTES, 1978, p. 366).
------	--

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com informações do Google acadêmico.

Em perspectiva a cidade de Uberaba nesse tempo: a **Figura 12** mostra a cidade de Uberaba no ano de 1856.

Figura 12 – Largo da Matriz em 1856.



Fonte: Melo (2008). Disponível em <<http://homemculto.com/2008/10/28/história-de-uberaba>. Acesso em 23/02/2016.

No período monárquico houve 14 governantes na cidade de Uberaba, que eram os presidentes da Câmara, pois o cargo de prefeito não existia. A existência de prefeitos se deu a partir do governo de Getúlio Vargas. Enquanto isso não aconteceu, o Presidente da Câmara exercia as funções executivas municipais, desde 1881, quando o Governo Provincial modificou as funções das Câmaras Municipais, em que o Presidente da Câmara passou a ser escolhido entre os vereadores mais votados, eleitos anualmente, com a função de Agente Executivo. A partir de 1891, as funções se ampliaram para administrativas e legislativas.

A Constituição de 1934, no artigo 14, e o Decreto n. 19.398 do governo federal de 11 de novembro de 1930, no artigo 11, inciso 4º estabelecia que: “O interventor Estadual nomeará um Prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, mudando o nome para prefeito, sendo o representante do poder executivo, e a Câmara de

Vereadores, responsável pelo legislativo. O **Quadro 5** apresenta os 14 governantes que ocuparam o cargo de presidentes da Câmara na cidade de Uberaba:

Quadro 5 – Governantes da cidade de Uberaba no período monárquico.				
Nº	Nome	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	Capitão Domingos da Silva e Oliveira	7 de janeiro de 1837	1841	Presidente da Câmara Municipal
2	Antônio José da Silva (Vigário Silva)	1841	1845	Presidente da Câmara Municipal
3	Francisco Rodrigues de Barcelos	1845	1851	Presidente da Câmara Municipal
4	Antônio José da Silva (Vigário Silva)	1851	1854	Presidente da Câmara Municipal
5	Joaquim Antônio Rosa	1854	1857	Presidente da Câmara Municipal
6	Francisco Rodrigues de Barcelos	1857	1861	Presidente da Câmara Municipal
7	José Ferreira da Rocha	1861	1865	Presidente da Câmara Municipal
8	Henrique Raimundo dês Genettes	1865	1869	Presidente da Câmara Municipal
9	José Teixeira Alves de Oliveira	1869	1873	Presidente da Câmara Municipal
10	Francisco Ferreira da Rocha	1873	1877	Presidente da Câmara Municipal
11	Joaquim José de Oliveira Penna	1877	1878	Presidente da Câmara Municipal
12	Antônio Borges Sampaio	1878	1883	Presidente da Câmara Municipal
13	Pedro Floro Gonçalves dos Anjos	1883	1887	Presidente da Câmara Municipal
14	José Joaquim de Oliveira Teixeira	1887	1890	Presidente da Câmara Municipal

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Uberaba. Acesso: 26/10/2016.

No ano de 1889, os trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro chegam a Uberaba, por meio do decreto imperial n. 8.888 de 17 de fevereiro de 1883. Era uma companhia paulista, com sede em Campinas/SP; sua história se liga à expansão do café no Oeste paulista, e sua malha ferroviária será destinada à exportação de café a partir do porto de Santos.

[...] em 4 de abril de 1889, foi inaugurada a estação ferroviária de Uberaba. Ela ficava situada no alto da Rua do Comércio (hoje Rua Artur Machado), em frente à Igreja da Matriz, um dos pontos mais importantes da cidade, marcando sua preponderância sobre outros monumentos e um distanciamento entre o Triângulo Mineiro e Belo Horizonte, ao mesmo tempo que representava uma aproximação com São Paulo. Pela Mogiana chegaram ideias de progresso juntamente com os imigrantes nacionais e

estrangeiros, os italianos, espanhóis, portugueses e árabes (que redimensionaram o comércio urbano e rural). (FERREIRA, 1989, p.6 e 7).

Nesse ano foi criado o jornal, *Lavoura e Comércio*, para divulgar e defender a lavoura e a pecuária da região, para combater os impostos do governo republicano sobre a atividade rural. Nessa época chegaram a Uberaba levas de imigrantes sírio-libaneses, que fundaram o Clube Sírio Libanês em 1925; outros imigrantes, como italianos e espanhóis, também vieram impulsionados pela política de estímulo à imigração criada pelo governo brasileiro.

A vinda de imigrantes para a região do Triângulo Mineiro incentivada pelo governo mineiro, que criara leis para estimular os fazendeiros e imigrantes para viverem na região em vista da constituição de mão de obra para as lavouras. Em Uberaba, instalada a Fábrica de Tecidos do Cassu, que precisava de mão de obra nas lavouras de algodão, o que provocou discussões com o governo nacional; Uberaba passou a ser o 5º distrito que recebia os imigrantes, após o Decreto n. 528, de 28/6/1890, que regularizou a entrada e a colonização por imigrantes no país, com a abertura dos portos à imigração, com exceção dos asiáticos e africanos.

Os sírios e libaneses e seus descendentes se dedicaram às atividades comerciais, abrindo suas lojas na cidade ou trabalhando como ambulantes ou mascates, indo de fazenda em fazenda para vender seus produtos que eram diversificados. Essa imigração fez ampliar o comércio na cidade, uma vez que exercia atividade herdada de seus ancestrais. Nessa época, Uberaba era tida pelos noticiários como cidade em desenvolvimento, o que o atraiu os imigrantes para esta cidade, conhecida como Boca do Sertão ou Princesa do Sertão; a ela chegavam comerciantes de regiões longínquas, uma vez que era vista como uma terra de oportunidades para fazer a vida. O que atraía também eram as terras férteis e a descoberta de diamantes no garimpo de Conceição das Alagoas, e de ouro em Desemboque.

Nessa época, construiu-se construída, em 1881, a Igreja da Abadia em Uberaba, por iniciativa do Capitão da Guarda Nacional²⁷, Eduardo José de Alvarenga Formiga, que requereu junto à Câmara Municipal a autorização para construir uma capela, no local em que se encontra hoje, como um santuário dedicado a Nossa Senhora da Abadia. A primeira missa celebrada em 15 de agosto de 1884, ainda ao ar livre. De 1898 até 1915, esta capela ficou aos cuidados dos padres agostinianos. Em 1921, passou para os cuidados do Cônego César Borges, quando se transformou em paróquia por um decreto do Bispo Diocesano D. Eduardo Duarte Silva. Em 1935, a paróquia entregue aos padres da Congregação dos Sagrados Estigmas, conhecida por

²⁷ Instituição criada durante a Regência para que as diversas regiões do país pudessem manter a ordem pública. Tal título concedido a proprietários rurais e a homens ricos da nação.

padres estigmatinos, que se mantém até os dias atuais. Houve várias reformas, a partir da construção, representadas no **Quadro 6**.

Quadro 6 - Reformas da Igreja Nossa Senhora da Abadia de Uberaba, MG.	
Data	Atividade
1937	Construção da torre central
1939	Instalação dos sinos
1940	Bênção da imagem de 4,40 metros, pelo Bispo D. Alexandre G. Amaral, e colocada no alto da torre.
1943	Iniciou-se reforma geral da igreja
1948	Finalizada a cobertura da nave central
1954	Finalizado o revestimento interno
1955	Casa anexa à igreja é demolida para expansão da mesma
1962	Iniciada a construção da nova Casa Paroquial
1975	Instalados os sinos eletrônicos
1977	Instalação do órgão eletrônico
1980	Refeita a parte elétrica e de iluminação
1982	Doação de um terreno pela prefeitura para o salão comunitário e Centro de Pastoral.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações do Patrimônio Histórico de Uberaba. Disponível em <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,622>. Acesso em 18/10/2016.

Esse Santuário de Nossa Senhora da Abadia contribuiu historicamente para a ocupação demográfica e desenvolvimento de intenso comércio nos arredores. Os festejos do dia de Nossa Senhora da Abadia movimentam a economia de Uberaba e do Triângulo Mineiro, por meio das peregrinações, além de desenvolver cultura popular na apresentação das tradições referentes à cultura da região, como Festa de Santos Reis, da padroeira Nossa Senhora da Abadia e outras.

Abaixo, a **Figuras 13** mostra a Igreja, respectivamente, em 1884, recentemente construída e aberta à população uberabense, sendo a Nossa Senhora da Abadia a protetora da cidade.

Figura 13 - Igreja Nossa Senhora da Abadia em 1884.



Fonte: <http://www.uberabaemfotos.com.br/blog/2016/09/santuاريو-de-nossa-senhora-da-abadia-1884/>. Acesso em 18/10/2016.

A **Figura 14** mostra a mesma igreja em 2016 pós-reforma.

Figura 14 – Igreja de Nossa Senhora da Abadia em 2016.



Fonte: <http://www.uberabaemfotos.com.br/blog/2016/09/santuاريو-de-nossa-senhora-da-abadia-1884/>. Acesso em 18/10/2016.

Em 1885, foi criado o Colégio Nossa Senhora das Dores por cinco irmãs da Ordem das Dominicanas, de origem francesa. Elas tinham vindo para Uberaba a convite do Bispo da Diocese de Goiás, D. Claudio Ponce de Leão, e dos padres dominicanos para atendimento espiritual e humanitário na Santa Casa de Misericórdia. Criaram o Colégio para atender às moças da região que quisessem estudar, pois não havia escolas para mulheres na cidade.

A partir de 1890, com a Proclamação da República, Uberaba passa a ter representantes políticos nascidos na cidade, além de outros que a ela também vieram. Em 1903, estabeleceu-se na cidade o Colégio Marista. A educação das duas instituições de ensino era rígida, nos moldes europeus. No **Quadro 7** estão dispostos os prefeitos da cidade em ordem cronológica:

Quadro 7 – Prefeitos da cidade de Uberaba no Período Republicano					
Nº	Nome	Partido	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
1	Tenente Wenceslau Pereira de Oliveira		14 de fevereiro de 1890	1892	Presidente da Intendência
2	Gabriel Orlando Teixeira Junqueira		7 de março de 1892	1894	Agente Executivo
3	Wenceslau Pereira de Oliveira		1895	1897	Agente Executivo
4	Gabriel Orlando Teixeira Junqueira		1898	1901	Agente Executivo
5	Anthero Ferreira da Rocha		1901	1902	Agente Executivo
6	Antônio Garcia Adjuto		1902	1903	Agente Executivo
7	Coronel Manoel Terra, (Maneco Terra)		1903	1904	Agente Executivo
8	Antônio Garcia Adjuto		1905	1907	Agente Executivo
9	Philippe Aché		1908	1912	Agente Executivo
10	Major Manoel Alves Caldeira Junior		1911	1912	Agente Executivo
11	Silvério José Bernardes		1912	1915	Agente Executivo
12	Hildebrando de Araújo Pontes		1915	1915	Agente Executivo
13	Silvino Pacheco de Araújo		1916	1920	Agente Executivo
14	Monsenhor Ignácio Xavier da Silva		1916	1920	Agente Executivo
15	João Henrique Sampaio Vieira da Silva		1921	1922	Agente Executivo
16	Leopoldino de Oliveira		1923	1925	Agente Executivo
17	Geraldino Rodrigues da Cunha		1924	1927	Agente Executivo
18	Olavo Rodrigues da Cunha		1927	10 de dezembro de 1930	Agente Executivo

19	Guilherme de Oliveira Ferreira		11 de dezembro de 1930	16 de janeiro de 1935	Prefeito nomeado
20	João Euzébio de Oliveira		16 de janeiro de 1935	5 de junho de 1935	Prefeito nomeado
21	Horácio Bueno de Azevedo		5 de junho de 1935	22 de julho de 1935	Prefeito nomeado
22	Adolfo Soares Pinheiro		25 de julho de 1935	20 de setembro de 1935	Prefeito nomeado
23	Paulo Andrade Costa		20 de setembro de 1935	2 de dezembro de 1936	Prefeito nomeado
24	Menelick de Carvalho		8 de dezembro de 1936	24 de julho de 1937	Prefeito nomeado
25	Whady José Nassif		1937	14 de junho de 1943	Prefeito nomeado
26	Carlos Martins Prates		15 de junho de 1943	Abril de 1946	Prefeito nomeado
27	Lauro Fontoura		Abril de 1946	6 de janeiro de 1947	Prefeito nomeado
28	Mizael Cruvinel Borges		7 de janeiro de 1947	1º de maio de 1947	Prefeito nomeado
29	João Carlos Belo Lisboa		2 de maio de 1947	7 de dezembro de 1947	Prefeito nomeado
30	Luiz Boulanger Rodrigues da Cunha Castro Pucci	PTB	1947	Janeiro de 1951	Prefeito eleito
31	José Pedro Fernandes		1951	1951	
32	Antônio Próspero	PTB	1951	1955	Prefeito eleito
33	Arthur de Mello Teixeira	PR	1955	1959	Prefeito eleito
34	Jorge Henrique Marquez Furtado	PTB	1º de fevereiro de 1959	31 de janeiro de 1963	Prefeito eleito
35	Arthur de Mello Teixeira		1º de fevereiro de 1963	31 de janeiro de 1967	Prefeito eleito
36	João Guido	ARENA	1º de fevereiro de 1967	14 de maio de 1970	Prefeito eleito renunciou ao mandato
37	Randolfo Borges Júnior	ARENA	15 de maio de 1970	31 de janeiro de 1971	Vice-prefeito eleito no cargo de Prefeito
38	Arnaldo Rosa Prata	ARENA	1º de fevereiro de 1971	31 de janeiro de 1973	Prefeito eleito
39	Hugo Rodrigues da Cunha	ARENA	1º de fevereiro de 1973	31 de janeiro de 1977	Prefeito eleito
40	Silvério Cartafina Filho		1º de fevereiro de 1977	31 de janeiro de 1983	Prefeito eleito
41	Wagner do Nascimento	PMDB	1º de fevereiro de 1983	31 de dezembro de 1988	Prefeito eleito

42	Hugo Rodrigues da Cunha	PFL	1º de janeiro de 1989	31 de dezembro de 1992	Prefeito eleito
43	Luiz Guaritá Neto	PFL	1º de janeiro de 1993	31 de dezembro de 1996	Prefeito eleito
44	Marcos Montes Cordeiro	PFL	1º de janeiro de 1997	31 de dezembro de 2000	Prefeito eleito
			1º de janeiro de 2001	17 de agosto de 2004	Prefeito reeleito renunciou ao mandato
45	Odo Adão	PSDB	18 de agosto de 2004	31 de dezembro de 2004	Vice-prefeito eleito no cargo de prefeito
46	Anderson Aduino Pereira ^[6]	PL	1º de janeiro de 2005	31 de dezembro de 2008	Prefeito eleito
		PMDB	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2012	Prefeito reeleito
46	Paulo Piau Nogueira	PMDB	1º de janeiro de 2013	31 de dezembro de 2016	Prefeito eleito
47	Paulo Piau Nogueira	PMDB	1º de janeiro de 2017		Prefeito eleito

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Uberaba>. Acesso em 18/10/2016.

No início do século XX, os ricos proprietários de terras emprestavam dinheiro aos boiadeiros para fazerem o atravessamento de gado do Pantanal até o Frigorífico Santa Cruz do Rio de Janeiro. Em 1905, chegou à cidade a energia elétrica. Em 1906 começaram as exposições de gado bovino, exposições muito privilegiadas pelo Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 a 1950. Em 1907, foi criada a Diocese de Uberaba, sendo elevada à categoria de arquidiocese e sede metropolitana da arquidiocese em 1962. Nos anos de 1930, a cidade ainda era pacata, sem muitas belezas em termos de arquitetura. Na **Figura 15** a apresentação da Rua Artur Machado de Uberaba em 1930, quando o calçamento era ainda em paralelepípedo, as construções com arquitetura com aspectos europeus.

Figura 15 – Rua Artur Machado em Uberaba - MG, em 1930.



Fonte: <http://www.uberabaemfotos.com.br/blog/2016/05/rua-artur-machado-5/>. Acesso em 18/10/2016.

Uberaba tinha liderança ligada ao capitalismo agrário, por meio da criação de gado e da agricultura, e, nas primeiras décadas do século XX, era tida como a terceira maior economia do Estado de Minas, em função da abertura da estrada de ferro Mogiana, que dava ligação direta ao porto de Santos. A população já exigia melhorias na infraestrutura, água encanada, esgoto e calçamento.

Após a Proclamação da República, Uberaba teve um Partido Lavourista, que fundou o jornal, *Lavoura e Comércio*, para divulgar para o Brasil a importância da agricultura e do comércio na economia do município. Houve outros partidos também, mas eram todos controlados pelos coronéis ligados ao setor agropecuário, que era o grupo de controle econômico e político. Para se ter ideia da cidade na década de 1930, o Banco Hipotecário, primeiro banco da cidade, no sentido de melhorias na economia, situado na Rua Artur Machado, esquina com a Av. Leopoldino de Oliveira. Na **Figura 16**, a representação do Banco Hipotecário de Uberaba, no ano de 1930. A arquitetura é específica da época, com aspectos europeus.

Figura 16 – Banco Hipotecário de Uberaba/ - MG, 1930.



Fonte: <http://www.uberabaemfotos.com.br/blog/2014/08/banco-hipotecario/>. Acesso em 18 out 2016.

Na revolução de 1932, foram travadas lutas entre paulistas e mineiros, na fronteira (Delta). Na década de 1940, na região da estação ferroviário de Peirópolis, pesquisadores começaram a encontrar fósseis de animais pré-históricos. A nova constituinte foi promulgada em 1946. Nesta época, Fidélis Reis conclamava a população e o governo a melhorias na educação:

O Brasil deve tomar a sério seu ensino, de modo geral, desde o primário-ginásio, de grau médio, universitário e técnico de grau superior. Seu futuro está intimamente ligado à eficiência desse ensino no qual já emprega enormes quantias. Impõe-se uma revisão na federalização das universidades estaduais para que sejam conservadas uma em cada Estado, dividindo à União os compromissos com eles, para que o ensino seja uma realidade e não simples ficção, distribuindo diplomas que nada significam. Há grandes necessidades de técnicos no Brasil, neles está profundamente interessada à indústria que, por iniciativa própria, nas organizações do SENAI, instrui com muito cuidado operários e mestres. Por que não conjugar esforços, de modo a levar mais alto essa colaboração como hoje se faz nos Estados Unidos e em outros países. (REIS Fidélis (In.) recortes Lavoura e Comércio Caderno do Liceu de Artes e Ofícios, s/d. s/p.).

Como é possível se conhecer por meio dessa dissertação, a cidade de Uberaba e região foram se tornando um centro, em termos econômicos e sociais, o que impôs a necessidade de melhor e mais ampla educação para a preparação dos avanços no comércio e na produção de bens e serviços. O então candidato à presidência da República, Getúlio Vargas, em campanha na cidade de Uberaba, pronunciou:

Lutando contra opiniões que combatiam a introdução do gado zebu no Brasil, os fazendeiros do Triângulo Mineiro apoiados exclusivamente no seu próprio trabalho e nos seus próprios recursos arrostaram todos os percalços da tremenda luta que se feriu, e que, afinal, lhes conferiu incontestada vitória. De então para cá, o Brasil Central passou a ter expressão econômica, transformando-o de uma vasta solidão inaproveitada, que era então, no grande reduto econômico e francamente ativo da atualidade. (MELO, 2008, 26)

Em 1947, Mário Palmério fundou a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro; posteriormente, o conjunto de suas instituições se configuram como Faculdades Integradas de Uberaba, em 1950 e, a partir de 1988, em Universidade de Uberaba (UNIUBE).

A construção da capital do Brasil, Brasília, DF, impulsionou o desenvolvimento de Uberaba e região. Em 1959, o então presidente Juscelino Kubitschek, pela lei federal n. 3.613, ordena que fosse implantada e pavimentada a rodovia ligando Limeira a Brasília, passando por Uberaba. Em junho de 1961 o asfalto chega a Igarapava. Em 1965, a BR 050 entre Uberaba e Uberlândia foi inaugurada.

É essencial frisar a respeito de Fidelis Reis (1880-1962) nesse contexto, pois sua presença em Uberaba e no Triângulo Mineiro teve importância em muitos setores da economia e da política. Formou-se em Agronomia em Uberaba em 1901 e, em 1912, fez o curso de Ciências Físicas e Naturais na Sorbonne, França. Prestou relevantes serviços ao governo federal, como a investigação na Argentina em relação à imigração, o que lhe trouxe interesse nesta área; inspetor do Serviço de povoamento federal, no estado do Espírito Santo, foi inspetor agrícola em Belo Horizonte, quando foi eleito presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, além de se constituir como um dos fundadores da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, onde lecionou por 5 anos e recebeu o título de professor honorário, em 1961 (REIS, 1962, p. 123). Prestou serviço ao país, na Itália, em relação à imigração de italianos ao Brasil. Foi deputado estadual e federal, entre 1919 e 1930, e um dos fundadores da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), que é a atual Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), quando reuniu os pecuaristas do município de Uberaba, em particular entre aqueles que se dedicavam à criação do gado Zebu. Foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU), além de participar da fundação do Banco do Triângulo Mineiro e da construção do chamado, na época, Palácio do Departamento Regional dos Correios e Telégrafos de Uberaba. Escreveu alguns livros referentes à política, economia, imigração, ensino técnico profissional e outros (REIS, 1962, p. 123). Foi articulista em vários jornais.

É de fundamental importância frisar que Fidelis Reis, na sua gestão como deputado federal, criou a lei que levou seu nome, instituindo o ensino profissionalizante de caráter obrigatório no país em 1927. Segundo Soares (1995), lançou uma proposta para disciplinar uma “educação adequada às massas populares, como uma solução alternativa a uma possível ameaça que a população poderia oferecer as oligarquias dos anos de 1920” (SOARES, 1995, p. 98). Em

contrapartida a essa proposta, o então deputado Fidélis Reis, encaminhou para a Câmara Federal, em 1922, o projeto de lei prevendo a obrigatoriedade do ensino profissional no Brasil (CUNHA, 2000). Só foi aprovada em 1927, mas não foi implantada.

Em 1926, a Lei da Consolidação das Escolas de Aprendizes Artífices foi imposta, determinando um curso de 4 anos (Curso Primário) e dois para o chamado complementar. Essa Lei estabelecia sobre a instituição de 9 cursos, entre eles: Trabalho em madeira; Trabalho de metal; Arte decorativa; Artes gráficas; Artes têxteis; Trabalho em couro; Fábrica de calçados; Fabrico de vestuário e Atividades comerciais, e coube, ao deputado Fidélis Reis, a construção do Liceu de Artes e Ofícios de Uberaba, inaugurado em 1928. Infelizmente esse Liceu nunca funcionou; faltaram recursos para o início dos trabalhos, e em suas dependências foram instaladas outras instituições: a Escola Normal de Uberaba, depois funcionou o 4º Batalhão de Caçadores Mineiros. A aspiração por uma escola profissionalizante em Uberaba se concretizou com a criação do SENAI em 1942, o qual tomou posse do Liceu em 1948, quando o presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, inaugurou também a Escola de Aprendizagem Fidélis Reis.

A temática sobre o ensino técnico-profissional, que projetava a Universidade do Trabalho, foi muito discutida por Fidélis Reis desde 1920, com o objetivo de contribuir “para obtenção da harmonia social, propiciar a racionalização do processo produtivo e formar mão-de-obra necessária ao crescimento industrial” (PRONKO, 1997, p. 39). Entre 1930 e 1940, o Estado apoiou as ações de educação e trabalho, como política própria. Entre 1930 a 1955, surgiram duas correntes relevantes: a 1ª foi de 1934, e a 2ª, de 1954; e foi proposta a instalação de Universidades do Trabalho, porém ambas fracassaram.

Reporte-se a 1930, pois é nesse ano que o aeroporto da cidade fora construído. A seguir, na **Figura 17**, uma ilustração encontrada no Arquivo Público de Uberaba:

Figura 17 – Vista aérea da construção do Aeroporto de Uberaba, MG.



Fonte: Acervo: Arquivo Público de Uberaba.

<https://www.facebook.com/UberabaemFotos/photos/a.428617477227426.1073741826.421925791229928/783741868381650/?type=1&theater>. Acesso em 12/10/2016.

O aeroporto de Uberaba inaugurado no dia 23 de maio de 1935, por meio do decreto n. 660, com o nome de Aeroporto Santos Dumont, mas com estrutura ainda incompleta. Em 16 de junho de 1935, inaugurou-se o aeródromo, hangar e bar (construídos pelo carpinteiro José Coelho), quando Frei Dom Luís Maria Santana procedeu à bênção oficial do local e demais dependências. Em 29 de janeiro de 1937, fora reinaugurado o hangar, pois houve necessidade de reformá-lo, por causa de um forte tufão que o danificara.

Pelo Decreto-Lei n. 3006 de 13 de junho de 1980, o aeroporto passou a ser chamado de Aeroporto Mário de Almeida Franco, em homenagem a um filho da cidade.

Em 1950, o aeroporto de Uberaba já se encontrava como aparece na **Figura 18**.

Figura 18 Aeroporto de Uberaba em 1950.



Fonte: <http://randerpp.blogspot.com.br/2010/06/historia-de-uberaba-nossa-queria.html>. Acesso em 25/01/2016.

Em meados de 1930, a cidade de Uberaba já exibia porte de cidade desenvolvida, com comércio em processo de desenvolvimento, muitas ruas calçadas, carros, já existia uma Escola de Farmácia e Odontologia (a primeira de Ensino Superior), o Grupo Escolar Brasil, a Igreja São Domingos. Os carros que circulavam eram o Ford T, que já era montado em São Paulo pela Ford e o Chevrolet “cabeça de cavalo”. A maioria da população era ainda rural, a urbanização estava apenas começando. A **Figura 19** expressa estas informações:

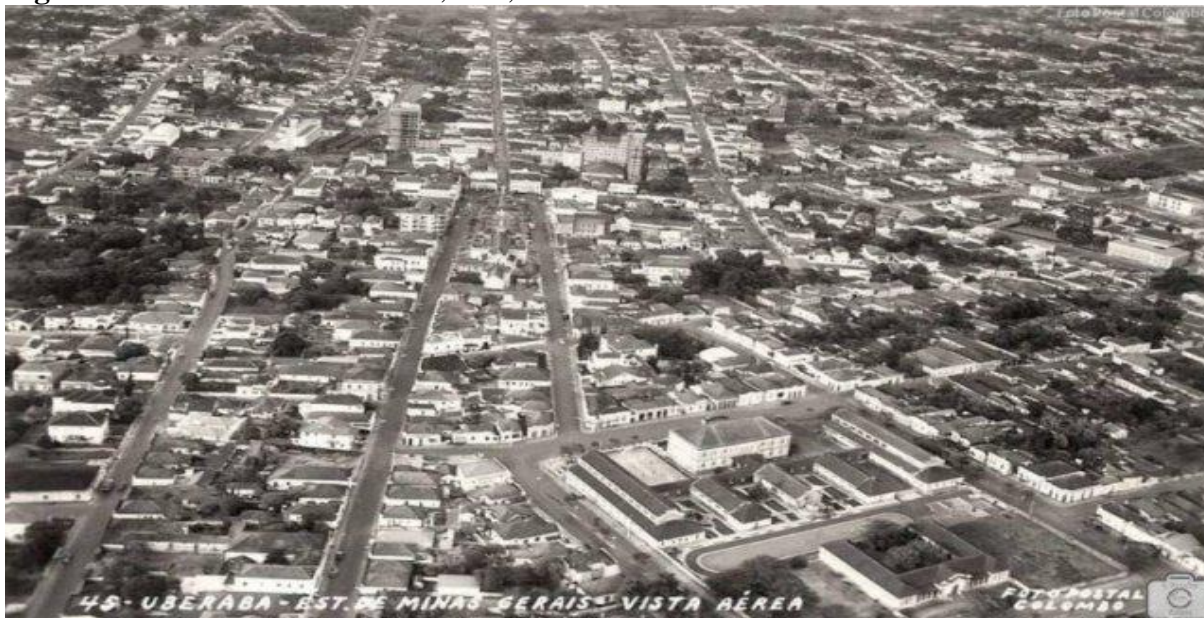
Figura 19 - Uberaba: Praça Rui Barbosa e Igreja da Matriz, meados de 1930.



Fonte: Arquivo Público Municipal.

Em 1950, a cidade já se mostrava altaneira, em franca expansão, como mostra a **Figura 20**.

Figura 20 – A cidade de Uberaba, MG, em 1950.



Fonte: <http://www.uberabaemfotos.com.br/blog/2016/05/vista-aerea-de-uberaba-4/>. Acesso em 18/10/2016.

A partir de 1970, foram criados os primeiros distritos industriais da cidade, e em 1990 surgiu o Parque Tecnológico de Uberaba para viabilizar a pesquisa e o ensino técnico-profissionalizante em ciência da informação e agroindústria. Em 1992, foi criado o centro de

pesquisa paleontológica e o museu dos dinossauros. A seguir, um registro de 2006, na **Figura 21**, que apresenta uma cidade muito diferenciada em relação às suas origens, bem como do ponto de vista econômico e social:

Figura 21 - Vista central da cidade de Uberaba em 2006.



Fonte: Uberaba em dados, disponível em www.uberaba.mg.org.br. Acesso em 18/10/2016.

A atual conformação do mapa de Minas Gerais, na **Figura 22**.

Figura 22 – Conformação atual do mapa de Minas Gerais.



Fonte: Uberaba em dados. Disponível em http://www.uberaba.mg.gov.br/uberaba_em_dados_2007. Acesso em 18/10/2016.

A conformação atual da cidade de Uberaba: localiza-se na região do Triângulo Mineiro, no entroncamento das rodovias BR 050 e BR 262, uma das regiões com maior desenvolvimento,

de Minas Gerais. O clima é quente, o relevo é formado por serras e chapadas, além de planaltos. Faz fronteira com Nova Ponte, Sacramento, Conceição das Alagoas, Indianópolis, Delta, Conquista, Água Comprida e Veríssimo. Conta com cinco distritos, com área de 5.540,51 km², sendo a área urbana de 256,00 km². Tem uma EADI (Estação Aduaneira de Interior), que possibilita importação e exportação. Em 2010, contava com 325.279 habitantes (IBGE, 2010), responsável por 2,2 do PIB estadual. Em termos de educação profissionalizante, Uberaba conta com 9 unidades, a saber: 1. CEJU (Centro Educacional da Juventude); 2. CPAC (Cursos Profissionalizantes “Aprendendo e Construindo”); 3. FETI (Fundação de Ensino Técnico Intensivo Dr. René Barsan); 4. SENAI; 5. SESI; 6. SENAC; 7. SENAR; 8, SESC); 9. SEST e 10. SENAT.

Atualmente, a cidade de Uberaba conta com nove escolas de ensino superior: UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), UNIUBE (Universidade de Uberaba), FCCTM (Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro), FAZU (Faculdades Associadas de Uberaba), CESUBE (Centro de Ensino Superior de Uberaba), IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro), UNIPAC (Universidade Presidente Antonio Carlos), FACTHUS (Faculdade Talentos Humanos), UNOPAR-EAD (Universidade do Paraná), que oferecem 94 cursos de graduação e 49 de pós-graduação-especialização. Em termos de agricultura e pecuária, a cidade de Uberaba é polo de uma região que produz 3 milhões de toneladas de grãos, chegando a 701.000 toneladas na safra de 2008, ocupando o primeiro lugar no ranking estadual também em milho, e o segundo em soja (Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, 2016). É o maior exportador avícola do Estado, tem a maior área de plantação (1.100 hectares) e a maior produção mundial de cenouras (38.720 toneladas). O parque industrial conta com 30% da produção nacional de fertilizantes, além de se constituir em primeiro produtor de adubos da América Latina. Numa síntese, a visualização da evolução histórica da cidade de Uberaba desde quando era distrito até a cidade se tornar município e sua atuação até 1969. O **Quadro 8** apresenta a evolução histórica da cidade de Uberaba..

Quadro 8 - Evolução histórica da cidade de Uberaba	
Data	Evento
13/02/1811	Criação do Distrito dos Índios do Santo Antônio de Uberaba.
02/03/1820	Elevação a Freguesia
22/02/1836	Elevação a Vila
23/03/1840	Elevação à condição de Comarca do Rio Paraná

02/05/1856	Elevação à condição de cidade, retirando-se parte do nome anterior para ficar apenas Uberaba.
12/11/1876	Mudança da denominação da Comarca do Rio Paraná para Comarca de Uberaba
1898 a 1915	Vinda do gado zebu da Índia
1905	Primeira exposição de gado zebu em Uberaba
1948	Fundação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro
1949	Fundação da Faculdade de Filosofia – FAFI
1954	Fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM)
1969	Início do ciclo industrial com destaque para o setor petroquímico, produtor de fertilizantes, defensivos agrícolas e a usina de açúcar de Delta

Fonte: Elaboração do pesquisador com dados extraídos de Pontes (1978).

A presença da religião em Uberaba teve grande influência nas particularidades do município, no que se refere a doutrina espírita que ganhou papel de destaque na sociedade brasileira. O espiritismo surgiu em Uberaba nos meados de 1865, com a fundação do Grupo Familiar de Espiritismo, num tempo em que poucas pessoas se confessavam espíritas, pois a Igreja Católica reprimia o espiritismo no país. Mesmo assim a doutrina ganhou força. Em 1911, o Centro Espírita Uberabense foi inaugurado.

O professor Chaves, que coordenava o centro sofreu diversas perseguições, principalmente da imprensa, a serviço da Igreja. Este centro conduzia uma farmácia homeopática, um ambulatório médico e dentário. O grupo também já cogitava sobre a abertura de um asilo para doenças nervosas e mentais, que deu origem ao atual Sanatório Espírita de Uberaba em 1933. Em 1940 criara-se o Centro Espírita Uberabense e a UMEU (União da Mocidade Espírita de Uberaba). Importante informar que os jornais católicos não noticiavam os eventos de outras religiões.

Chico Xavier, nascido em 1910, atuou em Uberaba, a qual foi fundamental na propagação da doutrina espírita na cidade, desenvolvendo variados aspectos do conhecimento humano, sendo exemplo de humildade, bondade e dedicação à sua fé. Chegou a Uberaba em janeiro de 1959, passando a participar da Comunhão Espírita Cristã. Em 1969, recebeu o título de Cidadão Uberabense, por sua atuação no campo assistencial e em termos de solidariedade humana, sendo admirado por diversas camadas sociais. Deu destaque nacional a Uberaba,

recebendo visitantes de todo o país à procura de seus aconselhamentos e psicografias de familiares mortos. Dava força a todos os centros espíritas da cidade, pregava o evangelho e praticava ações de caridade aos pobres, colaborando enormemente com a assistência social municipal. Publicou mais de quatrocentas obras, e seus direitos autorais eram doados às instituições beneficentes. Nessa época, a única via de acesso ao atendimento médico gratuito era por meio da manutenção de um consultório, que acolhia, em média, setenta consultas por dia, além da doação de medicamentos pelo Centro Espírita de que participava Chico Xavier; não existia o Sistema Único de Saúde (SUS), e a grande maioria da população não era vinculada ao extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

3.1 - Instalação do SENAC em Uberaba

O momento era propício para a instalação do SENAC na cidade de Uberaba, uma vez que crescia a economia, por meio da produção de bens e serviços e o comércio se ampliava. Partiu da necessidade de mão de obra qualificada e a instituição trazia esperança aos habitantes da cidade. O jornal, *Correio Católico de Uberaba*, do dia 25 de janeiro de 1960 acusa o recebimento de Tancredo Guimarães, diretor regional do SENAC Minas Gerais, que teria vindo com o objetivo de criar nessa cidade uma escola de comércio dirigida e mantida pelo SENAC. Fora recebido pelo Sr. Helmuth Dorfeld, que na época era presidente da ACIU (Associação Comercial e Industrial de Uberaba). A proposta foi, de início, instalar o SENAC, e oferecer vários cursos para os menores e desempregados: “curso de candidatos a emprego no comércio, curso para preparação para ocupação no comércio e um curso para aspirantes, uma espécie de sala de espera para menores, que aspiram um emprego no comércio” (*Correio Católico de Uberaba*, 06/01/1960).

Para os adultos, os cursos seriam oferecidos no período noturno: vitrinismo e decoração de lojas, curso técnico de vendas e relações humanas, curso para preparar servidores de hotelaria, de datilografia, correspondência comercial e prática de escritório. O representante do SENAC informou que os cursos seriam gratuitos, com algumas colaborações para materiais utilizados, e que o corpo docente seria, na sua maioria, de Uberaba, até que se formasse uma equipe inteira da cidade; enquanto isso, alguns professores especializados viriam de Belo Horizonte; as aulas teriam a duração de três horas, e os cursos variariam de 4 a 36 meses. Pediu apoio das entidades de classe da cidade, o que fora confirmado pela ACIU e pelo comércio varejista.

Esclareceu que o SENAC não tinha ligação nenhuma com os setores: federal e estadual, que suas escolas eram “dirigidas, idealizadas, administradas e mantidas pelos empregadores do comércio” (*Correio Católico de Uberaba*, 06/01/1960). A contrapartida do município é que fossem encaminhados ao SENAC todos os menores que estivessem trabalhando nos estabelecimentos comerciais para serem preparados e melhorados nas suas funções, além das pessoas desempregadas. Quando isso aconteceu, o SENAC já se encontrava a dois anos na cidade de Uberlândia, e segundo Sr. Tancredo Guimarães, com muito bons resultados, e que Uberaba seria a segunda cidade do Triângulo Mineiro a receber o SENAC. Nessa época, o jornal, *Correio Católico de Uberaba*, conseguiu entrevistar o Sr. Tancredo Guimarães, diretor regional do SENAC em Minas naquela época:

Minha visita nesta cidade, o que faço pela terceira vez, será a de estudar as possibilidades de se instalar em Uberaba, uma escola de formação e treinamento para o comércio. Esta escola tem por objetivo, fazer a aprendizagem para o menor que trabalha no comércio e também promover o treinamento dos comerciários maiores nas novas técnicas do distribuir produtos de consumo. (*Jornal Correio Católico*, 25/01/1960, p. 1)

Nessa visita, quando indagado sobre a data de inauguração, o diretor Regional do SENAC respondeu:

As providências estão sendo tomadas para a inauguração da escola em princípio de março. Primeiramente faremos o cadastro dos comerciários e o planejamento dos cursos, coisa de poucos dias. Temos, inclusive, um prédio em vista, onde se instalarão a escola e os nossos escritórios. Deverão ficar instalados na Rua Manoel Borges, na parte superior da Farmácia São Sebastião, possivelmente. (*Jornal Correio Católico*, 25 jan 1960, p. 1).

O jornal, *Correio Católico de Uberaba*, de 30/01/1960, apresentou a seguinte matéria:

“O CORESP²⁸ vem de conseguir uma grande vitória, com a autorização dada pelo delegado do SENAC no Brasil, para a instalação de um departamento daquela autarquia em nossa cidade. Para ultimar os preparativos desta instalação, acha-se em Belo Horizonte o Sr. Ovídio Nicolau de Vito. O SENAC é destinado a orientar os que se interessam a abraçar carreiras, tais como, de bancários, comerciários, de barbeiros, vitrinistas, carpinteiros, etc. A vinda do SENAC abre uma grande oportunidade para os que se pretendem especializar. O SENAC, como se sabe, será localizado na Rua Manoel Borges, na parte superior do prédio onde se localiza a Farmácia São Sebastião.

O jornal, *Correio Católico de Uberaba*, de 06/03/1960 acusa presença de um curso intensivo de treinamento de balconistas, promovido entre os dias 11 e 25 de fevereiro desse mesmo ano pelo SENAC Uberaba, com o professor/instrutor de técnicas de vendas, Geraldo Macieira, vindo de Belo Horizonte. Estavam inscritos 77 alunos, sendo que 44 foram aprovados, tendo um desistido e os outros reprovados. Esse curso foi ministrado nas

²⁸ Não foi possível encontrar que instituição seria essa.

dependências da ACIU. Nessa mesma época, foi ofertado o curso de Relações Humanas para formar balconistas, para que saibam se portar, comunicar e como deve ser um vendedor atender um freguês que busca uma dada loja. O jornal, *Correio Católico de Uberaba*, noticia a respeito da abertura de inscrições para esse curso: “Os interessados no curso poderão realizar suas inscrições a partir das 14 horas de hoje, na secretaria da ACIU, à Avenida Leopoldino de Oliveira, onde também será ministrado o curso”.

Quanto aos dados do prédio que abrigava o SENAC na sua primeira instalação, somente se sabe que era na rua Coronel Manoel Borges, nº 79, em piso superior à denominada Farmácia São Sebastião. Não se sabe quase nada além por falta de informações, não sendo possível descobrir devido à escassez documental. Pouquíssimas informações do próprio SENAC foram encontradas. Nos jornais, existem algumas ilustrações e informações, como essa da instalação do SENAC em Uberaba. Aos poucos, a cidade foi se tornando uma das principais da região em termos de expressão da gênese em formação profissional, validando o momento histórico porque passava a cidade, mas ainda para a formação dualista da educação legada aos proletários.

A **Figura 23** ilustra o prédio, com a Farmácia São Sebastião, nos anos 1960.

Figura 23 – Farmácia São Sebastião em Uberaba nos anos 1960.

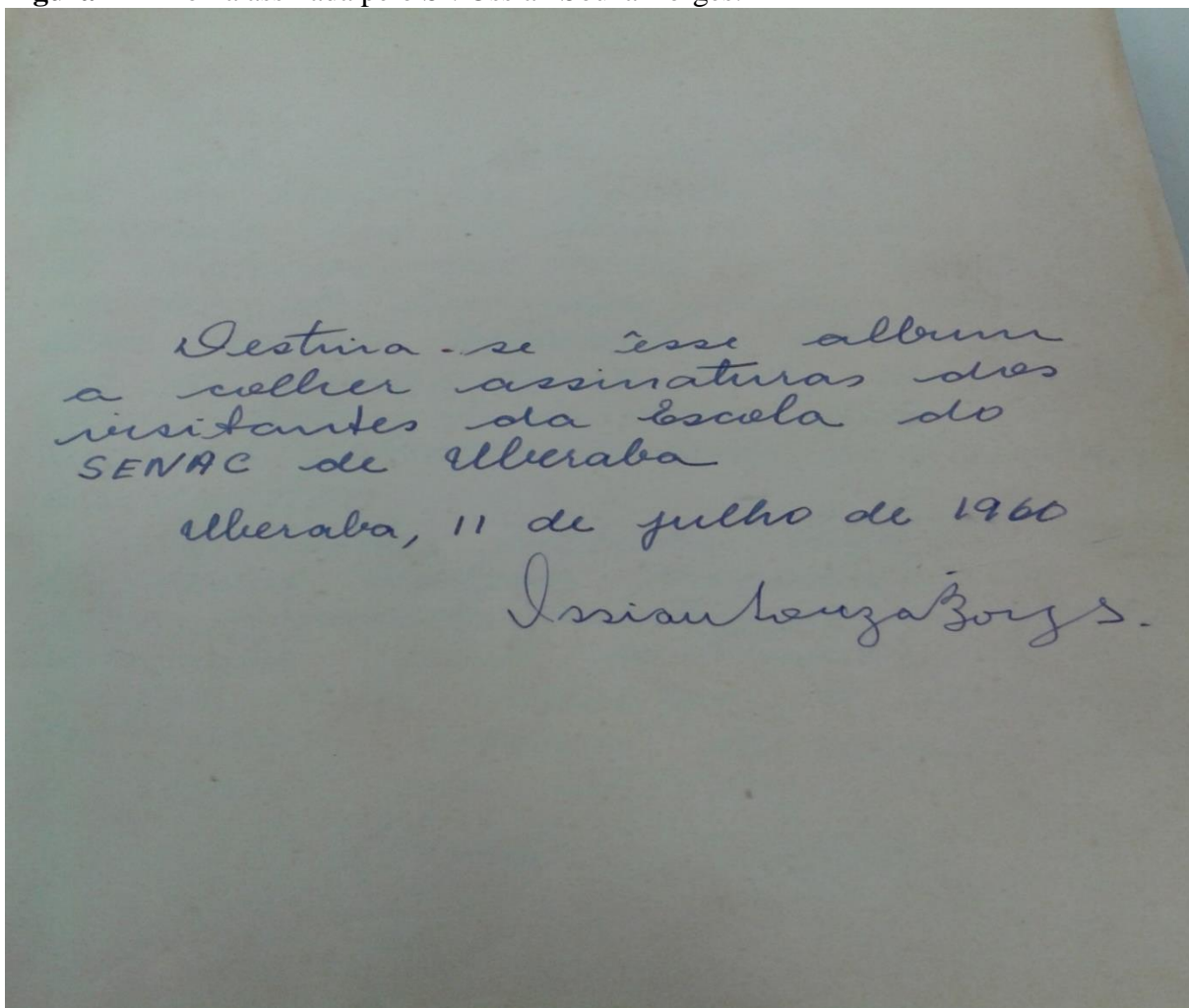


Rua Coronel Manoel Borges, 79/17

Fonte: Casa da Cultura - CONPHAU UBERABA.

A pesquisa a partir da imprensa tornou-se de extrema importância. Por meio desse veículo, foi possível recuperar algumas informações importantes. Utilizou-se também de informações orais, com o sentido de recolher informações de pessoas mais velhas, que vivenciaram ou se lembram de determinadas circunstâncias históricas relativas ao SENAC. De acordo com o álbum de assinaturas, a primeira folha foi escrita pelo diretor da época, Sr. Ossian Souza Borges, na qual se escreveu a data inicial de 11 de julho de 1960, data em que iniciaram os cursos no prédio da Rua Coronel Manoel Borges, nº 79. Mas a primeira turma de cursos fora realizada entre 11 e 25 de 1960, no prédio da ACIU/Uberaba. A **Figura 24** demonstra a folha assinada pelo Sr. Ossian Souza Borges.

Figura 24 – Folha assinada pelo Sr. Ossian Souza Borges.



Destina-se esse album
a colher assinaturas dos
visitantes da escola do
SENAC de Uberaba
Uberaba, 11 de julho de 1960
Ossian Souza Borges.

Fonte: SENAC, 1988 - S/D.

A instituição primava por levantamentos numéricos e análises das ações realizadas. Isto servia para que fossem divulgados resultados no intuito de abranger toda a realidade nacional. “A ação do SENAC não pode encontrar-se divorciada do maior e melhor conhecimento dessa realidade” (Relatório Geral, 1968). Na época em que isso acontecia na cidade de Uberaba, o SENAC continuava sua trajetória pelo país, abrindo novas unidades, sempre com o mesmo espírito pioneiro, o de primar-se pela organização, formação docente e preparação profissional do brasileiro. Unia teoria e prática em seus cursos, o que fazia com que os alunos saíssem dos cursos preparados para irem diretamente para as empresas comerciais.

Darcy Ribeiro, ministro da Educação, nesta época diz sobre o SENAC:

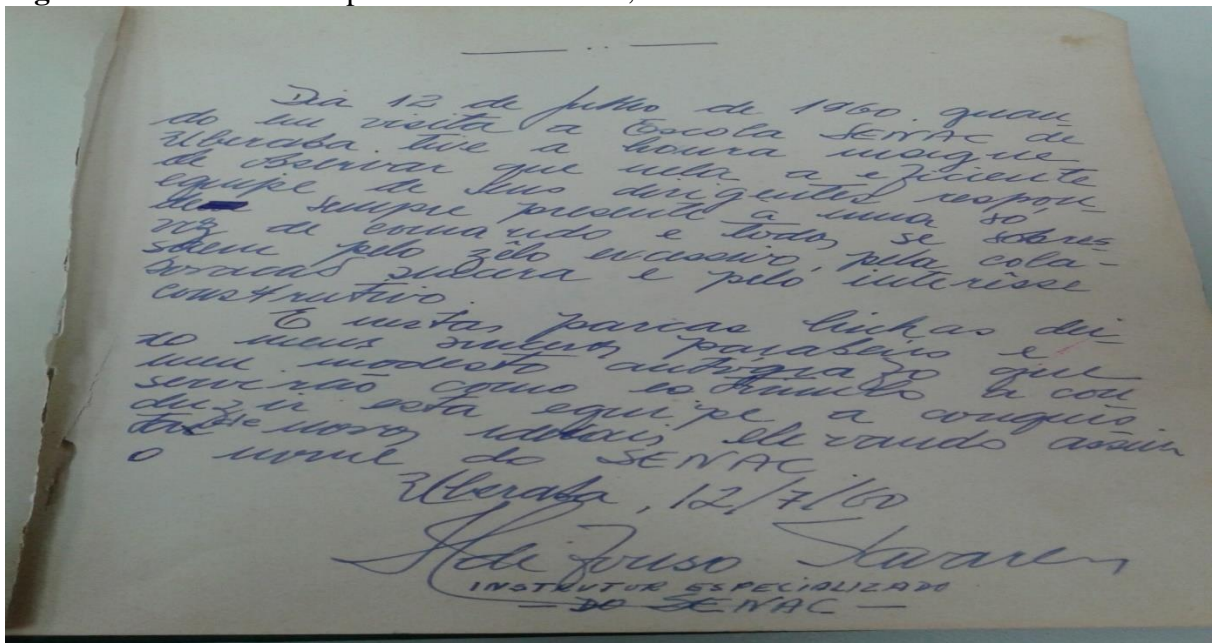
A formação profissional [...] está necessária e obrigatoriamente vinculada às condições do mercado de trabalho e da promoção social do formando, de sorte que o SENAC, através de seus Departamentos Regionais, apenas poderá alcançar devidamente sua intenção social se tiver suas atividades alicerçadas naquele conhecimento. [...] Não basta o enfoque da experiência técnica por ventura para

embasar a programação de atividades. A fundamentação empírica é condição indispensável desta programação (Palestra do professor Darcy Ribeiro sobre a Lei de Diretrizes de Bases da Educação, na Escola modelo carioca do SENAC/Rio de Janeiro, 1960).

Há um texto elogioso e de motivação à equipe de Uberaba, escrito pelo Sr. Ildefonso Tavares, em julho de 1960, quando o SENAC Uberaba realizava os seus primeiros cursos oferecidos à população da cidade. O autor do texto se dirige à gerência e as denomina de eficiente, além das equipes de instrutores, com desejos de conquista de novos ideais.

A seguir, a ilustração de tal texto, na **Figura 25**:

Figura 25 – Texto escrito por Idelfonso Tavares, em 12/07/1960.



Fonte: SENAC, 2004 – S/D.

O jornal, *Bom Tempo*²⁹ do dia 19/04/2011 acusa a presença do presidente da Fecomércio Minas/Sesc/Senac, Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, e do diretor regional interino do SENAC Minas, Sr José Carlos Cirilo da Silva, no dia 04/04/2011, para a inauguração da reforma do prédio, que poderia aumentar o atendimento em 80%. Segundo o jornal, estava presente na região desde 1983, tendo ajudado a encaminhar mais de 150 mil pessoas ao mercado de trabalho. O prédio tem formas mais retilíneas, mas geométricas e horizontais. No início, os filhos dos comerciários tinham prioridade nas vagas. Os alunos eram na sua maioria da classe pobre, da periferia da cidade, que não conseguiam fazer faculdade. Eram cursos voltados para a prática, com pouco conteúdo.

²⁹ Disponível em <http://www.otempo.com.br/cmlink/coluna-de-19-04-2011-1.206702>. Acesso em 30/09/2016.

Segundo o jornal, *Lavoura e Comércio de Uberaba*³⁰, no dia 22/07/1983 foi inaugurado o novo prédio do SENAC, com moderna estrutura, local do Centro de Formação Profissional. A **Figura 26** mostra o novo prédio do SENAC Uberaba, em sua inauguração de 1983.

Figura 26 – Novo prédio do SENAC Uberaba, inaugurado em 1983.



Fonte: SENAC DN. Senac 60 anos. Rio de Janeiro, 2006 - S/D.

No referido jornal, encontra-se existe a seguinte nota:

Hoje, às 16 horas será inaugurado o Centro de Formação Profissional de Uberaba, SENAC, em cerimônia que reunirá elevado número de pessoas desta e de outras cidades, inclusive de Brasília e de Belo Horizonte. Há vivo interesse, na cidade e na região, por esta iniciativa de nítido interesse social e que alargará, por certo, as possibilidades de moças e rapazes que buscam uma profissão bem remunerada e com mercado certo de trabalho. (Jornal *Lavoura e Comércio* de 22 de julho de 1983, p. 1).

As autoridades presentes a esse evento foram o Deputado Federal, Nylton Velloso, presidente do SENAC, do SESC e da Federação do Comércio de Minas Gerais e de Uberaba. Estava acompanhado de técnicos da entidade da capital e desta cidade, que visitaram para conhecimento os distritos industriais da cidade. O novo prédio ficou situado na Rua Capitão Machado, nº 74. Foi presença marcante, a do Ministro Murilo Macêdo, a do Governador Tancredo Neves. Os preparativos ficaram a cargo dos senhores Adair Pereira de Oliveira, gerente do SENAC, e do professor Francisco Pagliaminuta, assessor de gerência da

³⁰ Número 21.544, ano LXXXV, de 22 de julho de 1983.

organização. Nesse evento, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Uberaba, Sr. Abrão Miguel Árabe, assinalou a participação e a colaboração que o SENAC vinha proporcionando à cidade de Uberaba naquela época. Também se pronunciaram o Sr. José Mousinho Teixeira, da Associação Comercial e Industrial de Uberaba, e o Sr. Prefeito Wagner do Nascimento.

Assim, se percebe que a gênese do SENAC na cidade de Uberaba vai se estabelecendo, à medida que novos cursos são apresentados à população, melhor estruturação administrativa, logística e do prédio.

CAPÍTULO 4 - INFLUÊNCIAS DO SENAC NA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO EM UBERABA, MG, NOS ANOS DE 1960.

A instituição do SENAC surgiu no Brasil logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando o país respirava os ideais de fraternidade, de solidariedade, de paz e de desenvolvimento. O movimento desastroso da Guerra imprimiu profundas mudanças. A crise mundial modificou a troca comercial com os países industrializados, dos quais o país ainda dependia. Por isso, se investiu pesado na industrialização, que era ainda muito incipiente. Com a industrialização o país melhoraria em oferta de produtos e serviços e, conseqüentemente, o comércio.

Na cidade de Uberaba, o SENAC se instalou num momento especial, em que a cidade tomava impulso em termos de economia, política e, principalmente, comércio. A reprodução capitalista fez com que se impulsionasse o surgimento, nas cidades médias, de empresas de autosserviços. Essa lógica também aconteceu, o que dinamizou o comércio local e também o da região. A presença de redes de varejo que começavam a chegar, promoveu modificações na estrutura comercial das áreas centrais e periféricas da cidade. Isso provocou a necessidade de treinamento de mão de obra para o comércio da cidade, que desse conta desse processo, o que não havia ainda, quando o SENAC entra em cena para realizar essa operação. Sua instalação na cidade de Uberaba trouxe enorme influência em termos de desenvolvimento, numa época em que ainda estava em marcha significativa o êxodo rural; e a cidade precisava urgentemente desenvolver profissionais para o comércio, uma vez que as primeiras empresas de maior porte estavam se mudando para Uberaba. Não significou desenvolvimento social, pois os empregados do comércio tiveram poucas melhorias de vida, uma vez que os salários eram baixos.

Havia a intuição dos governantes de que se aumentasse o número de escolas profissionalizantes, seria estimulado o desenvolvimento por meio do comércio, e seriam ampliadas as possibilidades de emprego, e o SENAC fez grande diferença nesse quesito, o que inculcia nos alunos atitudes e valores requisitados pelas empresas. Surgiu como salvação pois o país tinha carência em formação profissional, como também a cidade. Dessa forma, por melhor que fossem os cursos, era ainda uma instituição em desenvolvimento, principalmente em Uberaba, que acabara de se instalar, os instrutores vinham de fora, não conheciam a cultura da cidade. Trazia, praticamente, a experiência e o conhecimento de outras cidades. Demorou ainda, a serem formados instrutores próprios da cidade. E seguia a normativa de ensino pragmático, como em todas as outras instituições existentes até então, sem a preocupação

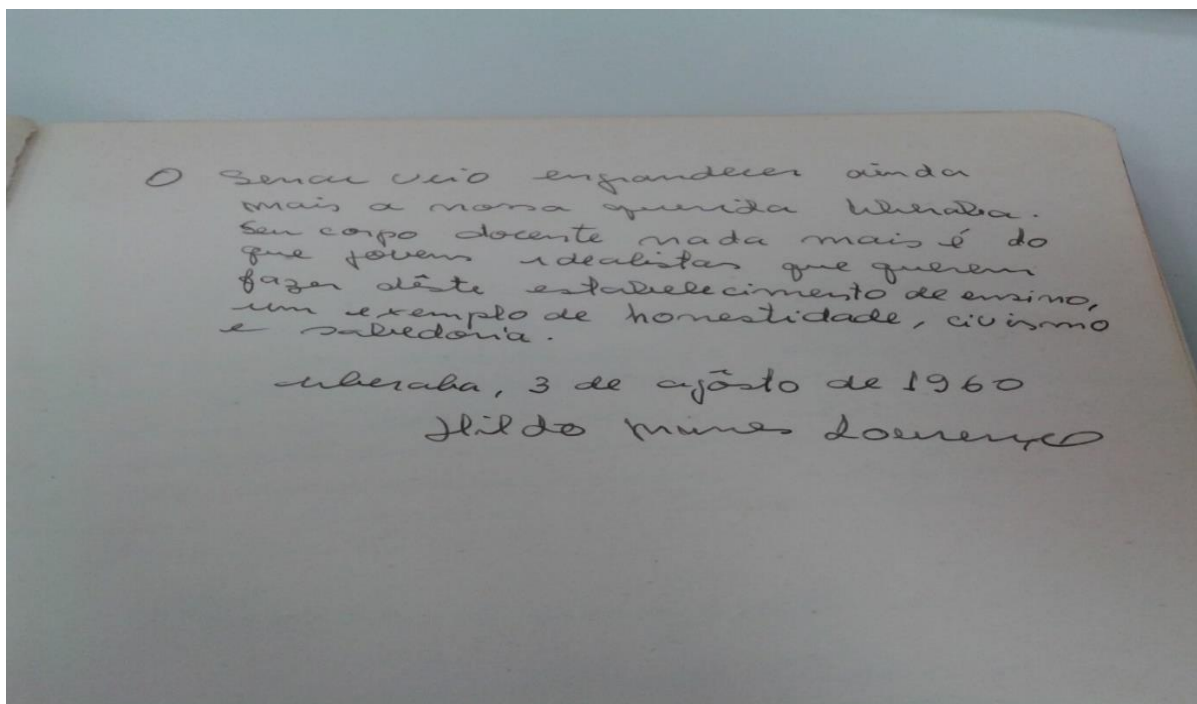
humana e valorização do profissional. O aluno era visto como uma peça importante que caberia na máquina empresarial, na solução do problema da cidade necessitada de mão de obra, para produzir lucro e enriquecimento ao município.

O ensino tinha por foco a qualidade profissional e, como a instituição era e continua a ser de respeito na sociedade, quem fizesse os cursos oferecidos pelo SENAC, estava apto a trabalhar nas mais exigentes empresas, como profissionais que haviam decorado a “cartilha” de como se tornar uma peça fundamental para a empresa. Muitos alunos, após seus cursos no SENAC, continuaram seus estudos nessa mesma área. Não só a preparação técnica, mas também a forma de estreitar laços entre patrões e empregados. Mas, sabe-se que, muitas vezes, o aluno fazia o curso e não conseguia trabalhos na área de comércio, sendo obrigado a viver de “bicos”, o que aparecesse. Ou saber “apertar os parafusos”, mas sem bons salários.

Trouxe para a cidade um certo rigor, até então não visto, em termos de responsabilidade do aluno e de sua postura no intuito de prepará-lo para o trabalho em grandes empresas. Pontualidade, responsabilidade, ordem e disciplina eram pontos sumamente importantes e exigidos pelos professores. Levava-se em conta a polidez na comunicação, além de outros quesitos exigidos, como a economia do material escolar, não desperdiçando nem material, nem tempo. A norma de rever o trabalho realizado, corrigir e aperfeiçoar, como também as ideias de honrar a escola, portar-se com dignidade e elegância em todas as circunstâncias, venerar a bandeira nacional e a Pátria eram tidas como mandamentos e, realmente, obedecidos pelos alunos, como “cabrestos”, ensinando a obedecer sempre e se transformando numa peça importante para o empregador.

Nessa época, a escola era vista como uma instituição que vinha trazer para a cidade novos significados de valores, comportamentos e práticas da juventude no preparo para a vida adulta, em seu trabalho. Havia a representação da empresa dentro da escola no sentido de treinar o aluno na jornada da empresa, nas suas normas, como resultado da teoria do novo liberalismo americano, o que provocou transformações sociais na modernização do país em face da urbanização e da industrialização, obedecendo à pedagogia tecnicista, que se tornou oficial após o Golpe de 64, formando indivíduos eficientes para contribuir na produtividade do país (GHIRALDELLI, 2001). Toda a dinâmica pedagógica dessa época está inserida no processo de modernização da sociedade brasileira. A ilustração da **Figura 27** que segue, expressa a importância do SENAC na cidade de Uberaba:

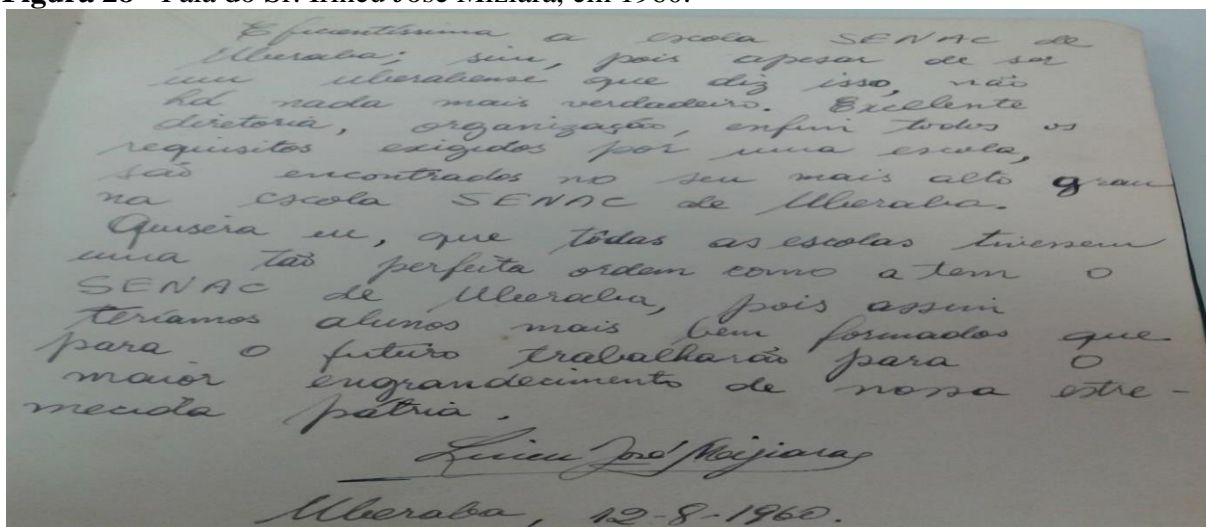
Figura 27 – Elogio ao SENAC de Hildo Nunes Lourenço, 1960.



Fonte: SENAC, 2006 – S/D.

O Sr. Hildo Nunes Lourenço, filho da cidade, já reconhecia a influência positiva na sociedade e no comércio. Outro filho da terra se refere ao SENAC como mostra de exemplo de escola. Assim se refere à instituição o Sr. Lineu José Miziara, na **Figura 28**:

Figura 28 - Fala do Sr. Irineu José Miziara, em 1960.



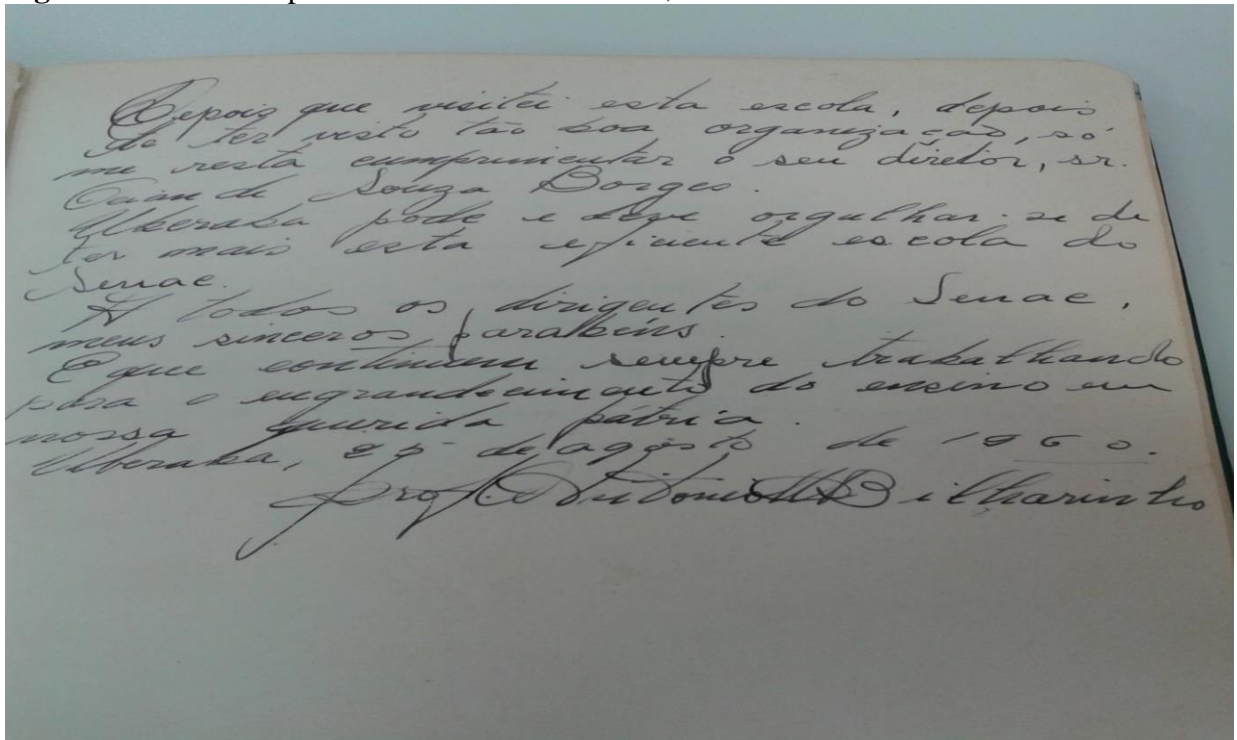
Fonte: SENAC, 2009 – S/D.

Para a cultura do SENAC naquela época, o bom professor era aquela pessoa rígida, mas que era amigo e respeitava os alunos, mesmo cobrando disciplina e passando muita matéria, uma vez que isso facilitava a aprendizagem. Nessa época, além de cursos muito rígidos, havia também momentos de festejos que muito alegravam os alunos, a interação entre professores e

alunos eram muito boas, dentro e fora da sala de aula. O bom professor era aquele que se interessava pelos seus alunos, mesmo sabendo que o importante não eram as “festas”, mas o respeito à dignidade do ser humano em trabalhar em ambientes propícios, com bons salários e benefícios suficientes para se manter e manter sua família.

Outro filho da terra, prof. Antonio Bilharinho, assim se refere ao SENAC, elogiando a organização, cumprimentando o diretor e dizendo que Uberaba se orgulha de ter esta instituição em sua localidade. Desejando que continuem trabalhando para o engrandecimento do ensino profissional na cidade. Na **Figura 29**:

Figura 29 - Texto do professor Antonio Bilharinho, 1960.



Fonte: SENAC, 1998 – S/D.

Como se vê, a criação e a instalação do SENAC em Uberaba surgiram da necessidade de elevar a profissão comercial a um patamar mais amplo, para sair do empirismo, dando-lhe um cunho técnico, cobrindo uma grande lacuna na época. De acordo com a Revista SESC-SENAC (1956), os cursos eram oferecidos buscando educar o aluno de forma integral, em que o aspecto teórico e o prático se entrosassem, para assegurar preparação profissional e para a vida. Mas o que se percebe, pela pesquisa, que os cursos do SENAC foram, em sua origem, como continuam sendo, eminentemente práticos, visando preparar especificamente para o mundo do trabalho.

Os cursos de adaptação têm por finalidade orientar os menores candidatos a empregos no comércio, como praticantes, ou para ingresso no curso comercial básico. Os cursos de aprendizagem destinam-se aos praticantes do comércio, subdividindo-se em: elementar, para praticantes, e para preparação funcional (Revista SESC-SENAC, 1956, p. 7).

Na verdade não era formação integral do aluno, fica claro que a formação era especificamente para se adequar à política neoliberal de trabalho e não se interessando pelo profissional como ser humano.

A escola servia também, nessa época, como agência de emprego, no sentido de indicar para as empresas os melhores alunos; ou, mesmo, as empresas buscavam no SENAC alunos que se destacassem. O aluno que fazia curso no SENAC tinha maiores chances de ingressar no mercado. A instituição trouxe grandes esperanças ao município, a comunidade uberabense via com muito bons olhos, pois a presença da instituição previa grandes avanços em termos sociais, econômicos e políticos. As propagandas realizadas pelo SENAC tinham um forte atrativo, pois faziam menção à melhoria de vida. Havia frases como:

“Ontem sonhos, Hoje SENAC, amanhã sucesso”

“SENAC: uma semente para seu campo profissional”

“SENAC o caminho para uma vida de triunfo: comece aqui”

“Seja um profissional. O SENAC abre as portas para o seu futuro”

“Ou SENAC ou ser nada!”

São propagandas que convenciam as pessoas de que a melhor escolha seria mesmo fazer um curso no SENAC. Vê-se como adestramento, manipulação e tendência a aumentar a mão de obra.

O SENAC teve singular participação na história do trabalhador uberabense, formação profissional de vanguarda e uma instituição que faz parte significativa da história da cidade. Uberaba foi e continua sendo um dos 2600 municípios atendidos pelo SENAC, que desde o início investiu em tecnologia educacional, e desenvolveu programa de inclusão social, dando oportunidades para todos, principalmente para os mais pobres, por meio de apoio empresarial para a melhor educação profissional de seus colaboradores, para o crescimento da economia no município. A trajetória do SENAC acontece a cada dia, por todos que nela passaram e passam e construíram e constroem suas histórias de sucesso pessoal e profissional.

Mesmo nessa época, com nome conceituado no mercado e já contando com força na representação de formação profissional na cidade, ainda faltavam processos padronizados na área de gerenciamento e organização. Dificultava levar às pessoas uma visão mais empresarial dentro do próprio SENAC. O aprendizado não acompanhava a célere mudança na cidade. A

gênese da instituição não aconteceu de forma fácil, mas contou com todas as dificuldades do país. Os cursos não foram preparados para os moradores das zonas rurais; as oportunidades de educação disponíveis nas áreas urbanas ampliou ainda mais a lacuna existente entre a educação oferecida na área urbana para trabalho nas fábricas e a oferecida na zona rural, com restrição de conteúdo e de escolas, com professores semiqualeificados ou não qualificados.

O que marca a gênese do SENAC - Uberaba, no século XXI, foi por representar um centro comercial em movimento, com agricultura produtiva, pecuária de exportação e importação de reprodutores, conta com um parque industrial diversificado, com estrutura urbana e cultura específica. Tem, com certeza, atendido em nível nacional e internacional as demandas nos aspectos culturais e de serviços essenciais ao progresso da população. E o SENAC representa fator sumamente importante e influente para esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que no começo do século XX, Uberaba contava com a economia básica da criação do gado Zebu. Já tinha sido considerado centro comercial, político e econômico da região do Triângulo Mineiro no século XIX, mas foi à derrocada, dificultando o processo de modernização, em que a cidade sofreu decadência e perdeu a influência regional, interrompendo o processo de urbanização, não só isso, mas retrocedendo (FONSECA, 2010). Mas, depois de 1930, houve um período de reurbanização, estimulando as atividades do comércio, razão pela qual a instalação do SENAC na cidade de Uberaba se tornou importante. Na imprensa, projetava, nesta época, Eduardo Palmério, irmão mais velho de Mário Palmério. Eduardo Palmério, em 1931 chegou a fundar dois periódicos: “Turf” e “Política” (MENDONÇA, 1948), tendo também dirigido o “Gazeta de Uberaba” (TOTI, 1949), diário tradicional na cidade. Na coluna “Zebulândia” do jornal “Lavoura e Comércio”, ele escrevia os “pequenos ridículos das coisas”, nas palavras de Santino Gomes de Matos (1948, p. 1). Criou, também em Uberaba a papelaria ABC, investindo em Educação, mas reclamava dos profissionais do comércio que não tinham preparo e interesse. Com um ano de comércio (livraria) fechou o estabelecimento, anunciando na imprensa o encerramento e pedindo aos fregueses que deviam pra ele, que pagassem as contas. Como se percebe, por meio do parágrafo anterior, a cidade carecia de modernização, de preparação de mão de obra qualificada para que a sociedade se desenvolvesse, por meio da educação, mesmo sabendo que a dualidade educacional era evidente, como ainda se encontra no país. De toda forma a instituição atesta o progresso na tarefa de levar à sociedade uberabense formação mais próxima da adequada necessária para o comércio de Uberaba, como também a atualização e abertura para novas formas de aprender e ensinar, ampliando assim, a mão de obra para o mundo do trabalho, o progresso intelectual, por meio da difusão de escolas e o aparecimento de outras instituições com a mesma premissa, não só na cidade como no país. Atesta que a cidade acompanhou as propostas liberais de desenvolvimento, haja vista como se encontra atualmente em termos de relações de trabalho e de educação com outras cidades, com o país e com outros países, fruto da globalização.

Buscar a história do SENAC na cidade de Uberaba foi um grande desafio na procura de documentos que pudessem justificar as colocações feitas durante toda a pesquisa, sabendo que com certeza irá enriquecer o acervo da instituição. Está evidente que não é uma pesquisa com conhecimento esgotado, há ainda muito o que se pesquisar. E essa é uma iniciativa que poderá ser ampliada, de acordo com o reconhecimento de outros documentos, que não foram possíveis

serem encontrados durante essa investigação, para assim provocar outros olhares, para que possam desvendar mais riquezas a respeito de tão importante instituição para o país e para a cidade de Uberaba. Não foi possível encontrar todos os documentos que se buscou, ficando lacunas na estruturação do SENAC em Uberaba. O que se conseguiu está registrado por meio de notícias de jornais da época e de algumas ilustrações encontradas pela via do Google. Como se sabe, uma instituição não existe fora de seu contexto; por isso, o momento histórico, político e econômico no Brasil e na cidade de Uberaba foi importante para esclarecer a criação do SENAC e sua instalação, numa situação de produção capitalista, organização da sociedade, organização do trabalho e organização de ensino.

A experiência dessa pesquisa foi muito enriquecedora, mesmo tendo bastante dificuldade na busca das informações, as quais foram encontradas aos poucos e de forma fragmentada, por meio de perguntas, visitas aos arquivos de jornais da época e na própria instituição, que hoje tem gerência e profissionais novos, sem muita informação do que teria acontecido na época de sua instalação.

A gênese do SENAC – Uberaba, dispensada a atenção nesta dissertação, aconteceu num momento propício para formação profissional para indústria e comércio. O SENAC, nesta cidade, surgia com prerrogativas de intervenção no mercado de trabalho, que traria reflexos na sociedade uberabense em relação às dimensões: trabalho e educação. Trouxe valorização dos profissionais, mas não conseguiu ser a instituição que desse conta da qualificação no âmbito em que acampasse a educação urbana e rural da cidade. Esta informação não tira a importância de tal instituição. A cidade ainda carece que melhor qualidade na formação profissional, como se percebe o grande número de alunos que saem de um curso do SENAC ou de outra instituição e não consegue resultados positivos no sentido de emprego e, também em se empreender como profissional liberal.

Há muito, ainda, o que ser pesquisado em relação ao SENAC Uberaba, mas de toda forma, espera-se ter contribuído para organizar sua história, para que os dados e considerações realizadas possam servir de estímulo para futuras pesquisas. Nesta dissertação levantou-se a história do SENAC no Brasil e na cidade de Uberaba, buscando apresentar sua gênese e sua importância para a cidade. De toda forma, em termos de resultados, concluiu-se que o SENAC teve e continua tendo enorme importância na preparação de profissionais para o mundo do trabalho. Além disso, a cidade de Uberaba contou, para isso, com um importante instrumento institucional, o que favoreceu e fomentou o desenvolvimento do comércio uberabense.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mário de. Confederação Nacional do Comércio, 60 anos. Rio de Janeiro: CNC, 2006.
- ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (Orgs). Múltiplas leituras da nova LDB. Rio de Janeiro: Dunya, 1998.
- ARAÚJO, Ulisses; PUIG, José Maria; ARANTES, Valéria Amorim. Educação e Valores: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2007.
- ARRIGUI, Giovanni. O longo século XX. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.ano LXXXV, de 20 de julho de 1983.
- _____. Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. O desenvolvimentismo: do pós-guerra até meados dos anos 1960. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Cap. 1_palestras.qxd.2011. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA_C_0.pdf>. Acesso em 18/10/2016>.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Trad. Reynaldo Bairão; ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Questions de sociologie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.
- BRASIL. Decreto n, 19.398 de 11 de novembro de 1930. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398.htm>. Acesso em 18/10/2016.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 18/10/2016.
- _____. Decreto-Lei n.8.622, de 10 de janeiro de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/del8622.htm. Acesso em 21/02/2016.
- _____. Lei n. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 19/10/2016.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Ministério de Educação e Cultura. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/Secretaria de Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos). Brasília: MEC/SEF, 1997a.

Breve trajetória de Uberaba – 193 anos. Arquivo Público de Uberaba. Postagem de 5 de mar. 2013. Disponível em <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com.br/2013/03/breve-trajetoria-de-uberaba-193-anos_5.html>. Acesso em: 19/10/2016.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org.). Helena Antipoff: Textos Escolhidos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Ambrosina, escrava menina - Retrato Escrito da Pedagogia da Escravidão: memórias extraídas de um processo judicial (1852, Palmas, PR). Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/guest5eb864/pedagogia-da-escravido-palmas-paran>>. Acesso: 22 jan. 2017.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK - JQ. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARLONI, Karla Guilherme. Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção dos esquerdas. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

CARVALHO, Alberto Magno de. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

CIAVATTA, Maria. Estudos comparados sobre formação profissional e técnica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A formação do cidadão produtivo. A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Inep, 2006.

COLBARI, Antônia. Ética do trabalho. São Paulo: Letras e Letras, 1995.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudanças, Economia e Sociedade, n.1, p. 69-87, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Industrial manufatureiro no Brasil. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, maio-ago., n°14. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06>. Acesso em 25/03/2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina. E ele voltou... o segundo governo de Vargas - Um panorama da política de desenvolvimento de Vargas. CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvime nto>>. Acesso em 26/02/2016.

_____. PSDB e PT e o Poder Executivo. Desigualdade & diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2011. Edição Especial.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FÁVERO. Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base – 1961/1966. 1984. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1984.

FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil. Petrópolis, 1976.

- _____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. Disponível em http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/11_davidmaciel.pdf. Acesso em 26/02/2016.
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi; ALMEIDA, Márcia. “Mogiana: os trilhos da Modernidade. Pesquisa realizada com o apoio CNPQ, Fundação cultural e Prefeitura Municipal de Uberaba, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. O governo de Juscelino Kubitschek. FGV – CPDOC. s/d. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos>. Acesso em 04/04/2016.
- FONSECA, André Azevedo. A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1955). Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A Política de educação profissional no governo Lula: um processo histórico controvertido. Educação e Sociedade. Vol.26, nº 92. Campinas, Outubro de 2005.
- GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. Universidade Estadual de Londrina/PR. 2000.
- GERMER, Claus. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: Corazza, G. (Org.). Métodos da ciência econômica. Porto Alegre :Editora da UFRGS, 2003.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação. 2ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. O que é Pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- GOMES, Luiz Flávio; GARCIA-PABLOS, Antonio Molina de. Criminologia. 3ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- Guia de Fontes Primárias para a história da imigração do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Arquivo Público de Uberaba, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência como ideologia. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências demográficas no período de 1940/2000. s.d. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf. Acesso em 21/02/2016.
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Profissional 1999. Brasília, DF, 2011. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/educacao-profissional>. Acesso em 16/09/2016.
- KUENZER, Acácia. Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991.
- _____. A formação dos educadores no contexto de mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. In: Educação e Sociedade, v. 19, n. 63, Campinas, 1998.

_____. A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LANDIM, Renata Aparecida Alves. O projeto “Escolas-Referência” do governo estadual de Minas Gerais: relações e impactos para a Educação Física. Monografia de especialização. Juiz de Fora: Faculdade de Educação Física e Desportos, UFJF, 2009.

LEAL, Maria Cristina. As alterações sofridas pelos conceitos de cultura popular e educação popular ao longo da história brasileira: do Império à República. Rio de Janeiro, 1985 (mimeo).

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Licínio. Do aprender a ser à aquisição de competências para competir: adaptação, competitividade e performance na sociedade da aprendizagem. Revista Galego-portuguesa de Psicologia e Educación n. 9, vol. 11, ano 8, 2003.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. Revista Temas. São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3s-modernidade>. Acesso em 16/01/2016.

MAAR, Wolfgang Leo. O que é Política? São Paulo: Brasiliense, 2006.

MAFESOLI, Michel. O instante eterno. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. A nova geografia: estudos de geografia do Brasil. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Moderna, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Santino Gomes de. Ridendo Castigat Mores. Lavoura e Comércio. Uberaba, 25 set. 1948.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia. São Paulo: Difel, 1980.

MELO, Frei José Vaz de. História de Uberaba - Fundação de Uberaba – Famílias de Uberaba. Uberaba: 2008. Disponível em <http://homemculto.com/2008/10/28/historia-de-uberaba/>. Acesso em 27/02/2016.

MENDONÇA, José. A grande mamata. Lavoura e Comércio. Uberaba, 21 set. 1948.

MENDONÇA, Sônia R. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- MORAES, Carmen Sylvia V. A reforma do Ensino Médio e a educação profissional. Trabalho e Educação. Belo Horizonte, NETE/FAE-UFMG, n. 3, jan./jul. 2000.
- MORAES, Maria Célia. Marcondes de. Incertezas nas práticas de formação e no conhecimento docente. In: MOREIRA, A.F.B. et al (Org.). Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- OLIVEIRA, Lucia Lipp. O Brasil dos imigrantes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Ciência: força produtiva ou mercadoria. Revista de Crítica Marxista, Campinas, n. 21, p. 77-98, 2005.
- PERONDI, Eduardo. A revolução burguesa no Brasil. Revista Debat. Ver. Dig.ISSNe 1980. Florianópolis, n 3, p. 135-146, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21321/19505>>. Acesso em 21/02/2016.
- PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. 6ª. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PONTES, Hildebrando. História de Uberaba e a civilização no Brasil central. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.
- PRONKO, Marcela Alejandra. (Dissertação de mestrado). A universidade que não aconteceu: uma análise das propostas de criação da diversidade do Trabalho no Brasil, nas décadas de 30 a 50. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.
- REIS, Fidélis. Homens e Problemas do Brasil: Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.
- RIBEIRO, Marília Andrés. O Modernismo brasileiro: arte e política. Revista ArtCultura. Uberlândia, v. 9, n.14, p.115, jan. jun. 2007.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Vozes, 1991.
- SANTOS, Simone Valdete. Educação de 1º grau na Fábrica: para além das competências e da qualidade total. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SAVIANI, Demerval. O legado educacional do século XX no Brasil. Demerval Saviani [et al]. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.
- _____. Sobre a concepção de politecnia. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz, 1989.
- _____. O legado educacional do século XX no Brasil. Demerval Saviani [et al]. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.
- SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). História da Educação pela Imprensa. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- SCHULTZ, Theodore W. O capital humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SENAC. Regulamento Interno das unidades. Revista SESC-SENAC, 1956.
- _____. Autorizada a instalação do SENAC em Uberaba. Correio Católico. n. 3.192. Ano 63. 30 jan 1960.
- _____. Formando profissionais para comércio e serviços. Roberto Carlos Regnier Neto; Oliver Gomes da Cunha. Rio de Janeiro, 1987.

_____. Senac Rio de Janeiro: 50 anos de educação para o trabalho – 1946 – 1996. Artur Ferreira de Souza Filho (coord.). Rio de Janeiro, 1998.

_____. Aspecto do moderno prédio de Centro de Formação Profissional de Uberaba do SENAC que hoje será inaugurado. *Jornal Lavoura e Comércio*. n. 21.544.

_____. Referenciais para a educação profissional do Senac. Maria Helena Barreto Gonçalves; Joana Botini; Beatriz Arruda de Araújo Pinheiro et al. Rio de Janeiro: SENAC/DFP/DI, 2004. Disponível em http://www.oei.es/etp/referenciais_educacion_profesional_senac.pdf. Acesso em 21/02/2016.

_____. A História do Senac. Blog Senac 2009. Postado por Senac Ribeirão-turma da Claudia Leite no dia 13 abr. 2009. Disponível em <http://www.senac.br/institucional/senac/historia.aspx>. Acesso em 26/02/2016.

_____. Revista SENAC-SESC. Belo Horizonte, ago. 1956.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Teoria e prática no trabalho profissional do assistente social: falsos e verdadeiros dilemas. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, UNESP, v. 14, n. 2, p. 133-154, 2005 2005.

SOARES, Manoel Jesus Uma Nova Ética do Trabalho nos Anos 20 – Projeto Fidelis Reis Série Documental/Relatos de Pesquisa n. 33. Universidade Santa Úrsula, 1995.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *Ofício de Professores*. Petrópolis: Vozes, 2008.

VILAS-BOAS, Magda. O Desenvolvimento da consciência crítica de indivíduo para sujeito histórico por meio da utilização dos Temas Transversais na preparação para o trabalho, com jovens em risco social, no projeto Cidades da Solda de Cosmópolis. Monografia de Especialização em Educação, Valores e Cidadania. USP, 2014. Disponível em <file:///D:/Documentos%20Magda/Artigo%20-%20UNESCO.pdf>. Acesso em 05/09/2016.

VISCAÍNO JR, Manoel Marquez. Repensando o desenvolvimento diante da globalização capitalista e das novas demandas para a educação. Dissertação de Mestrado, USP: 2008.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: Dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados, 2004. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/analise-da-historia-do-curriculo-na-educacao-sob-a-perspectiva-de-solange-perspectiva-de-solange-zotti/53758/#ixzz49nNOsYui>. Acesso em 25/05/2016.